

**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**  
**SECRETARIA-EXECUTIVA**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**MARÇO - 2013**

**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**  
**SECRETARIA-EXECUTIVA**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno (Controladoria Geral da União) e externo (Tribunal de Contas da União) como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012, da Decisão Normativa TCU nº 124/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações da Portaria CGU nº 133/2013.

**Brasília, 03/2013**

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGU – Advocacia Geral da União  
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica  
ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis  
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária  
ARP – Adesão de Registro de Preços  
ASCOM – Assessoria de Comunicação Social  
ASSEC – Assessoria Econômica  
CAC – Coordenação de Administração de Contratos  
CAEEB – Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras  
CEB – Companhia Energética de Brasília  
CEPEL – Centro de Pesquisa de Energia Elétrica  
CGCC – Coordenação-Geral de Compras e Contratos  
CGOF – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças  
CGRH – Coordenação-Geral de Recursos Humanos  
CGRL – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos  
CGTI - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação  
CGU – Controladoria Geral da União  
CMA – Coordenação de Modernização Administrativa  
CNAE – Cadastro Nacional de Atividades Econômicas  
COAGE – Coordenação de Atividades Gerais  
CODES – Coordenação de Desenvolvimento e Seguridade Social  
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente  
CPRM – Serviço Geológico do Brasil  
CPS – Compras Públicas Sustentáveis  
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional  
DIOBE – Divisão de Obras e Serviços de Engenharia  
DN – Decisão Normativa  
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral  
EBC – Empresa Brasileira de Comunicação  
ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil  
GEAP – Fundação de Seguridade Social  
GM – Gabinete do Ministro  
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia  
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social  
MAS – Média de Afastamento por Servidor  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
MME – Ministério de Minas e Energia  
MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
OCI – Órgão de Controle Interno  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PAD – Processo Administrativo Disciplinar  
PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo  
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual  
PODE – Plano de Orientação e Desenvolvimento de Estagiários  
PPA – Plano Plurianual  
SEE – Secretaria de Energia Elétrica  
SFC – Secretaria Federal de Controle  
SGM – Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos  
SIASG – Sistema Integrado de Serviços Gerais  
SICAF – Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores  
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse  
SIDERBRÁS – Siderurgia Brasileira  
SIORG – Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal  
SIPEC – Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal  
SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação  
SOF – Secretaria de Orçamento Federal  
SPE - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético  
SPG – Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis  
SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração  
SRH – Secretaria de Recursos Humanos  
STN – Secretaria do Tesouro Nacional  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TESA – Tempo de Execução da Solicitação de Atendimento  
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação  
UG – Unidade Gestora  
UGO – Unidade Gestão Orçamentária  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
UO – Unidade Orçamentária

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual (Quadro A.1.1).....	13
Quadro 2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ (Quadro A.3.1).....	67
Quadro 3 – Programa de Governo constante do PPA – de Gestão e Manutenção (Quadro A.4.5) ...	70
Quadro 4 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ (Quadro A.4.6).....	70
Quadro 5 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ (Quadro A.4.7) .....	74
Quadro 6 – Programação de Despesas Correntes (Quadro A.4.8).....	74
Quadro 7 – Programação de Despesas de Capital (Quadro A.4.9) .....	75
Quadro 8 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência (Quadro A.4.10).....	75
Quadro 9 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (Quadro A.4.11).....	77
Quadro 10 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários (Quadro A.4.12) ....	78
Quadro 11 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários (Quadro A.4.13).....	79
Quadro 12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação (Quadro A.4.14) .....	80
Quadro 13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação (Quadro A.4.15).....	81
Quadro 14 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (Quadro A.5.2).....	83
Quadro 15 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência (Quadro A.5.3) .....	85
Quadro 16 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios (Quadro A.5.4).....	86
Quadro 17 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2013 e Exercícios Seguintes (Quadro A.5.5) .....	86
Quadro 18 - Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos (SF) (Quadro A.5.8).....	87
Quadro 19 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador (Quadro A.5.10).....	87
Quadro 20 – Despesas Realizadas por Meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) (Quadro A.5.11).....	88
Quadro 21 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF) (Quadro A.5.12).....	88
Quadro 22 – Força de Trabalho do MME – Situação Apurada em 31/12 (Quadro A.6.1).....	89
Quadro 23 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho do MME – Situação em 31/12 (Quadro A.6.2) .....	90
Quadro 24 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do MME (Situação em 31 de dezembro) (Quadro A.6.3).....	91
Quadro 25 – Quantidade de Servidores do MME por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12 (Quadro A.6.4).....	92
Quadro 26 – Quantidade de Servidores do MME por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12 (Quadro A.6.5).....	93

Quadro 27 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores (Quadro A.6.6).....	94
Quadro 28 – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31 de dezembro (Quadro A.6.7).....	96
Quadro 29 – Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12 (Quadro A.6.8).....	96
Quadro 30 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (art. 3º da IN TCU 55/2007) (Quadro A.6.9).....	97
Quadro 31 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (art. 3º da IN TCU 55/2007) (Quadro A.6.10).....	98
Quadro 32 – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC (Quadro A.6.11).....	98
Quadro 33 – Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU (art. 14 da IN TCU 55/2007) (Quadro A.6.12).....	98
Quadro 34 – Atuação do OCI sobre os Atos Submetidos a Registro (Quadro A.6.13).....	99
Quadro 35 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva (Quadro A.6.17).....	100
Quadro 36 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra (Quadro A.6.18).....	101
Quadro 37 – Composição do Quadro de Estagiários (Quadro A.6.19).....	102
Quadro 38 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União (Quadro A.7.1).....	104
Quadro 39 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ (Quadro A.7.3).....	105
Quadro 40 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada (Quadro A.8.1).....	107
Quadro 41 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis (Quadro A.9.1).....	109
Quadro 42 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água (Quadro A.9.2).....	113
Quadro 43 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício (Quadro A.10.1) ..	114
Quadro 44 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI (Quadro A.10.3).....	139
Quadro 45 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR (Quadro A 10.5).....	147
Quadro 46 – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV (Quadro A.10.6).....	148
Quadro 47 – Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada. (Quadro A.11.1).....	150
Quadro 48 – Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício não Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada (Quadro A.11.2).....	151

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quadro Geral de Pessoal .....	31
Tabela 2 – Pessoal em Exercício nas Áreas Finalísticas e de Suporte do MME .....	32
Tabela 3 – Exercício de Analistas de Infraestrutura .....	32
Tabela 4 – Despesas de Pessoal do MME.....	33
Tabela 5 – Situação Final do Recadastramento de Aposentados e Pensionistas .....	34
Tabela 6 – Ações de Treinamento.....	34
Tabela 7 – Plano de Saúde GEAP .....	36
Tabela 8 – Plano de Saúde Aliança.....	36
Tabela 9 – Outros Planos de Saúde .....	37
Tabela 10 – Áreas de Assistência à Saúde .....	37
Tabela 11 – Ações de Qualidade de Vida .....	38
Tabela 12 – Campanha de Vacinação contra Gripe no MME.....	38
Tabela 13 – Execução Orçamentária das Despesas Discricionárias do MME - 2012 .....	154
Tabela 14 – Demonstrativo Detalhado dos Processos de Licitação por Modalidade no Exercício de 2012 .....	159
Tabela 15 – Pregões Eletrônicos Realizados em 2012.....	160
Tabela 16 – Dispensas de Licitações Realizadas em 2012 .....	165
Tabela 17 – Adesões a Registros de Preços Realizados em 2012.....	169
Tabela 18 – Relação de Processos com Aplicação de Penalidades na Fase Licitatória – Exercício 2012.....	171
Tabela 19 – Relação de Contratos Vigentes – 2012.....	175
Tabela 20 – Relação de Processos com Aplicação de Penalidades no Exercício de 2012 .....	187

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UJ .....	13
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	13
1.2. Finalidade e Competências da Unidade Jurisdicionada .....	14
1.3 Organograma Funcional .....	16
1.4 Macroprocessos .....	17
1.5 Macroprocessos de Apoio .....	17
1.6 Principais Parceiros .....	17
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES .....	18
2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada .....	18
2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos.....	19
2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações .....	20
2.3.1 COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS – CGRL.....	22
2.3.2 COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH .....	30
2.3.3 COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGTI .....	40
2.4 Indicadores .....	53
2.4.1 Síntese dos Indicadores de Desempenho da SPOA .....	54
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO .....	67
3.1 Estrutura de Governança .....	67
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	67
3.4 Sistema de Correição e Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU .....	69
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	70
4.1 Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ.....	70
4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ .....	70
4.1.6 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.....	70
4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa.....	74
4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ .....	74
4.2.2 Programação de Despesas .....	74
4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa .....	78
5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	83
5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores .....	83
5.3 Transferências de Recursos .....	85
5.4 Suprimento de Fundos.....	87
6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS .....	89
6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos .....	89

6.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	89
6.1.2	Qualificação da Força de Trabalho .....	91
6.1.3	Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada .....	94
6.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	96
6.1.5	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos .....	97
6.1.6	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos .....	97
6.1.7	Informações sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação.....	97
6.1.8	Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos .....	99
6.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários .....	100
6.2.4	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	100
6.2.5	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	101
6.2.6	Composição do Quadro de Estagiários .....	102
7.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO .....	102
7.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros .....	102
7.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário .....	104
7.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial .....	104
7.2.3	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ.....	105
8.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO .....	107
8.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI) .....	107
9.	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	109
9.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	109
9.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	112
10.	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS....	114
10.1	Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício.....	114
10.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício .....	114
10.1.3	Recomendações do OCI Atendidas no Exercício .....	139
10.3	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93 .....	147
10.3.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93.....	147
10.4	Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV .....	148
11.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....	149
11.1	Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	149
11.1.1	Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos .....	149
11.2	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	150
11.2.1	Declaração Plena.....	150
11.2.2	Declaração com Ressalva.....	151
12.	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	152
12.1.	Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ .....	152

12.1.1 COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – CGOF.....	153
12.1.2 COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS – CGCC.....	156
12.1.3 COORDENAÇÃO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – CMA.....	188

## INTRODUÇÃO

O presente Relatório compreende os atos de gestão praticados pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) da Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia, no exercício de 2012, por meio de ações e projetos sob a responsabilidade da UJ, que traduzem os esforços para o alcance dos resultados obtidos.

O documento foi elaborado em conformidade com a Decisão Normativa TCU nº 119, de 18 de janeiro de 2012, a Decisão Normativa TCU nº 124, de 5 de dezembro de 2012, e a Portaria TCU nº 150, de 3 de julho de 2012, observadas as orientações da Portaria CGU nº 133, de 18 de janeiro de 2013.

Na consecução de seus objetivos, a Subsecretaria conta com diversos parceiros e colaboradores, que incluem as unidades administrativas de sua estrutura organizacional: (i) Coordenação-Geral de Recursos Logísticos; (ii) Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação; (iii) Coordenação-Geral de Recursos Humanos; (iv) Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças; (v) Coordenação-Geral de Compras e Contratos e (vi) Coordenação de Modernização Administrativa.

A estrutura do relatório segue a organização do conteúdo da Parte “A” do Anexo II à DN TCU nº 119/2012, consideradas as peculiaridades da Unidade Jurisdicionada.

Nesse contexto, cabe ressaltar os itens que tratam de assuntos específicos a cargo da UJ, quais sejam:

- no Item 2 (subitem 2.3) os resultados do “Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia” (código 2119), compreendendo as ações de administração da unidade e ao pagamento de benefícios e previdência do Quadro de Pessoal do MME, a cargo da SPOA, estão vinculados às respectivas Coordenações-Gerais, encarregadas da condução de atividades/projetos de ações específicas do Programa; e
- no Item 6, Gestão de Pessoas e Custos Relacionados, as informações prestadas abrangem o quadro dos recursos humanos do Ministério de Minas e Energia, gerenciado pela UJ, na qualidade de órgão setorial do Sistema de Pessoal da Administração Federal (SIPEC).

Assim, além de permitir a avaliação do cumprimento das competências regimentais atribuídas à Subsecretaria, o documento confere transparência aos resultados da aplicação dos recursos.

Os itens dos normativos: Anexo II à DN TCU nº 119/2012 e subitens especificados nas orientações do Anexo à Portaria-TCU nº 150/2012, que não se aplicam à natureza da Unidade Jurisdicionada ou não ocorreram no período, estão relacionados abaixo:

### Parte A – Conteúdo Geral

Subitem 3.3	Remuneração Paga a Administradores.
Justificativa: Não se aplica à natureza da UJ.	
Subitem 4.1.1, 4.1.2, 4.1.3 e 4.1.4	Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.
Justificativa: A UJ não é responsável por Programas Temáticos.	

Subitem 5.1	Reconhecimento de Passivos.
Justificativa: Não houve, no ano de 2012, obrigações tributárias reconhecidas que não estivessem contempladas na execução financeira do órgão em virtude de limitação de recursos, como também casos de insuficiência de créditos e nenhum valor que esteja em fase de identificação do crédito.	
Subitens 5.3.4 e 5.3.5	5.3.4 (Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse) e 5.3.5 (Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse).
Justificativa: Os quadros A.5.6 (Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse) e A.5.7 (Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse) não foram apresentados porque os instrumentos celebrados entre o MME e a Fundação de Seguridade Social possuem natureza de execução diferenciada dos demais convênios regidos pela legislação correlata.	
Subitem 5.4.1.2	Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”.
Justificativa: De acordo com o Decreto nº 6.370, de 01/02/2008, art. 3º, § 1º, apenas os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e dos Comandos Militares poderão manter contas bancárias do Tipo “B” destinadas à movimentação de suprimento de fundos (Incluído pelo Decreto nº 6.467, de 2008).	
Subitem 5.5	Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ.
Justificativa: Esta Unidade Jurisdicionada trata tão somente de matéria do Orçamento Fiscal e o enfoque em comento está mais propriamente atrelado ao Orçamento de Investimento, não tendo, portanto no exercício de 2012, nenhum ato de concessão, ampliação ou adoção de benefício fiscal.	
Subitem 5.6	Gestão de Precatórios.
Justificativa: Não se aplica à UJ.	
Subitens 6.2.1 e 6.2.2	6.2.1 (Informações sobre a Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão) e 6.2.2 (Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público).
Justificativa: Não há conteúdo a ser informado no exercício.	
Subitens 7.2.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.
Justificativa: Não há conteúdo a ser informado no exercício.	
Subitem 10.1.2 e 10.1.4	10.1.2 (Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício) e 10.1.4 (Recomendações da OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício).
Justificativa: Todas as deliberações exaradas do TCU para a UJ/SPOA foram integralmente atendidas dentro do exercício. Algumas, foram dirigidas à Secretaria-Executiva e ao Gabinete do Ministro que, por sua vez, repassaram à SPOA. Da mesma forma, não há registro de pendência no atendimento às recomendações do Órgão de Controle Interno.	
Subitem 10.2	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna.
Justificativa: Na estrutura da UJ não consta unidade dessa natureza.	
Subitem 11.3	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.
Justificativa: Todos os registros contábeis do MME são efetuados do SIAFI, portanto o item não se aplica à UJ.	
Subitem 11.5	Composição Acionária das Empresas Estatais.
Justificativa: Não se aplica à Natureza da UJ.	

## 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UJ

## 1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual (Quadro A.1.1)

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério de Minas e Energia			<b>Código SIORG:</b> 2852
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa:</b> Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração			
<b>Denominação Abreviada:</b> SPOA			
<b>Código SIORG:</b> 8932	<b>Código LOA:</b> 32101	<b>Código SIAFI:</b> 320002	
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público (Administração Direta do Poder Executivo Federal)			
<b>Principal Atividade:</b> Administração Pública em Geral			<b>Código CNAE:</b> 8.411-6
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(061) 2032-5646	(061) 2032-5101	(061) 2032-5678 (fax)
<b>Endereço Eletrônico:</b> spoa@mme.gov.br			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.mme.gov.br">http://www.mme.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, Brasília-DF, CEP 70065-900			
<b>Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
➤ Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012, publicado no DOU-1, de 13/9/2012, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério de Minas e Energia.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
➤ Portaria nº 144, de 23 de junho de 2006, publicada no DOU-1 de 26/6/2006: aprova o Regimento Interno da Secretaria-Executiva.			
➤ Portaria MME nº 459, de 1º de dezembro de 2009: altera o Regimento Interno da Secretaria-Executiva.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
➤ Os produtos e serviços da SPOA são executados de acordo com orientações e normas emanadas dos órgãos centrais dos Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Contabilidade, de Administração Financeira, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Administração de Recursos Humanos e de Serviços Gerais.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<b>Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
320002	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF		
320004	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL		
320005	Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH		
320006	Setorial Contábil		
<b>Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
320002	00001 – Tesouro Nacional		
320004			
320005			
320006			
320016			
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
320002		00001	

## 1.2. Finalidade e Competências da Unidade Jurisdicionada

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, órgão integrante da estrutura da Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia, de acordo com o estabelecido no Decreto nº 7.798, de 2012, tem como competência regimental:

- planejar, coordenar e monitorar a implementação das atividades relativas à organização e modernização administrativa, e as relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Contabilidade, de Administração Financeira, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Administração de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, no âmbito do Ministério;
- articular os sistemas referidos no item anterior com o órgão central e informar e orientar os órgãos do Ministério, sobre o cumprimento das normas administrativas estabelecidas;
- orientar e consolidar a formalização das propostas orçamentárias do Ministério e de suas entidades vinculadas, incluídos o orçamento fiscal e o da seguridade social, compatibilizando-as com os objetivos, metas e alocação de recursos, em conformidade com as diretrizes do órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;
- elaborar e consolidar os planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à apreciação superior;
- monitorar e avaliar projetos e atividades;
- desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, no âmbito do Ministério; e
- realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário.

No contexto de suas atribuições regimentais, a SPOA tem como finalidade prover os órgãos do MME dos meios administrativos (recursos humanos, logísticos, orçamentários e financeiros, materiais e de tecnologia da informação) necessários à gestão de ações, projetos e programas, assegurando a manutenção e o funcionamento do Ministério, com vistas ao efetivo cumprimento da missão institucional desta Pasta. Assim, os macroprocessos da UJ tem como função apoiar, prioritariamente, os macroprocessos finalísticos.

Como nos exercícios anteriores, a SPOA manteve os objetivos permanentes que ancoram o desenvolvimento das ações e dos projetos, quais sejam:

- buscar a agilidade no atendimento de demandas das diversas unidades administrativas do Ministério;
- promover a melhoria contínua da infraestrutura física e dos processos de trabalho;
- atuar com eficiência e transparência na gestão dos recursos orçamentários e financeiros;
- estimular a capacitação e o desenvolvimento do corpo funcional do Ministério;
- promover medidas socioambientais no ambiente de trabalho; e
- intensificar o processo de comunicação da UJ.

Também, quanto aos objetivos, eles estão sintetizados na meta intermediária da SPOA: *Otimizar a Gestão de Recursos do MME*, que compõe o processo de aferição do desempenho institucional do Ministério, referente ao período de 1º de outubro de 2011 a 30 de setembro de 2012 (3º ciclo de avaliação), conforme dispõe a Portaria nº 1, de 17 de fevereiro de 2012, do Secretário-Executivo.

Para o alcance dos objetivos estabelecidos, as ações e os projetos conduzidos pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração estão evidenciados ao longo deste relatório. No entanto, entre as diversas realizações da UJ, no exercício, cabe ressaltar as mais impactantes.

Uma iniciativa fundamental diz respeito à gestão de documentos do Ministério de Minas e Energia, que compreende a elaboração do Código para Classificação e da Tabela de Temporalidade, no tocante aos documentos das atividades-fim, e à digitalização da documentação da fase corrente, arquivada em diversas unidades da Instituição (em fase de conclusão). Ainda, como parte desse processo, foi concluído o tratamento técnico arquivístico da massa documental (fase intermediária) acumulada no Arquivo Central do MME de, aproximadamente, 2.500 metros lineares. Além da preservação das informações, o tratamento do acervo tem possibilitado o acesso rápido e eficaz às informações produzidas e recebidas pelo Órgão.

Da mesma forma, registra-se a adesão ao Projeto Esplanada Sustentável do Governo Federal, que resultou no atingimento de 75% das metas pactuadas, mediante redução das seguintes despesas: água e esgoto, limpeza e conservação, telefonia fixa e telefonia móvel. Essa melhoria de eficiência nos percentuais de redução foi convertida em orçamento para o Ministério, a ser investido nessas despesas no próximo exercício.

Igualmente, foi levado a efeito o Projeto de Eficiência Energética, idealizado para o edifício do MME, cuja implantação iniciou pelo sistema de iluminação, de modo a automatizar/controlar a dimerização das lâmpadas em todos os ambientes do prédio. A partir da automação tecnológica pretendida será possível uma administração mais eficiente e eficaz da rede elétrica do MME. Para tanto, foi firmado o Termo de Cooperação Técnica com a Eletrobrás/Furnas, que viabilizou a execução do projeto, com conclusão prevista para o início do exercício seguinte.

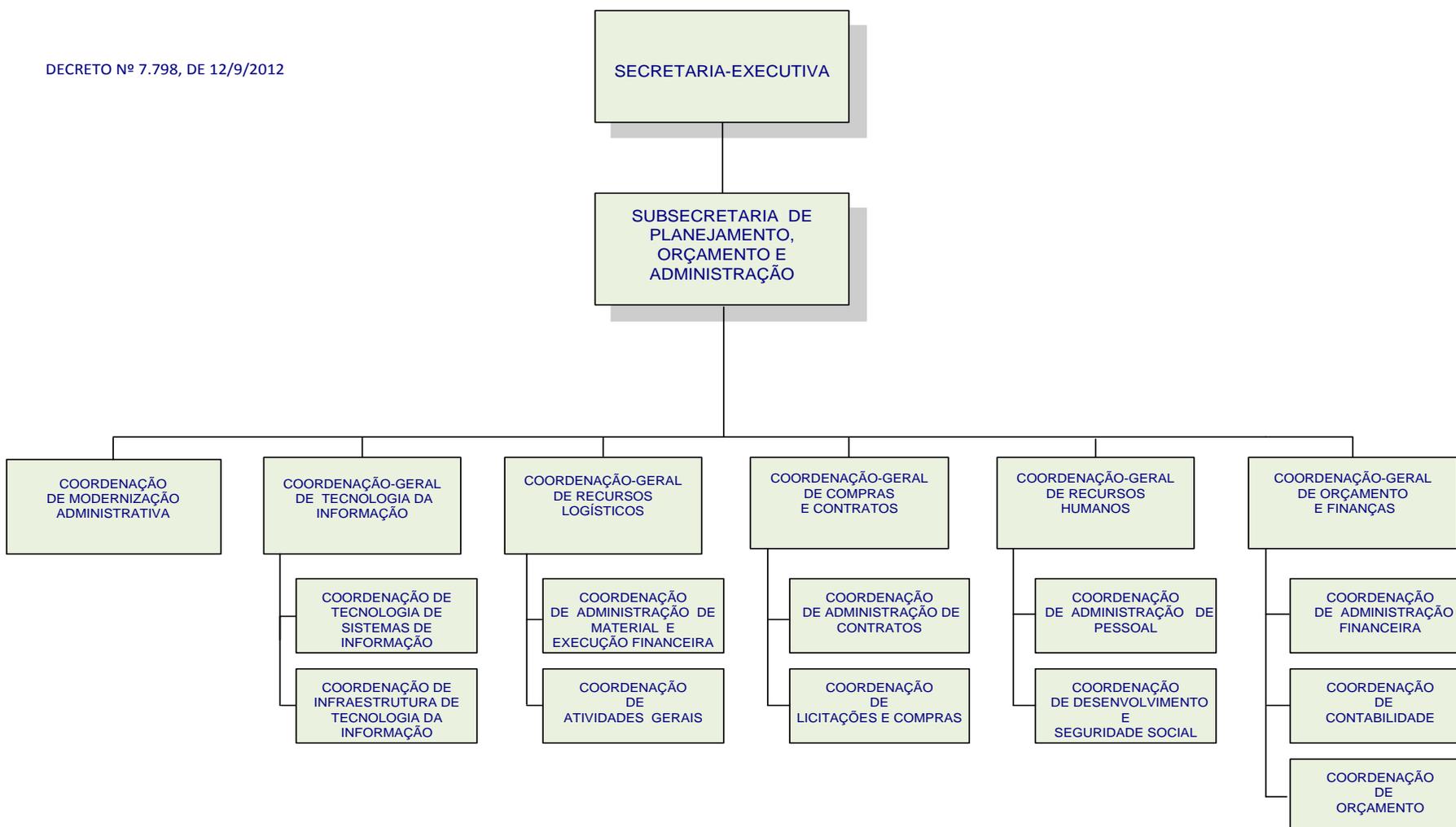
Registra-se também a gestão orçamentária eficiente, que permanece no patamar de 97,70%, demonstrando um resultado bastante satisfatório na administração dos recursos orçamentários destinados ao MME e ao encargo desta UJ.

Ainda, como atuação proativa da UJ, cabe destacar a atual infraestrutura do ambiente tecnológico do MME (especificada no item 2.3.3 deste relatório), que representa um diferencial na gestão da área de Tecnologia da Informação, conforme auferido no processo de avaliação da Governança de TI para 2012, conduzido pela Secretaria de Fiscalização da Tecnologia da Informação, em observância à determinação contida no item 9.6.4 do Acórdão 2.585/2012-TCU/Plenário. No levantamento, realizado pela Sefti/TCU, foi atribuído ao MME, comparativamente a outros órgãos, a nota de 0,58 no quesito capacidade de governança de TI (compatível com o estágio “intermediário”, 2ª melhor posição entre os órgãos avaliados). Se comparada com a nota da mesma avaliação recebida em 2010, é perceptível o avanço da UJ na capacidade de governança (cerca de 70%), estando muito mais próximo do estágio “aprimorado” (cuja nota está entre 0,6 e 1,0).

## 1.3 Organograma Funcional

## MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME

DECRETO Nº 7.798, DE 12/9/2012



#### 1.4 Macroprocessos

No exercício de suas competências regimentais, a operacionalização dos macroprocessos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração decorre de sua atuação como órgão setorial dos sistemas auxiliares do Poder Executivo Federal, quais sejam: de planejamento e orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de administração de recursos humanos e de serviços gerais, de organização e inovação institucional e de administração dos recursos de informação e informática. Assim, os macroprocessos da SPOA têm como finalidade apoiar, prioritariamente, a execução dos macroprocessos finalísticos (primários) do MME, assegurando o funcionamento dos órgãos do Ministério para o efetivo cumprimento da sua missão institucional.

#### 1.5 Macroprocessos de Apoio

Diante das atribuições da Subsecretaria, os serviços prestados às unidades internas do MME seguem as diretrizes dos órgãos centrais dos sistemas federais (auxiliares), que atuam, de forma transversal, nos órgãos da Administração Pública.

O plano de ações e projetos da SPOA, mesmo sem dispor de uma matriz de processos formalmente estruturada e aprovada, resulta da composição dos seguintes macroprocessos de suporte administrativo, que traduzem o funcionamento da UJ: (i) Gestão de Compras e Contratos, (ii) Gestão de Recursos Humanos, (iii) Gestão de Tecnologia da Informação, (iv) Gestão de Orçamento e Finanças, (v) Gestão de Recursos Logísticos e (vi) Organização Administrativa, que agregam diversos processos nas áreas de competências das unidades da estrutura organizacional da Subsecretaria.

Os principais produtos/serviços da UJ, operados por meio dos citados macroprocessos de suporte administrativo, são produzidos por seus diversos processos, como: (i) aquisições de bens e serviços; (ii) administração de contratos; (iii) concessão de benefícios; (iv) capacitação e desenvolvimento de pessoas; (v) administração dos recursos de informática; (vi) gestão orçamentária, financeira e contábil; (vii) manutenção predial; (viii) administração de serviços gerais; (ix) gestão de documentos de arquivo; e (x) organização de procedimentos administrativos.

Tendo em vista a melhoria dos fluxos de trabalho e das providências adotadas, foi realizado, em 2012, o levantamento dos processos organizacionais que permeiam a Coordenação de Administração de Contratos. Embora em estágio incipiente e sem esgotar todos os subprocessos vinculados, essa atividade resultou na descrição dos procedimentos da rede de alguns processos, como: (i) Elaboração de Instrumentos Contratuais; (ii) Monitoramento da Gestão de Contratos; (iii) Análise de Processos de Alterações de Contratos, de Equilíbrio Econômico-Financeiro, de Repactuação e de Acréscimo/Supressão; (iv) Análise de Processos de Pagamento.

#### 1.6 Principais Parceiros

Na sua área de atuação, a SPOA conta com parceiros internos e externos, que interagem para a execução dos serviços destinados à consecução dos objetivos por ela fixados. Esse ambiente contempla as unidades administrativas do MME e os órgãos públicos federais de interesse. Ainda, na prestação dos serviços aos clientes, a UJ tem o corpo funcional como um importante colaborador. Assim, resumidamente, os parceiros podem ser identificados da seguinte forma:

– Parceiros Internos: Órgãos da estrutura regimental do MME (órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado e órgãos específicos singulares).

– Parceiros Externos:

- i) Órgãos centrais dos sistemas auxiliares do Poder Executivo Federal: a) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Secretaria de Orçamento Federal, Secretaria de Gestão Pública, Secretaria de Patrimônio da União e Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação; e b) Ministério da Fazenda (Secretaria do Tesouro Nacional).
- ii) Outros órgãos do Poder Executivo Federal: a) Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (Departamento de Segurança da Informação e Comunicações); b) Ministério da Justiça (Arquivo Nacional); c) Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO;
- iii) Entidades vinculadas ao Ministério (autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista);
- iv) Prestadores/Fornecedores de serviços: a) Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB; b) Companhia Energética de Brasília – CEB; c) Operadoras dos serviços de Telefonia e Link com a Internet, entre outros.

## 2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

### 2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

Em prosseguimento à política adotada nos exercícios anteriores, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, no ano de 2012, buscou o pleno desempenho de suas atribuições regimentais, referendadas por meio do Decreto nº 7.798, de 2012. Portanto, manteve o planejamento de sua atuação embasada nas diretrizes estratégicas desta Pasta, em especial da Secretaria-Executiva, e nas orientações normativas emanadas dos órgãos centrais dos respectivos sistemas auxiliares (de planejamento e orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de administração de recursos humanos e de serviços gerais, de organização e inovação institucional e de administração dos recursos de informação e informática).

No âmbito do Plano Plurianual do Governo Federal (PPA), o planejamento da UJ foi executado mediante o **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia** (código 2119), no que se refere às ações de administração da unidade e ao pagamento de benefícios e previdência do Quadro de Pessoal do MME. Neste relatório, tais ações estão identificadas no subitem **4.1.6** e os resultados apresentados em tópicos das seguintes unidades executoras: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, Coordenação-Geral de Recursos Humanos e Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (subitem 2.3).

Dentro do plano preliminar de gestão do Ministério de Minas e Energia 2012, coube à UJ a ação: Acompanhar o Orçamento Fiscal do MME. Esse monitoramento, que integra as atividades do órgão setorial do sistema de orçamento, registrou, no período, o percentual de empenho de 97,7%, considerando apenas as Despesas Discricionárias (Custeio e Investimento). Excluem-se as despesas contempladas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, os Benefícios ao Servidor, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Amortização da Dívida, Recursos de Doações e de Convênios e a Reserva de Contingência.

Também, como instrumento de planejamento das ações da SPOA, foi definido o Plano Anual de Capacitação do MME para 2012, em atendimento ao disposto no Decreto nº 5.707, de 23/2/2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal Direta, e, ainda, em consonância com as orientações do órgão central do Sistema de Administração de Recursos Humanos. O Plano priorizou a capacitação dos servidores do Ministério apoiada nas competências (conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes) necessárias ao desempenho de suas funções, nos hiatos identificados no mapeamento de competências realizado no Órgão nos anos de 2009 e 2010.

Ressalta-se, ainda, que as ações de TI foram orientadas pela versão preliminar do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, a ser revisado pelo Comitê Executivo de Tecnologia da Informação. Com este instrumento buscou-se assegurar o alinhamento de ações/projetos com as necessidades dos órgãos do Ministério.

Na condução do processo de Tecnologia da Informação, ao encargo da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, foram adotadas as providências com vistas ao estabelecimento de políticas e diretrizes de gestão de TI alinhadas aos objetivos estratégicos do Ministério de Minas e Energia. Assim, por meio da Portaria nº 55, de 2 de maio de 2012, foi instituído o Comitê Executivo de Tecnologia da Informação – CETI, sob a presidência do titular da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação. Para operacionalização do Comitê, previu-se a criação de um de Grupo de Trabalho composto por representantes dos órgãos do MME (GM, SE, SPE, SEE, SPG e SGM), com a incumbência de elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI (2012-2014), a ser submetido à aprovação da autoridade superior. O andamento dos trabalhos do CETI ainda depende da indicação de representantes de duas áreas estratégicas deste Ministério. Ademais, o alinhamento do PDTI às áreas de negócio do MME está condicionado à elaboração e aprovação do Planejamento Estratégico desta Pasta.

Dessa forma, no exercício de 2012, a SPOA conduziu seu planejamento nos moldes dos anos anteriores, dando continuidade às ações existentes, bem como desenvolvendo novos projetos, sempre visando à consecução dos objetivos fixados e à plena execução das competências institucionais da Subsecretaria. Em síntese, os resultados da UJ, apresentados ao longo deste relatório, estão concentrados nas seguintes atuações:

- modernização da infraestrutura predial e tecnológica;
- implementação de mecanismos de segurança física e de informação;
- otimização dos custos nas aquisições de bens e serviços;
- gestão orçamentária eficiente;
- manutenção da alta disponibilidade do ambiente tecnológico;
- melhoria das atividades de atendimento aos usuários de serviços de gestão interna;
- tratamento dos documentos de arquivos (massa documental);
- intensificação das ações de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos; e
- assessoramento técnico nos assuntos de organização administrativa.

## 2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

A SPOA manteve sua atuação alinhada aos seus objetivos e às diretrizes estratégicas do MME, sempre buscando aprimorar o processo de articulação e interação com os parceiros internos (demais unidades administrativas do MME) e com os parceiros externos, especialmente com os órgãos centrais dos sistemas executores. Nesse sentido, por meio das unidades setoriais dos referidos sistemas, que integram a estrutura organizacional da UJ, as atividades desenvolvidas compreenderam o atendimento ao calendário e às demandas dos referidos órgãos, além de ações conjuntas e intercâmbio de experiências.

Por meio de reuniões periódicas, deu continuidade ao trabalho com o corpo gerencial, para assegurar a execução e o monitoramento das ações do “Programa de Gestão e Manutenção do MME” vinculadas à UJ, considerando as normas e as regras pertinentes, bem como as metas previstas. Diante disso, a capacitação e o desenvolvimento de servidores foram adotados como estratégia de atuação para fomentar tais ações e projetos, apresentando resultados exitosos nas áreas de atuação da Subsecretaria.

Cabe destacar que, como parcela da estrutura do sistema de governança em gestão administrativa, para atender orientações de órgãos centrais dos sistemas auxiliares ou de projetos específicos do Governo Federal, a SPOA conta com grupos de trabalho, comissões e comitês, criados para contribuir, exclusivamente, com o processo decisório, no que diz respeito às questões administrativas internas do MME. Estão inseridos nessa iniciativa: (i) a Comissão de Gestão de Logística Sustentável, (ii) a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), (iii) a Comissão para Coleta Seletiva Solidária, (iv) o Comitê Executivo de Tecnologia da Informação – CETI e (v) a Subcomissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SubSIGA). Ainda, nesse formato, foram designados, pela Portaria SPOA nº 113, de 19/12/2012, representantes do Ministério e de suas entidades vinculadas (DNPM, ANEEL, ANP, CPRM e EPE), para proceder ao acompanhamento da execução orçamentária, nos termos da Portaria SOF/MP nº 103/2012.

Em suma, no exercício de 2012, além de intensificar a interlocução com seus parceiros e colaboradores, a UJ, como nos anos anteriores, empenhou-se em assegurar os recursos logísticos e orçamentários necessários ao adequado funcionamento dos órgãos do Ministério, para que pudessem exercer as funções regimentais estabelecidas no Decreto nº 7.798, de 2012.

### 2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

Em 2012, as metas das ações da UJ foram executadas no âmbito do **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia** (código 2119), conforme consta do subitem 4.1.6 deste relatório. Os resultados das ações, abaixo relacionadas, são apresentados, na sequência, em tópicos das unidades executoras: Coordenação-Geral de Recursos Humanos, Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação.

#### **i) Ação 2000 - Administração da Unidade**

➤ Finalidade:

- Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

#### **ii) Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes**

➤ Finalidade:

- Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, em caráter suplementar, condições para manutenção da saúde física e mental, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9/12/1993).

#### **iii) Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados**

➤ Finalidade:

- Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9/12/1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.

**iv) Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados**

## ➤ Finalidade:

- Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9/12/1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

**v) Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados**

## ➤ Finalidade:

- Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.

**vi) Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos**

## ➤ Finalidade:

- Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.

**vii) Ação 20TP > 00H1 - Pagamento de Pessoal Ativo da União -**

## ➤ Finalidade:

- Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.

**viii) Ação 4572 - Capacitações de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**

## ➤ Finalidade:

- Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

**ix) Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**

## ➤ Finalidade:

- Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

### 2.3.1 COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS – CGRL

À Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL compete planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com administração de material e patrimônio, administração e manutenção predial, obras e instalações, comunicações administrativas, documentação bibliográfica, transporte, zeladoria e reprografia, bem como as inerentes à execução orçamentária e financeira dos recursos alocados na Unidade.

Na sua área de atuação, a CGRL desenvolveu alguns projetos e atividades de infraestrutura relevantes, com a finalidade de promover melhorias no edifício e oferecer conforto e segurança aos servidores e usuários dos serviços do MME, relacionados abaixo:

#### PROJETOS CONCLUÍDOS

- Revitalização da área do Restaurante e das respectivas instalações

Objeto: Serviços de reforma e adaptações

Objetivo: revitalizar a área física, respectivas instalações e equipamentos do restaurante do MME, mediante a utilização dos contratos de prestação de serviços de manutenção da edificação do Ministério, com previsão de: troca do piso, revisão dos exatores, demolição do balcão de alvenaria de recepção/pagamento, revestimento dos balcões de suco/balança e da lanchonete, desinstalação dos balcões/rampas de distribuição de alimentos, pintura geral, adaptação da rampa de acesso à cozinha, revisão das instalações de esgoto, água e de eletricidade para os novos balcões de distribuição de alimentos quente e frio, eliminação de infiltrações em algumas paredes e ajuste do corrimão da cozinha.

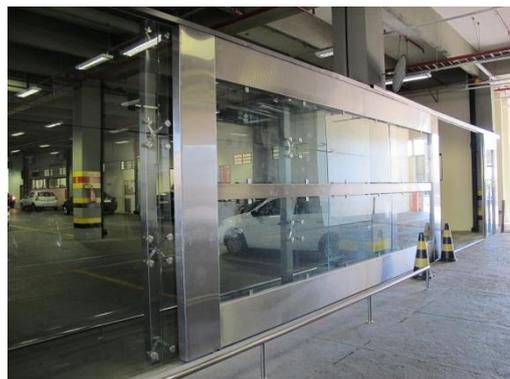
Justificativa da Necessidade: minimizar filas de acesso ao buffet e ao caixa do restaurante e lanchonete, agilizar e melhorar o atendimento, facilitar a limpeza do piso, considerando que o anterior, de PVC, era de difícil higienização, contribuindo para o desperdício de água e de produtos de limpeza, revitalizar o aspecto geral das paredes com nova pintura, otimizando assim o espaço ocupado pelo estabelecimento.

- Instalação de Barreiras na Garagem

Objeto: Serviços para instalação de barreiras nas entradas da garagem.

Objetivo da Contratação: delimitar a passagem de pedestres e veículos não autorizados pela garagem, de forma a restringir o trânsito por aquele local, considerando que a configuração arquitetônica desse ambiente contribui para o fácil acesso de pessoas e veículos às dependências do edifício, comprometendo, assim, a segurança do Órgão.

Justificativa da Necessidade: vulnerabilidade do edifício em face do livre trânsito de pedestres e veículos pelas entradas da garagem. Com a instalação de uma barreira divisória confeccionada em aço e vidro foi possível controlar o efetivo de pessoas e de veículos que transitam por essa via, mediante autorização do acesso exclusivamente para pessoas e carros devidamente cadastrados pela Administração (serviços concluídos em julho de 2012).



### ➤ Gestão de Documentos no MME

Objeto: Gestão Documental

Objetivo da Contratação: desenvolvimento e implantação do Projeto de Gestão Documental no MME.

Justificativa da Necessidade: tratamento e segurança da massa de documentos produzida e arquivada no Órgão para preservação da memória do MME. As informações produzidas, recebidas e acumuladas pelos órgãos e entidades da Administração Pública são instrumentos essenciais do processo de tomada de decisões, para comprovação de direitos individuais e coletivos e para registro da memória de sua organização.

Etapas concluídas:

- (i) Tratamento técnico arquivístico – foi concluído o tratamento técnico arquivístico da massa documental acumulada no MME, de, aproximadamente, 2.500 metros lineares, executado no período de agosto/2011 a junho/2012, por meio da contratação de empresa especializada em serviços de higienização, classificação, organização, acondicionamento e cadastramento em sistema informatizado de controle de processos e documentos. Esse tratamento tem possibilitado acesso rápido e eficaz às informações produzidas e recebidas pelo MME e sua preservação.



- (ii) Adaptação da área física – realizada na área localizada no 2º subsolo do edifício, mediante contratação de empresa para revitalização das dependências do Arquivo Central. Tal serviço possibilitou a instalação de arquivos deslizantes e respectivos subsistemas de prevenção e de combate de sinistros no Arquivo Central do Órgão.



- (iii) Arquivos deslizantes – aquisição e instalação de arquivos deslizantes, incluindo sistema de climatização, temperatura, umidade, monitoramento do ambiente contra intrusão por sistema de CFTV, e prevenção e combate a incêndios, em 04 (quatro) salas no 2º subsolo do edifício. A conclusão desta etapa permitiu o armazenamento adequado do acervo documental do Ministério, que passou por tratamento arquivístico, no período de agosto/2011 a junho/2012, com garantia de segurança, preservação e acesso rápido aos documentos recebidos ou acumulados pelo MME.



## PROJETOS EM ANDAMENTO

- Gestão de Documentos no MME

Etapas em andamento:

- (i) Elaboração de Códigos para Classificação e da Tabela de Temporalidade – etapa que se refere aos documentos das atividades-fim, iniciada em 2011, pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, com auxílio de uma empresa especializada. A elaboração desses instrumentos de gestão da guarda e arquivo de documentos permitirá a consolidação do processo de avaliação do acervo referente às atividades finalísticas do órgão, incluindo classificação, organização, avaliação e destinação do material (conclusão prevista para o final de 2013).

- (ii) Digitalização do acervo documental – os serviços foram iniciados em agosto/2012, com o acervo da fase corrente, arquivado em diversas unidades do órgão, e será estendida aos documentos da fase intermediária, guardados no Arquivo Central do Ministério. A conclusão desta etapa está prevista para julho/2013. Esses serviços permitirão acesso mais rápido e até simultâneo ao acervo documental, além da preservação dos documentos originais em papel, uma vez que restringe o manuseio dos originais em consulta simples.



### ➤ Mobiliário

Objeto: Aquisição de mobiliário

Objetivo da Contratação: aquisição de 06 (seis) cadeiras/poltronas giratórias apropriadas para uso nas recepções das Portarias Principal e Privativa.

Justificativa da Necessidade: atender a área das recepções das Portarias Principal e Privativa, com cadeiras/poltronas em conformidade com a NR17 (Ergonomia) do Ministério do Trabalho e Emprego. Assim, os assentos pretendidos apresentam características técnicas que proporcionam melhores condições laborais, para um desempenho no ambiente de recepção do edifício.

### ➤ Projeto de Sinalização Arquitetônica, Acessibilidade e de Rota de Fuga de Emergência.

Objeto: Elaboração de um projeto de sinalização arquitetônica, de acessibilidade e de rota de fuga de emergência.

Objetivo da Contratação: dispor de um projeto de sinalização arquitetônica, de acessibilidade e de rota de fuga de emergência, para ser implantado no MME. A elaboração do projeto, contratado no final do exercício 2011 e concluído em março/2012, apresenta soluções que propiciam fácil acesso e identificação das dependências do edifício por servidores, terceirizados e pelo público em geral, incluindo pessoas portadoras de deficiências físicas. O projeto concebeu, ainda, desenhos/plantas das rotas de fugas de emergência exigidas pelas normas do CBMDF, a serem disponibilizadas para cada pavimento, além de especificar e atualizar a sinalização visual de segurança, mediante detalhamento de placas, adesivos, totens, mensagens, avisos etc., bem como de acessibilidade, em braile, piso tátil, desníveis, etc, em conformidade com a legislação vigente.

Justificativa da Necessidade: facilitar e simplificar a localização interna dos endereços dos pavimentos e das salas, seja do MME ou do MTur. O edifício carece de um projeto de sinalização apropriado às suas instalações, para melhor orientação das pessoas que transitam nas dependências dos Órgãos, adequado à legislação de segurança e acessibilidade (projeto apto a ser implantado).

➤ Divisórias e Forros Acústicos em Gabinetes e Salas de Reuniões.

Objeto: aquisição e instalação de divisórias e de forros acústicos nos principais gabinetes e salas de reuniões do MME.

Objetivo da Contratação: instalação de divisórias e de forros para tratamento acústico dos principais Gabinetes e salas de reuniões do MME. Os serviços iniciaram-se em 2011 e tiveram continuidade no exercício de 2012.

Justificativa da Necessidade: todos os ambientes de trabalho do MME são delimitados com divisórias de padrão simples, todavia, esse material comum não veda o som, propiciando exposição inadequada de assuntos reservados, que deveriam ser mantidos em sigilo até sua divulgação pelas autoridades competentes. Assim, optou-se pela aquisição de divisórias com tratamento especial, de modo a proporcionar condições adequadas para discussão de assuntos técnicos relevantes nos ambientes selecionados (gabinetes e salas de reunião), que exigem silêncio, isolamento e concentração, garantindo o sigilo de matérias afetas às políticas energética e de exploração mineral do País, tratadas nesses locais.



➤ Adaptação da Área Localizada na Garagem para Instalação do “Centro de Convivência e Capacitação de Pessoal”.

Objeto: Adaptar área física da Garagem para utilização pela CGRH.

Objetivo da Contratação: adaptar área contígua à garagem com vistas à instalação do “Centro de Convivência e Capacitação de Pessoal”, para utilização pela Unidade de Capacitação de Recursos Humanos (anteriormente o espaço abrigava componentes do ar condicionado central, hoje desativado). O centro em questão contará com um laboratório de informática e amplas salas para realização de cursos, projeções e reuniões etc (serviço iniciado em 2011 e concluído em 2012).

Justificativa da Necessidade: o MME necessita de um espaço específico para instalação de salas destinadas à capacitação e treinamento dos servidores.

➤ Renovação da Frota de Veículos

Objeto: Aquisição de 02 veículos.

Objetivo da Contratação: substituir 02 veículos da frota de carros oficiais do MME.

Justificativa da Necessidade: substituir 02 (dois) veículos de serviços da frota do MME, considerados antieconômicos, em face do tempo de uso, conseqüente depreciação, frequentes demandas de manutenção corretiva e maior dispêndio com combustível. Assim foram adquiridos 02 (dois) veículos da marca Renault, modelo Logan.

➤ Projeto de Eficientização Energética no Edifício do MME

Objeto: Desenvolver e Implantar um Projeto de Eficientização Energética no Edifício do MME.

Objetivo: reduzir o consumo e gasto com energia elétrica no prédio, possibilitar a evolução da etiquetagem de eficiência energética do edifício no maior nível da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia e inserir o Órgão na temática da sustentabilidade ambiental.

Justificativa da Necessidade: reduzir gasto e dispêndio com energia elétrica. Com a aquisição de novos equipamentos elétricos (principalmente aparelhos de ar condicionado) e ante o acréscimo de novos servidores ao quadro de pessoal deste Órgão (anistiados e concursados) somados às necessárias adaptações e reforma no prédio, houve aumento do consumo de energia.

Assim, foi idealizado um Projeto de Eficiência Energética para o edifício do MME, cuja implantação iniciou pelo sistema de iluminação, de modo a permitir redução dos custos, e ainda, viabilizar a evolução do processo de etiquetagem da edificação, atualmente no Nível “C”, no maior nível possível de eficiência energética da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia, conforme Manual para Aplicação do Regulamento Técnico de Qualidade para Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos – RTQ-C (INMETRO).

Tal intento está alinhado ao “Projeto Esplanada Sustentável do Governo Federal”, uma vez que a redução do consumo de energia elétrica culminará no conseqüente atingimento da meta de economia fixada.

Em primeira etapa, o “Projeto de Eficientização Energética” contempla a “Dimerização das Luminárias”, com a instalação de reatores dimerizáveis, interligados em rede lógica, objetivando automatizar/controlar a intensidade da iluminação das lâmpadas em todos os ambientes do prédio, por meio de um software de gestão, levando-se em consideração a necessidade das pessoas e a influência da iluminação externa captadas por sensores de detecção de iluminação natural e de ausência/presença. A partir da automação tecnológica pretendida será possível uma gestão mais eficiente e eficaz da rede elétrica do MME.

Devido à indisponibilidade orçamentária para abarcar um investimento dessa monta e conseqüente consecução do projeto e viabilização da contratação dos serviços e materiais necessários, o MME celebrou um Termo de Cooperação Técnica com a Eletrobrás/Furnas, assinado em 22/05/2012, de modo que o projeto e contratações decorrentes serão viabilizados por Furnas (serviços iniciados em 2012, com conclusão prevista ainda no primeiro semestre de 2013). Abaixo constam os principais dispositivos utilizados e instalados no “Projeto de Eficientização Energética no Edifício do MME”:



*Reator dimerizável*



*Sensores de ausência e iluminação externa*



*Painel de comando*

➤ Piso de Granito Colocado no Corredor do Pavimento Térreo

Objeto: Aquisição de piso de granito.

Objetivo da Contratação: substituir o piso existente (vinílico - paviflex) na ala norte do corredor do pavimento térreo por piso de granito.

Justificativa da Necessidade: o piso existente no pavimento térreo, ala norte (do tipo vinílico - paviflex), apresentava limitações com respeito à limpeza, durabilidade e estética. Já o granito é um revestimento altamente resistente e durável, de fácil manutenção e limpeza, além de apresentar melhor estética. A substituição do revestimento do piso da ala norte do pavimento térreo por granito (similarmente ao existente na ala sul do corredor, bem como do hall dos elevadores) tem o intuito também de padronizar o acabamento desse andar. Além do mais, em virtude da facilidade de limpeza do granito, o novo piso proporcionará economia com energia elétrica, água e produtos de limpeza, quando de sua higienização, consoante o politicamente indicado no conceito de sustentabilidade ambiental, por si só, justifica esse investimento.

➤ Revitalização de Área Contígua à Fachada do Edifício

Objeto: Reforma do espaço contíguo à fachada do edifício.

Objetivo da Contratação: reformar calçadas, canteiros dos jardins e o espaço de convivência situado em área externa ao edifício.

Justificativa da Necessidade: a revitalização do espaço em frente à fachada principal do edifício do MME compreende reforma de calçadas, canteiros dos jardins com plantas ornamentais, demarcação de estacionamento para motos e bicicletas, melhoria da área de convivência e de área para fumantes, há muito precisava ser feita. Nesse sentido, foram pintadas todas as calçadas, delimitados canteiros para as árvores existentes, com instalação de bancos para melhor conforto dos servidores e público em geral, ampliação de vagas para motos e bicicletas, reposição da cobertura verde nos canteiros e plantio de novas mudas de flores.

➤ Projeto Esplanada Sustentável – PES

Objeto: Projeto Esplanada Sustentável.

O MME aderiu, em 2012, ao Projeto Esplanada Sustentável do Governo Federal, mediante assinatura de um Termo de Adesão pelo titular da Pasta, com pactuação de metas para redução de despesas com: água e esgoto, copos descartáveis, energia elétrica, limpeza e conservação, papel, telefonia fixa, telefonia móvel e vigilância.

Nessa perspectiva, o MME atingiu 75% das metas pactuadas, mediante redução das despesas com: água e esgoto, limpeza e conservação, telefonia fixa e telefonia móvel, Para tanto, foram implementadas diversas ações para conscientização da comunidade que atua no edifício e para gerenciamento dos gastos com contratos referentes às despesas em questão, trabalho este realizado com a colaboração irrestrita dos fiscais dos serviços.

Dentre as ações desenvolvidas, merece destaque a consolidação de um plano pedagógico de capacitação, como ferramenta de conscientização dos servidores e prestadores de serviço do MME, ampliando o enfoque educativo a partir de uma parceria feita com a “Comissão para a Coleta

Seletiva Solidária”. As ações da Comissão, inicialmente direcionadas para descarte do papel, passaram, a partir das propostas trazidas pelo PES, a ampliar seu escopo, incluindo, transversalmente, a abordagem de temas, tais como o uso racional da água, energia elétrica, telefonia e limpeza, lembrando que a execução e/ou utilização desses serviços também influencia a qualidade ambiental e, principalmente, impacta nas contas públicas.

Resultados:

- Redução de 50% na utilização de copos descartáveis, que foram substituídos por copos duráveis (de vidro);
- Redução significativa no gasto de água com a diminuição da lavagem de veículos oficiais e monitoramento efetivo dos vazamentos;
- Redução do valor do contrato de limpeza e conservação, com diminuição dos materiais utilizados, mediante controle efetivo da distribuição e utilização desse material; e
- Redução do consumo de papel, devido a configuração de todas as impressoras de uso comum para impressão no modo frente e verso.

#### ➤ Coleta Seletiva Solidária

Objeto: Coleta Seletiva Solidária

No exercício de 2012, a Comissão para a Coleta Seletiva Solidária no MME optou por ações educativas, tais como treinamentos e campanhas, além da reorganização da estratégia de coleta de resíduos interna e externa. Durante todo o exercício foram recolhidos no MME e destinados à Associação habilitada, 19 toneladas e 855 kg de resíduos sólidos recicláveis.

Ato contínuo, recentemente foi divulgado o novo edital de chamamento público para formalização do Termo de Compromisso com cooperativas e associações do Distrito Federal, visando destinação adequada do resíduo sólido produzido no MME, em conformidade com o Decreto de regência.

Ações Gerais Implementadas:

- habilitação de novas cooperativas/associações para a coleta do resíduo sólido gerado no MME, com separação na fonte geradora;
- ampliação da proposta para a separação do plástico, além do papel (copos descartáveis, principalmente);
- elaboração de plano pedagógico (transversal e interdisciplinar: coleta seletiva – PES), como ferramenta de envolvimento e participação do corpo de servidores e colaboradores do Órgão;
- capacitação de 68 servidores e prestadores de serviços no curso “Trabalhando a Coleta Seletiva Solidária”, totalizando 12 horas de treinamento em cada turma de 17 participantes (07/08/2012);
- exposição de artes, criadas a partir de resíduos sólidos produzidos pelo MME, realização de palestras, apresentação de vídeos etc;
- confecção de banners para divulgação do ciclo da Coleta Seletiva Solidária; e
- Workshop: *Economicidade, Uso e Descarte do Papel Clorado e Sua Importância*, abrangendo 30 representantes de diversos órgãos participantes do Projeto Esplanada Sustentável, com a finalidade de multiplicar a expertise adquirida pelo MME às demais entidades participantes do PES.



Uma das 06 (seis) turmas do curso: Trabalhando a Coleta Seletiva Solidária – Serventes e Copeiras/68 pessoas treinadas de junho a agosto/2012.



Campanha de descarte adequado de papel: orientações em todas as impressoras.

### 2.3.2 COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH

À Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH compete planejar, coordenar, acompanhar, orientar e avaliar as atividades pertinentes a recursos humanos, compreendidas as de administração e desenvolvimento de pessoal, de assistência médica, odontológica e psicossocial, segundo diretrizes emanadas do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC, e, ainda, as de programação e execução orçamentária e financeira dos recursos consignados à Coordenação-Geral.

Na condição de órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC, a CGRH tem, ainda, como incumbência subsidiar a elaboração de projetos relacionados com políticas e desenvolvimento de recursos humanos e suprir as necessidades de pessoal no Ministério.

Todas as ações realizadas pela área de Recursos Humanos, em 2012, tiveram como meta a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados por este Ministério, com foco no desenvolvimento permanente do servidor e na adequação das competências requeridas aos objetivos institucionais.

As atividades da Coordenação-Geral decorrem da execução de ações específicas do Programa **2119** (Gestão e Manutenção do MME). Na sequência, essas ações são identificadas, bem como os resultados a elas vinculados. No tocante às metas das ações, realizadas em 2012, estão apresentadas no Quadro 4 deste relatório.

Ação 4572 - Capacitações de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados.

Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.

Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados.

Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes.

Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos.

Ação 20TP>00H1 - Pagamento de Pessoal Ativo da União.

Ação 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis.

Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

Integram as atividades básicas da CGRH:

- Anistia, enquadramento e reintegração de ex-empregados de empresas vinculadas do MME, extintas ou privatizadas;
- Aposentadorias e pensões;
- Cadastro, pagamento, legislação de pessoal e instrução de processos judiciais;
- Desenvolvimento de recursos humanos, benefícios, seguridade e medicina social;
- Execução Orçamentária e Financeira;
- Provimento, vacância, classificação e lotação de cargos.

*Tabela 1 – Quadro Geral de Pessoal*

<b>QUADRO DE PESSOAL DO MME</b>		
<b>SITUAÇÃO</b>	<b>QUANTITATIVO</b>	<b>%</b>
Ativo Permanente	218	7,69
Aposentado	765	26,97
Requisitado Administração Direta	30	1,06
Nomeado cargo em comissão	150	5,29
Natureza Especial	1	0,04
Membros de Poder e agentes políticos	1	0,04
Cedido	97	3,42
Requisitado Administração Indireta	52	1,83
Exerc. Descentralizado de Carreira	138	4,87
CLT anistiado Judicial	28	0,99
CLT anistiado Decreto	491	17,31
Beneficiário de Pensão	802	28,28
Estagiário	63	2,22
<b>TOTAL</b>	<b>2.836</b>	<b>100</b>
<b>QUADRO DE PESSOAL DA SPOA</b>		
<b>SITUAÇÃO</b>	<b>QUANTITATIVO</b>	<b>%</b>
Ativo Permanente	137	55,24
Requisitado Administração Indireta	2	0,81
Nomeado cargo em comissão	19	7,66
Requisitado Administração Direta	12	4,84
Exerc. Descentralizado de Carreira	8	3,23
CLT anistiado Judicial	9	3,63
CLT anistiado Decreto	38	15,32
Estagiário	23	9,27
<b>TOTAL</b>	<b>248</b>	<b>100</b>

Fonte: SIAPE

Tabela 2 – Pessoal em Exercício nas Áreas Finalísticas e de Suporte do MME

DESCRIÇÃO	2008		2009		2010		2011		2012	
	QTDE	%								
Pessoal na área finalística	196	33,16	211	33,49	259	37,65	245	35,25	262	39,22
Pessoal na área meio	395	66,84	419	66,51	429	62,35	450	64,75	406	60,78
<b>Total Geral</b>	<b>591</b>	<b>100</b>	<b>630</b>	<b>100</b>	<b>688</b>	<b>100</b>	<b>695</b>	<b>100</b>	<b>668</b>	<b>100</b>

Fonte: SIAPE/SGRH

➤ Retorno de Pessoal Anistiado nos termos da Lei nº 8.878/94

O processo de retorno dos anistiados por força da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, foi iniciado em 2008, com o pessoal advindo da extinta Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras – CAEEB e da extinta Siderurgia Brasileira – SIDERBRAS, e recentemente o retorno dos empregados oriundos da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN. Desde então, o Órgão vem desenvolvendo exaustivo trabalho no sentido de efetivar o ingresso de anistiados aos quadros do MME, além de atender todas as demandas de revisões provocadas por esse contingente de pessoal.

EMPRESA	Quantitativo de retorno em 2012
CAEEB	04
CSN	72
SIDERBRAS	04
<b>TOTAL</b>	<b>80</b>

➤ Exercício de Analistas de Infraestrutura

Tabela 3 – Exercício de Analistas de Infraestrutura

UNIDADE	ANALISTA DE INFRAESTRUTURA	
	ALOCAÇÃO	% DE ALOCAÇÃO
ASSEC	04	4,16
SE	11	11,46
SPE	28	29,17
SEE	21	21,87
SGM	16	16,67
SPG	16	16,67
<b>TOTAL</b>	<b>96</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SGRH

Com a edição da MP nº 568/2012, convertida na Lei nº 12.702/2012, os cargos dos Analistas de Infraestrutura que estavam no Ministério de Minas e Energia foram redistribuídos ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

## ➤ Despesas Realizadas com Pessoal do MME

Tabela 4 – Despesas de Pessoal do MME

<b>DESPESAS COM PAGAMENTO DE PESSOAL - MME (R\$)</b>			
<b>DISCRIMINAÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
APOSENTADORIAS E REFORMAS	48.220.424,11	51.611.648,83	52.645.712,52
PENSÕES	30.196.943,40	33.565.251,91	35.115.640,26
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	99.721,94	102.415,64	136.794,24
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	61.891.207,70	61.725.153,85	59.294.005,25
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	8.167.103,19	8.384.496,34	8.598.363,97
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	97.724,84	155.386,95	261.229,51
SENTENÇAS JUDICIAIS	362.896,28	388.543,33	410.657,92
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.818.955,53	2.453.665,22	3.146.841,19
RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	14.645.596,20	20.121.572,50	19.415.392,21
APLICAÇÕES DIRETAS - OPER. INTRAORÇAMENTÁRIAS	5.053.736,94	5.194.318,13	4.499.575,16
<b>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>170.554.310,13</b>	<b>183.702.452,70</b>	<b>183.524.212,23</b>
TRANSF. A INST. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	2.508.464,00	2.592.250,80	2.507.915,56
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	102.004,34	7.329,71	-
CONTRAT. POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	0,00	0,00	-
AUXÍLIO-CRECHE	59.759,75	56.444,25	43.995,73
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	339.380,67	393.735,45	364.449,23
SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	584.709,80	526.511,12	601.663,92
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	3.345.922,38	3.272.848,33	3.364.527,52
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	2.132,00	-
AUXÍLIO-TRANSPORTE	883.473,78	725.950,90	1.347.725,85
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	-
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.115.917,63	1.199.688,72	1.074.428,49
<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>8.939.632,35</b>	<b>8.776.891,28</b>	<b>9.305.706,30</b>
<b>TOTAL.....</b>	<b>179.493.942,48</b>	<b>192.479.343,98</b>	<b>192.829.918,53</b>

Fonte: SIAFI

## ➤ Recadastramento de Servidores Aposentados e de Beneficiários de Pensão

O Decreto nº 7.141, de 29 de março de 2010, regulamentou a atualização de dados cadastrais dos aposentados e pensionistas da União que recebem proventos ou pensões à conta do Tesouro Nacional.

Importante ressaltar que a atualização cadastral de aposentados e pensionistas da União está, por força legal, a cargo da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SRH/MP, que celebrará ato de cooperação técnica com o Ministério da Previdência Social e com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, a fim de que sejam alocados recursos tecnológicos e humanos, conhecimentos e infraestrutura para realização desse trabalho.

Entretanto, pelo Comunica Geral nº 543782 transmitido em 02 de março de 2011, os órgãos integrantes do Sistema de Pessoal Civil – SIPEC foram orientados a procederem a atualização de dados cadastrais dos aposentados e pensionistas (Beneficiários de Pensão) até que sejam concluídos os fluxos complementares necessários ao cumprimento do Decreto nº 7.141, de 2010, por parte da SRH/MP.

Dessa forma, em meados de agosto a outubro de 2011, deu-se início ao recadastramento do contingente de aposentados e pensionistas do MME, sendo que, por motivo de greve dos Correios e das festas de final de ano, esse trabalho foi estendido até o final do mês de fevereiro/2012. Finalizado o prazo de recadastramento, os servidores que não se recadastraram receberam correspondência para, no prazo de 30 (trinta) dias, se apresentarem ou se recadastrarem, sob pena de suspensão do benefício, conforme prevê o art. 4º do Decreto nº 7.141, de 2010, com total alcance dos objetivos colimados.

*Tabela 5 – Situação Final do Recadastramento de Aposentados e Pensionistas*

SITUAÇÃO FUNCIONAL	RECADASTRADOS
Aposentados	745
Pensionistas	792
Suspensos	02
Excluídos	01

Fonte: CGRH

➤ Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos

A CGRH desempenha um papel indutor e estratégico na identificação das necessidades de treinamento que buscam agregar conhecimento e valorização dos servidores, sendo que várias ações de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos foram realizadas no exercício de 2012 para atendimento dos servidores e empregados do MME, conforme os dados abaixo:

- Número de servidores com, pelo menos, 01 evento de capacitação: **469**
- Número de Eventos Realizados: **129**

➤ Quantitativo de Ações de Treinamento e Respective Áreas de Atendimento

*Tabela 6 – Ações de Treinamento*

ÁREAS	QTDE/ AÇÕES	OBJETIVO
Ações Administrativas	<b>64</b>	Desenvolver a capacidade do servidor para realizar suas atividades em gestão e administração, pareceres administrativos, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.
Ação em Língua Estrangeira	<b>02</b>	Promover a aprendizagem das línguas inglesa e espanhola, beneficiando <b>123</b> alunos das áreas finalística e meio, cujas atividades executadas requerem conhecimento nessas línguas estrangeiras.
Ações Técnicas Finalísticas	<b>27</b>	Proporcionar aos técnicos especializados (servidores, gestores e analistas de infraestrutura) conhecimentos específicos das áreas que atuam, de modo a permitir o desenvolvimento de competências estratégicas, técnicas e operacionais das áreas fins do MME.
Ações na Área de Legislação	<b>11</b>	Proporcionar aos servidores atualização e aprimoramento dos conhecimentos da estrutura da legislação nacional e internacional, o conteúdo da constituição, leis, decretos, portarias e resoluções, no âmbito dos objetivos do MME.
Ações de Tecnologia da Informação	<b>11</b>	Aprimorar conhecimento de servidores da área de Tecnologia da Informação, quanto à utilização de técnicas atualizadas e sua aplicação no desenvolvimento de sistemas e soluções, utilizando as melhores práticas de mercado.
Ações do Projeto Qualidade de Vida	<b>04</b>	Motivar e valorizar os servidores, com foco na satisfação e no crescimento da produtividade, e, consequentemente, na melhoria da saúde e qualidade de vida.
Ações em Educação Formal	<b>03</b>	Contribuir para a formação de servidores da Administração Pública Federal na área de gestão pública e finalística, sendo: <b>11</b> participações em projeto de pós-graduação avulso, <b>16</b> em projeto de graduação e <b>12</b> em Pós Graduação no contexto de Gestão Pública.

Fonte: CODES/CGRH

➤ Parcerias e Acordos de Cooperação Técnica firmados pelo Órgão

Para capacitar servidores por meio de troca de conhecimentos, informações e experiências, este Ministério assinou Acordos de Cooperação Técnica e estabeleceu parcerias, conforme abaixo demonstrado:

ÓRGÃO/EMPRESA	SITUAÇÃO	PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES DO MME
Centrais Elétricas do Norte do Brasil – ELETRONORTE, da ELETROBRÁS: • Visita Técnica de 8 Analistas de Infraestrutura na Usina Hidrelétrica de Tucuruí.	Acordo de Cooperação	<b>08</b>
Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL	Parceria	<b>01</b>
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP	Parceria	<b>08</b>
Controladoria-Geral da União – CGU: • Cursos na área de Gestão de Convênios e Deveres e Proibições do Servidor Público.	Parceria	<b>61</b>
Ministério do Turismo – MTur	Parceria	<b>04</b>

EVENTO	TIPO	Nº PARTICIPANTE	DIA/PERÍODO	PÚBLICO ALVO
Trabalhando a Coleta Seletiva Solidária	Curso	<b>68</b>	31/07/2012 1, 2, 6 a 8/08/2012	Empregados dos contratos de limpeza e copeiragem (copeiras)
Solenidade de entrega de certificados	Encerramento de curso	<b>104</b>	22/08/2012	Empregados dos contratos de limpeza e copeiragem (copeiras) e convidados
Resíduos Sólidos e a Geração de Renda	Palestra	<b>120</b>	05/11/2012	Servidores, terceirizados e convidados.
Arte em Resíduos, Papel, Papelão, Revistas e Jornais.	Exposição	<b>800</b>	05 a 09/11/2012	Servidores, terceirizados e visitantes.
Economicidade, uso e descarte do papel clorado e sua importância.	Curso	<b>30</b>	04/12/2012	Servidores de órgãos e instituições vinculado ao Projeto Esplanada Sustentável.
Uso consciente de papel e seu descarte.	Curso	<b>65</b>	05, 06 e 10/12/2012	Servidores, terceirizados do contrato recepção e estagiários.
		<b>1.187</b>		

➤ Projeto Esplanada Sustentável

A CGRH participou do Projeto Esplanada Sustentável, disponibilizando servidores para atuarem como instrutores na temática “sustentabilidade” como também na contratação da palestra “Resíduos Sólidos e Geração de Renda”, realizada pelo presidente da Associação dos Catadores de Jardim Gramacho - RJ.

➤ Política de Prevenção da Saúde Física, Emocional e Psicológica dos Servidores do MME

Essa medida foi iniciada em exercícios anteriores com o intuito de aperfeiçoar, dinamizar e direcionar ações básicas, práticas e metodologias voltadas para a “Educação”, para o “Programa de Qualidade de Vida” e para a “Medicina Preventiva”, e ainda persiste até hoje, em função do seu enfoque e objetivo principal que é o bem-estar dos servidores do MME, levando-se em conta as duas dimensões em que se relacionam com o Estado: servidor/cidadão e servidor/agente público.

Vários procedimentos e ações foram adotados para o alcance dos objetivos colimados nessa área, a saber:

a) Planos de Saúde

Relativamente aos cuidados com a saúde, este Ministério dispõe das seguintes alternativas ofertadas aos servidores:

- Contrato de Adesão nº 001/2012-MME, firmado com a GEAP – Fundação de Seguridade Social, assinado em 29/06/2012, sem ônus para o MME, com vigência fixada em 60 meses, pactuado com base nas Leis nºs 8.112/90 e 11.302/06, sendo que esta última dispõe sobre a assistência à saúde suplementar do servidor ativo, inativo, seus dependentes e pensionistas.

*Tabela 7 – Plano de Saúde GEAP*

MME								
SITUAÇÃO (GEAP)	ASSISTIDOS 2009		ASSISTIDOS 2010		ASSISTIDOS 2011		ASSISTIDOS 2012	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Titulares em Atividade	523	23,52	486	22,95	585	27,63	472	23,09
Titulares Aposentados	459	20,64	479	22,62	457	21,59	450	22,02
Titulares Pensionistas	201	9,04	205	9,68	212	10,01	214	10,47
Dependentes (de ativos + de aposentados)	1.041	46,81	948	44,76	863	40,77	908	44,42
<b>TOTAL</b>	<b>2.224</b>	<b>100</b>	<b>2.118</b>	<b>100</b>	<b>2.117</b>	<b>100</b>	<b>2.044</b>	<b>100</b>

Fonte: CODES/CGRH - GEAP

- Termo de Acordo nº 01/2010, firmado com a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde Ltda., sem ônus para o MME, objetivando a prestação de serviços de saúde suplementar aos servidores, dependentes e beneficiários, sendo que a adesão aos serviços é de livre escolha.

*Tabela 8 – Plano de Saúde Aliança*

MME								
SITUAÇÃO (ALIANÇA ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS DE SAÚDE)	ASSISTIDOS 2009		ASSISTIDOS 2010		ASSISTIDOS 2011		ASSISTIDOS 2012	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Titulares em Atividade	**	**	47	33,10	30	41,67	24	39,34
Titulares Aposentados	**	**	7	4,93	8	11,11	6	9,84
Titulares Pensionistas	**	**	7	4,93	13	18,06	14	22,95
Dependentes (de ativos + de aposentados)	**	**	81	57,04	21	29,17	17	27,87
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>142</b>	<b>100</b>	<b>72</b>	<b>100</b>	<b>61</b>	<b>100</b>

Fonte: CODES/CGRH - ALIANÇA

- Outros Planos de Saúde de Livre Escolha.

Tabela 9 – Outros Planos de Saúde

SITUAÇÃO (OUTROS PLANOS DE SAÚDE)	MME			
	ASSISTIDOS 2011		ASSISTIDOS 2012	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Titulares em Atividade	42	53,85	56	58,95
Titulares Aposentados	6	7,69	3	3,16
Titulares Pensionistas	1	1,28	1	1,05
Dependentes (de ativos + de aposentados)	29	37,18	35	36,84
<b>TOTAL</b>	<b>78</b>	<b>100</b>	<b>95</b>	<b>100</b>

Fonte: Plano de Saúde/CGRH

#### b) Medicina Social

Dispõe este Órgão, ainda, de uma Unidade de Assistência Médico/Odontológica, equipada para prestar assistência à saúde em caráter emergencial e preventivo, nas áreas abaixo citadas:

Tabela 10 – Áreas de Assistência à Saúde

ÁREAS	AÇÕES
Clínica Médica/ Enfermagem	a. Avaliação de níveis de glicose, triglicérides e colesterol; b. Verificação de pressão arterial, peso, altura, temperatura, pulso e respiração; c. Realização de eletrocardiogramas para servidores acima de 50 anos; d. Pedidos de exames laboratoriais ocasionais; e. Administração de medicamentos, conforme prescrição médica e com a presença do Médico do MME, quando necessário; f. Curativos, retirada de pontos, corpo estranho e aplicação de gelo e calor quando demandado; g. Encaminhamento e acompanhamento de pacientes a hospitais, bem como acompanhamento dos casos julgados necessários, após avaliação médica; h. Informativo bimestral com artigos voltados para a prevenção de doenças, manutenção da saúde, orientação alimentar e nutricional; e i. Campanhas contra hábitos viciosos de álcool, fumo e drogas.
Psicológica	a. atendimentos clínicos; b. atendimentos emergenciais; c. atendimentos solicitados por iniciativa das unidades de lotação dos servidores ou encaminhados pelos demais profissionais do Centro de Atendimento Médico; e d. Levantamento/mapeamento do “estado psicológico” geral para possibilitar montagem de estratégias.
Odontológica	a. Programa preventivo da Saúde Bucal; b. Triagem e encaminhamento para tratamentos externos; c. atendimentos emergenciais; e d. Trabalhos específicos para pacientes infanto-juvenis (dependentes).

## c) Programa Qualidade de Vida no âmbito do MME

Ações que visam promover a sensibilização para mudanças atitudinais de forma a afetar positivamente a produtividade, o bem-estar e a criatividade dos servidores desta Instituição.

Tabela 11 – Ações de Qualidade de Vida

ATIVIDADE	BENEFICIADO	2009	2010	2011	2012
		QTDE	QTDE	QTDE	QTDE
Massagem Expressa	Participações	**	133	461	594
Cinema Cultural	Exibições	28	21	36	39
	Participações	336	357	504	507
Eventos Culturais e Comemorativos	Nº de eventos	**	04	07	4
	Participações	**	308	143	222

Fonte: CODES/CGRH

- Campanha de Vacinação

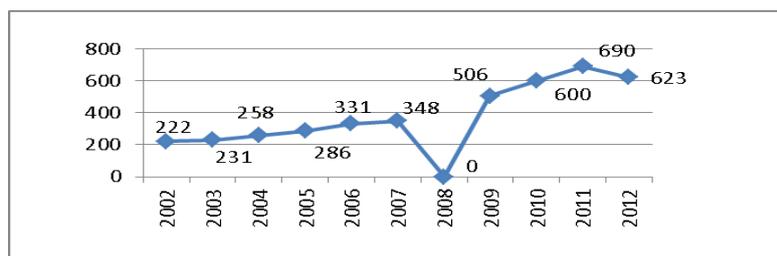
Ao longo dos anos foi detectado que a gripe é uma das maiores causas de absenteísmo ao trabalho no MME, afetando a produtividade e a qualidade de vida dos servidores.

Como ação preventiva, adotou-se a Campanha Anual de Vacinação Contra a Gripe, em que é ministrada Vacina Antigripal em todos os servidores e empregados do Órgão, preliminarmente ao começo da temporada de gripe, para que seus efeitos imunizantes se façam sentir antes da chegada do “inverno”, nos meses de junho/julho, período onde a virose se manifesta de forma mais acentuada. Desde então, observa-se considerável redução do absenteísmo ocasionado pela ocorrência de gripes no âmbito deste Órgão.

Tabela 12 – Campanha de Vacinação contra Gripe no MME

CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA GRIPE		
Ano de Vacinação	Vacinados	Observação
2002	222	
2003	231	
2004	258	
2005	286	
2006	331	
2007	348	
2008	0	Não houve vacinação - falta de vacina no mercado
2009	506	
2010	600	(H1N1 e Gripe Comum)
2011	690	(H1N1 e Gripe Comum)
2012	623	(H1N1 e Gripe Comum)

Fonte: Área Médica/CGRH



- Exames Médicos Periódicos

A realização de exames médicos periódicos tem como objetivo, prioritariamente, a preservação da saúde dos servidores e empregados, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais a que estão sujeitos.

A legislação vigente atribui, aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, a responsabilidade pelo planejamento e pela realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos anistiados e ativos, a cargo das unidades de recursos humanos, conforme orienta a Portaria Normativa SRH/MP nº 4, de 15/09/2009.

Em 2012, a realização dos exames médicos periódicos abrangeu os servidores ativos em exercício neste Ministério, com idade a partir de 45 anos, com os seguintes exames:

TIPO DE EXAME	INDICAÇÃO
Hemograma completo; glicemia de jejum; urina tipo I (Elementos Anormais e Sedimentoscopia - EAS); creatinina; colesterol total e triglicérides; AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética - TGO); e ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica - TGP).	Exame aplicado em homens e mulheres com idade até 50 anos
Hemograma completo; glicemia de jejum; urina tipo I (Elementos Anormais e Sedimentoscopia - EAS); creatinina; colesterol total e triglicérides; AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética - TGO); ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica - TGP); e pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico).	Exame aplicado em mulheres com idade superior a 50 anos
Hemograma completo; glicemia de jejum; urina tipo I (Elementos Anormais e Sedimentoscopia - EAS); creatinina; colesterol total e triglicérides; AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética - TGO); ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica - TGP); pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico); e PSA (livre e total).	Exame aplicado em homens com idade superior a 50 anos
Mamografia com avaliação clínica e laudo médico	Exame aplicado em mulheres com idade superior a 50 anos
Oftalmológico com avaliação clínica e laudo médico	Exame aplicado em homens e mulheres com idade superior a 45 anos

➤ Estágio Supervisionado

O estágio oferecido pelo MME, sob a supervisão da CGRH, objetiva proporcionar ao estudante conhecimentos e vivências práticas além dos acadêmicos, tais como: lidar com situações profissionais adversas.

Esse programa oferece oportunidade aos estagiários para melhor avaliar a opção profissional e relacioná-la ao potencial e anseio, além do conhecimento das dificuldades inerentes ao campo profissional, sem contar que poderão apresentar propostas inovadoras capazes de validar o crescimento profissional e pessoal e ainda contribuir para o desenvolvimento das unidades de atuação neste Ministério. Essa mão de obra estagiária muito tem auxiliado na execução de serviços administrativos.

Ademais, a partir da instituição do “Plano de Orientação e Desenvolvimento de Estagiários – PODE” no exercício de 2010, são oferecidas, por meio de ações voluntárias de servidores do quadro do MME, conhecimentos, habilidades e orientações aos jovens estudantes, para um bom desempenho e melhor relacionamento profissional e pessoal, a saber:

<b>AÇÕES</b>	<b>PERÍODO</b>
1. Palestra Introdutória	Março
2. Palestra sobre Higiene Bucal	Agosto
3. Word Básico	Setembro
4. Excel Básico	Outubro
5. Palestra “Projeto Esplanada Sustentável”	Setembro

### 2.3.3 COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGTI

A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI tem como competência planejar, coordenar, promover e acompanhar as atividades, programas e projetos relativos à tecnologia da informação e, especificamente, orientar a formulação de estratégias e diretrizes de planejamento de tecnologia da informação para o Ministério; proporcionar aos órgãos do Ministério meios e recursos técnicos de tecnologia da informação que facilitem o desenvolvimento das atividades, bem como o acesso às informações e base de dados disponíveis; dimensionar e especificar as aquisições de equipamentos de informática, de software e de novas tecnologias, como também aprovar, tecnicamente, os processos pertinentes no âmbito do Ministério; e promover a manutenção do “site” do Ministério, na Internet e Intranet, em articulação com a Assessoria de Comunicação do Gabinete do Ministro. Ainda, está a cargo da CGTI a condução das atividades de telecomunicações, conforme o disposto na Portaria SPOA nº 54, de 6/9/2010.

Na sua área de atuação a CGTI desenvolveu alguns projetos e atividades para melhorar a infraestrutura de tecnologia do MME, e assim disponibilizar serviços de qualidade aos usuários, conforme a seguir relacionados:

#### ➤ Síntese da Infraestrutura dos Ambientes de TI do MME:

No contexto das atribuições da CGTI, cabe destacar o empenho no permanente aperfeiçoamento do ambiente de tecnologia da informação do MME, para torná-lo compatível com a complexidade e criticidade da missão a cargo da Pasta de minas e energia. Para tal, é requerida a excelência na manutenção de equipamentos e sistemas de rede, visto o nível de complexidade da gestão das políticas dos seguimentos afetos ao Órgão e o grau de envolvimento de seus gestores na condução e operacionalização desse processo. Nesse sentido, vale mencionar alguns dos relevantes projetos conduzidos e acompanhados por altos técnicos e gestores desta Instituição: a) a significativa participação do MME no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC-1, do Governo Federal; b) a assistência ao Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, inclusive com o acompanhamento da implementação das deliberações e diretrizes fixadas pelo Conselho e das ações dos grupos de trabalho e comitês técnicos por ele criados; c) os trabalhos voltados para questões regulatórias no que tange à realização dos leilões de energia e de blocos, observadas as políticas setoriais estabelecidas e as regulamentações firmadas pelas Agências Reguladoras; e d) a coordenação e acompanhamento das ações de execução de programas, projetos e atividades do uso de minerais energéticos no País, especialmente o carvão mineral e os minerais nucleares.

Dessa forma, a infraestrutura dos ambientes de TI do MME deve ser dotada de equipamentos, sistemas e logística modernos, da mais alta performance, não sendo cogitado paralisação dos serviços de TI, sob pena de auferir prejuízos incalculáveis para a Nação no quesito da matriz energética. Assim, o ambiente conta com os seguintes recursos:

#### 1) Rede Corporativa

Descrição: a estrutura da rede corporativa do MME é composta por switches da marca Enterasys. A topologia da rede corporativa adota um modelo Hierárquico em 03 camadas visando garantir alta disponibilidade, baixa latência e alto desempenho. A administração e monitoração da rede são feitas por softwares proprietários do próprio fabricante, de modo a permitir automação dos processos de segurança, inventário e administração.

Componentes:

- Hardwares: 02 Switches Enterasys de chassi modelo N7, com troca de módulos em pleno funcionamento; 38 Switches Enterasys, com tecnologia POE de alimentação pelo próprio cabo de rede (conforme as especificações do IEEE 802.3af.).
- Softwares: Netsight Atlas, Netsight Atlas Console, Netsight Policy Manager.

#### 2) Serviço de Segurança de E-mail e Controle de SPAM

Descrição: controle de envio e recebimento de e-Mails não requeridos (SPAM), controle de ameaças, como vírus e software malicioso.

Componentes:

- Hardwares: 02 appliances modelo cisco Ironport C160, configurados em cluster com componentes de hardware específicos para desempenho das funções citadas acima.
- Software: Software proprietário da empresa Cisco requerendo especialização nesse sistema (Versão 7.5.1-102).

#### 3) Serviço de Banco de Dados

Descrição: o MME conta com um serviço de banco de dados corporativo, consolidado numa solução robusta, de modo a garantir alta disponibilidade dos dados, rapidez na realização de consultas e resultados confiáveis, com segurança e consistência. As bases de dados encontram-se armazenadas em storage. Dispõe também de Sistema Gerenciador de Banco de Dados de menor porte para uma aplicação específica.

Componentes:

- Hardware: Servidor virtualizado, que utiliza solução Microsoft Hyper-V.
- Softwares: SQL Server 2008 R2 Enterprise 64 Bits; MySQL 5.0.

#### 4) Serviço de Virtualização de Servidores Windows

Descrição: a solução de virtualização de servidores é baseada na ferramenta Microsoft Hyper-V, do Microsoft Windows Datacenter Server 2008 R2, a qual provê a infraestrutura de software e ferramentas de gerenciamento básico, utilizadas, para que a organização faça melhor uso dos servidores e eliminem custos. O Hyper-V é uma tecnologia de virtualização baseada em Hypervisor, este por sua vez, é uma plataforma de processamento de virtualização que permite que

múltiplos Sistemas Operacionais compartilhem uma única plataforma de hardware. A pilha de Virtualização é executada com a partição pai e tem acesso direto aos dispositivos de hardware. A partição pai cria partições filho, que hospedam os Sistemas Operacionais convidados.

Componentes:

- Hardwares: 02 Servidores físicos modelo HP PROLIANT DL580 configurados em cluster com componentes de hardware específicos para desempenho das funções citadas acima.
- Software: Microsoft Hyper-V Windows Server 2008 R2.

#### 5) Serviço de Virtualização de Servidores Red Hat

Descrição: O Red Hat Enterprise Virtualization (RHEV-H) provê a infraestrutura de software e as ferramentas de gerenciamento que é feito pelo RHEV Manager. É utilizado para criar e gerenciar um ambiente de virtualização de servidores e desktops, para melhor organização e uso dos servidores, com redução de custos e economia de espaço nos racks. O RHEV-H é uma tecnologia de virtualização baseada em Hypervisor, sendo este último a plataforma de processamento de virtualização que permite que múltiplos Sistemas Operacionais compartilhem uma única plataforma de hardware (Host Físico ou RHEV-H). A máquina virtual tem acesso direto ao hardware através do Hypervisor, com isso, tem-se melhor aproveitamento dos recursos oferecidos pelo Host Físico. O RHEV para desktops implementa Virtual Desktop Infrastructures (VDIs), às vezes chamada de Virtual Desktop (HVD), que proporciona execução de sistemas operacionais para desktops em um servidor como clientes. O Hypervisor do RHEV virtualiza usando KVM (Kernel-based Virtual Machine) e integra vários componentes do sistema operacional Red Hat Enterprise Linux. A tecnologia do RHEV conta com um sistema de gerenciamento de energia eficiente, pois se a utilização de um dos Hosts estiver baixa, o RHEV Manager muda todas as máquinas virtuais para um único Host e diminui o consumo de energia do outro Host para economizar energia elétrica.

Componentes:

- Hardwares: 02 (dois) Servidores físicos modelo Dell R900, configurados em cluster, para dispor de alta disponibilidade, com componentes de hardware específicos que permitem o desempenho das funções citadas acima.
- Software: Software proprietário da Red Hat versão 5, desenvolvido especialmente para Virtualização.

#### 6) Serviços de Aplicação

Descrição: o MME conta com aplicações desenvolvidas em variadas plataformas, sendo necessária a manutenção de ambientes distintos, que utilizam servidores de aplicação capazes de atender toda a demanda do Órgão quanto à disponibilidade de aplicações.

Componentes:

- Hardwares: Servidores virtualizados, que utiliza solução Microsoft Hyper-V.
- Softwares: JBoss 4.2.1; Apache Tomcat 6.0; Internet Information Services 7.5; Internet Information Services 6.0.

#### 7) Serviço de Armazenamento de Dados, Backup e Restore

Descrição: o serviço de armazenamento oferece proteção abrangente e ininterrupta para dados do Órgão, com a finalidade de evitar a paralisação de serviços computacionais e a perda de dados e informações relevantes. A solução de storage atual é da marca Netapp.

## Componentes:

- Hardwares: 2 controladoras FAS3140 em High availability, com DataOntap 8.0.2 P2; 5 Shelves com 14 discos FC 450GB; 2 Shelves com 14 discos FC 300GB; 2 Shelves com 14 discos FC 600GB; 2 Shelves com 14 discos SATA 2T; 3 Shelves com 14 discos SATA 1T; e 2 switches Brocade 5100 40 ports;
- Software: Snapmanager for hyper-v, snapmanager for SQL, snapmanager for exchanger, snapdrive for windows, Operations manager, Oncommand Versão5.0, DataFabric Manager, Oncommand System Manager Versão 2.0, single Mailbox Recovery, Provisioning Manager.

## 8) Serviço de Portal Colaborativo

Descrição: a criação de grupos de trabalho, compartilhamento de arquivos, organização de demandas e acessibilidade externa de arquivos tornou imprescindível à disponibilização de um serviço que contemplasse estas necessidades.

## Componentes:

- Hardwares: Servidores virtualizados, que utilizam solução Microsoft Hyper-V.
- Software: Microsoft SharePoint Server 2010.

## 9) Serviço de Telefonia e Comunicações Unificadas

Descrição: a estrutura da rede de Telefonia IP do MME é composta por central telefônica, gateways de voz, adaptadores de telefones analógicos e aparelhos telefônicos da marca Cisco, servidor de aplicação para cadeado eletrônico marca AndTek. A administração e monitoração da rede são feitas por softwares proprietários do fabricante, que permitem automação dos processos de segurança, inventário e administração.

## Componentes:

- Hardwares: 03 Cisco 7800 Series Media Convergence Servers (Cluster – Call Manager); 01 Cisco 7800 Series Media Convergence Servers (Presence Server); 02 Gateways de Voz Cisco 2901; 01 Servidor virtualizado utilizando solução Red Hat - RHEV (ANDPHONE); 01 Servidor virtualizado, que utiliza solução Microsoft – HyperV (Microsoft Exchange Unified Messaging). Aproximadamente 1.000 dispositivos da marca Cisco, entre adaptador de telefones analógicos modelo ATA187 e aparelhos telefônicos modelo 7945, 7961, 7921 e 7911.
- Software: Cisco Unified Personal Communicator, Cisco Unified Communications Manager Administration, Cisco Unified CM Real-Time Monitoring Tool, ANDPHONE, Exchange Management Console.

## 10) Serviço de Autenticação dos Usuários

Descrição: solução de autenticação de usuários unificada num só diretório, com uma senha única para cada usuário ter acessos aos diversos sistemas, serviços e recursos disponíveis da organização.

## Componentes:

- Hardware: 01 Servidor físico modelo IBM X3650 e um Servidor Virtual configurados em replicação com componentes de hardware específicos para desempenho das funções citadas acima.
- Software: Microsoft Active Directory.

### 11) Serviço de Comunicação Sem Fio

Descrição: é parecida com uma rede local com fio convencional (que segue o padrão IEEE 802.3), com exceção de que a rede sem fio usa ondas de rádio, ao invés de cabos. Controle da rede LAN (Local Area Network) e WLAN (Wireless Local Area Network), facilitando o acesso à arquivos institucionais, correio eletrônico (e-mail), acesso à internet e telefonia.

Componentes:

- Hardwares: 2(dois) Appliances modelo RBT-8200, configurados em cluster para prover alta disponibilidade no serviço com loadbalance de access points, ou seja, se uma das controladoras vier a falhar a outra continua provendo os serviços de comunicação ininterruptamente; 36 Access Points distribuídos no prédio, para acesso à rede wireless e também conexão para os telefones sem fio.
- Software: Software proprietário da empresa Enterasys, requerendo especialização no sistema. Versão 7.1.6.4 REL.

### 12) Serviço de Segurança Perimetral e Controle de Acesso à Internet

Descrição: controle de pacotes que trafegam pela rede do MME, aplicações utilizadas na organização, páginas acessadas, UTM (Central Unificada de Gerenciamento de Ameaças).

Componentes:

- Hardwares: 2 Appliances modelo Fortinet 621B, configurados em cluster para prover alta disponibilidade no serviço, bem como aumentar a proteção contra ataques.
- Software: Software proprietário da empresa Fortinet, requerendo especialização no sistema versão 4 Master Release 3 patch 5.

### 13) Serviço de Processamento Paralelo (Newave)

Descrição: o Serviço de processamento paralelo visa a execução dos trabalhos de análise de garantia física por meio da ferramenta Newave. O sistema Newave possibilita a publicação do plano decenal de energia elétrica, o qual simula o consumo de energia elétrica de todo o país para os próximos dez anos. A simulação é feita por meio de cenários que consideram as usinas hidro e termoeletricas acima de 31MEGAWATTS, sendo que essa simulação pode durar até 48 horas de processamento contínuo.

- Hardware: O serviço de processamento paralelo para rodar o sistema Newave é composto por 128 núcleos, distribuídos em 16 servidores físicos em formato blade, com interfaces de 10gbps ethernet. O hardware é todo destinado a essa aplicação. Um convênio firmado entre o banco mundial e o CEPEL vai garantir fornecimento ao MME, até julho, de mais 48 servidores, com 12 núcleos cada, para aumentar a capacidade de processamento do sistema Newave e assim reduzir o tempo de simulação.
- Software: O serviço de processamento paralelo para rodar o sistema Newave no MME está instalado em sistema operacional Linux Red Hat Enterprise Linux Server release 5.5 (Tikanga), assim como o software de monitoramento ganglia, que permite o monitoramento dos recursos de hardware consumidos pelo sistema Newave.

Muitas operações essenciais para o adequado funcionamento do órgão estão fortemente relacionadas e dependentes dos serviços disponibilizados por meio da rede interna de computadores do MME, de maneira que a indisponibilidade desses serviços produz impacto direto sobre qualquer desempenho institucional. Desse modo, para manutenção de um ambiente tecnológico desse porte,

foi levado a efeito contratações visando garantir integralmente a disponibilização de serviços e recursos aos usuários, em quantidades imprescindíveis ao pleno atendimento de suas necessidades de trabalho e com excelente nível de qualidade. Merecem destaque alguns serviços tecnológicos geridos pela CGTI e ofertados aos usuários: rede para acesso a internet e intranet, banco de dados, comunicações unificadas, mensageria e segurança da informação.

Como resultado desse investimento na área de TI, foi possível aferir a excelente atuação da UJ nesse segmento, validado no levantamento da “Governança de TI para 2012”, realizado pela Sefti/TCU, para atender determinação contida no item 9.6.4 do Acórdão 2.585/2012-TCU/Plenário. Na avaliação foi atribuído ao MME, comparativamente a outros órgãos, a nota de 0,58 no quesito capacidade de governança de TI (compatível com o estágio “intermediário”, 2ª melhor posição entre os órgãos avaliados). Se comparada com a nota da mesma avaliação recebida em 2010, é perceptível o avanço da UJ na capacidade de governança (na ordem de 70%, aproximadamente), estando muito mais próximo do estágio “aprimorado” (cuja nota está entre 0,6 e 1,0).

➤ Solução Corporativa de Pesquisa Textual (Search Appliance)

Objeto: Aquisição de Solução Corporativa para Pesquisa de Informações, representada por sistema integrado de hardware e software (appliance), destinado à pesquisa textual e de hardware para operar a citada ferramenta. Comtempla os serviços de instalação, configuração e implantação inicial; desenvolvimento, customização, consultoria, parametrização e reconfiguração, mais suporte técnico “on site” e treinamento.

Objetivo da Contratação: implementar mecanismo para atendimento de reiteradas demandas por busca, localização e disponibilização de informações precisas e atualizadas sob a forma de dados, bem como por documentos e processos que tenham como origem: sites, portais, banco de dados ou repositórios. Essa solução propiciará amplo acesso dos usuários (público interno/todos os setores do MME, e externo) à informação e, em especial, atendimento de demandas com prazo fixado pela Lei nº 12.527 – LAI – Lei de Acesso à Informação. Ainda, pode indicar soluções para problemas técnicos já identificados no Órgão, que atualmente obstam ou limitam o alcance dos objetivos e metas institucionais do MME.

Justificativa da Necessidade: para atendimento da grande e crescente demanda dos usuários (interno e externo) por informações via rede de comunicação (internet/intranet), situação presente em todos os Órgãos Públicos, faz-se necessário adquirir um instrumento de pesquisa e busca que possibilite rápida identificação e localização de dados, documentos e processos armazenados nos repositórios informados para indexação, tornando a informação requisitada mais acessível. Nesse sentido, a ferramenta acima é uma boa opção porque beneficiará o público com atendimento de suas necessidades em tempo recorde, com precisão e segurança. Ademais, o aumento de postos de trabalho no MME, ocorrido nos últimos anos, mais as atualizações tecnológicas implementadas nos dispositivos de comunicação de rede de dados, requer contínua modernização também dos mecanismos de pesquisa e busca, no que tange à gestão da informação, com alguns ganhos para a Administração, quais sejam: melhoria da produtividade, redução do tempo de resposta para pesquisa e garantia de segurança, que são questões impactantes na gestão dos recursos de TI.

➤ Solução para Controle de Acesso a Aplicações/Serviços de Alta Disponibilidade - Balanceador de Carga

Objeto: Aquisição de Solução para Controle de Acesso às Aplicações/Serviços de Alta Disponibilidade Global e às Aplicações/Serviços e Solução de VPN - SSL e SSO, representadas por

sistema integrado de hardware e software (appliance), com serviços de instalação, configuração e implantação inicial, desenvolvimento, customização, parametrização e reconfiguração, mais a manutenção técnica corretiva, garantia e treinamento.

Objetivo da Contratação: Melhoria da infraestrutura de TI, já que a solução permite:

- prover uma Infraestrutura de alto desempenho e adequada ao tráfego de informações e sistemas críticos de TI;
- garantir alta disponibilidade e aumento do desempenho no acesso aos sistemas corporativos dos órgãos contratantes;
- fazer o balanceamento de carga das requisições com origem na internet para os servidores de rede dos órgãos contratantes;
- detectar ocorrências de falha nos links de acesso a internet e redirecionar o tráfego de rede para o link operante; e
- integrar os sistemas de virtualização existentes nos órgãos contratantes, de modo a possibilitar a criação de mecanismo para disparo automático de requisições destinadas ao provisionamento de novas máquinas virtuais, a partir da detecção de sobrecarga feita pelas próprias máquinas.

Justificativa da Necessidade: o Órgão precisa aumentar a disponibilidade dos serviços de internet e agilizar o atendimento das demandas dos usuários, em virtude do balanceamento de carga dos links contratados, em face de:

- utilização das máquinas virtuais de forma totalmente otimizada, a fim de permitir maior disponibilidade dos serviços;
- crescente demanda dos usuários para acesso a aplicações e serviços de rede e à internet;
- necessidade de aumentar o nível de proteção dos acessos às aplicações e sistemas da rede do MME, conforme índice de segurança estabelecido após a análise de risco;
- continuidade do uso da solução após o término do contrato sem qualquer ônus para o MME, uma vez que não há obrigatoriedade de retorno do hardware e do software ao contratado, pelo menos enquanto atender às necessidades dos usuários; e
- compatibilidade e interação da solução com os sistemas legados existentes no MME, permitindo que o conhecimento técnico de uso e de desenvolvimento da solução seja transferido para a equipe do Ministério por meio de treinamento.

#### ➤ Solução de Rede Local Sem Fio (Wireless)

Objeto: Aquisição de solução de rede local sem fio (wireless), incluindo ponto de acesso, controlador WLAN, gerência WLAN centralizada, dispositivo de alimentação elétrica (PoE) e MiniGbic, bem como a instalação, manutenção, treinamento e garantia.

Objetivo da Contratação: propiciar agilidade no atendimento de solicitações para acesso à rede do MME e à Internet; mobilidade dos servidores e autoridades, sendo-lhes factível a utilização de seus dispositivos móveis, acesso, por visitantes, consultores e colaboradores, à rede mundial de computadores, ampla cobertura de acesso em todas as unidades do MME e utilização dos dispositivos móveis da telefonia IP.

Justificativa da Necessidade: o MME tem investido na modernização dos recursos de tecnologia da informação e de comunicação, propiciando melhoria no processamento e armazenamento eletrônico de informações e adoção de processos eletrônicos em substituição ao papel; entretanto, a infraestrutura do Ministério, no que tange à rede sem fio, se apresenta defasada, cuja configuração atual não permite padronização nem gerenciamento e segurança dos serviços wireless, impossibilitando a cobertura total dos ambientes deste Órgão. E, ainda, o MME adquiriu, no

exercício anterior, diversos equipamentos de tablets para uso das autoridades, sendo que a conexão com a rede local e com a internet deverá ocorrer por meio da rede sem fio. Também abarca os dispositivos telefônicos sem fio da telefônica IP, as demandas reprimidas, as iminentes e as decorrentes do remanejamento de estações de trabalho. Ademais, a solução permitirá acesso à Internet por parte dos visitantes e suprirá necessidades de conexão das estações de trabalho não atendidas, de imediato, por meio do cabeamento estruturado, disponibilizando acesso seguro à rede local de qualquer dependência do Órgão.

- Licença Exinda para Habilitar Funcionalidade de Cache de Arquivos de Dados e Vídeos Baixados da Internet

Objeto: Aquisição de licença para o equipamento EXINDA, de propriedade do Ministério de Minas e Energia.

Objetivo da Contratação: habilitar a funcionalidade de cache de arquivos de dados e vídeos baixados da Internet.

Justificativa da Necessidade: a estrutura de acesso à Internet, por se tratar de um dos segmentos mais críticos do Órgão, necessita de cuidados especiais e ajustes tecnológicos rotineiros, pois esse recurso, apoia os gestores na tomada de decisão, compreende serviços de videoconferência, correio eletrônico (E-Mail) e acesso à Internet. O MME adquiriu, no final de 2011, o equipamento Exinda para controle dos aplicativos advindos da Internet. A ideia, à época, era garantir que o acesso a vídeos de apoio institucionais via Internet (em sítios como: youtube, globo.com, terra.com e similares) não impactasse o acesso às demais aplicações. Após a aquisição, verificou-se que o equipamento poderia substituir uma função agregada, executada insatisfatoriamente (com falhas e risco para outras funcionalidades de segurança) por uma ferramenta de segurança, todavia, para viabilizar a função, se fez necessária a aquisição de uma licença que possibilitasse a utilização de funcionalidade específica e ainda não habilitada.

- Software/Licença de Filtro de Conteúdo Contra Spam

Objetivo: Aquisição de licença de filtro de conteúdo contra SPAM.

Objetivo da Contratação: com essa aquisição a CGTI pretendeu diminuir a carga do servidor de correio e promover efetivo controle de tráfego de arquivos maliciosos na rede do MME, proporcionando maior capacidade de atendimento da rede e evitando paralisações ou perda de informações e, ainda, estabelecer uma política de segurança para tais serviços.

Justificativa da Necessidade: É preciso coibir o tráfego de mensagens indesejadas, enviadas massivamente por terceiros, e que comprometem a produtividade dos equipamentos e dos usuários ao consumir banda e espaço de armazenamento. Ademais, há que se observar as normas complementares à Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de 13/junho/2008, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI/PR, e do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações – DSIC, com respeito à aquisição de novas licenças.

- Software/Licença Assurance/Microsoft

Objeto: Aquisição de Software Assurance, do fabricante Microsoft, com serviços de suporte e atualização pelo período de 03 (três) anos.

Objetivo da Contratação: a aquisição de licenças de programas da Microsoft (Assurance) para computadores nas estações e nos servidores da rede do MME é indispensável para garantir os seguintes níveis de serviço – disponibilidade, funcionalidade e segurança. Dessa forma se faz necessário um instrumento que contemple, além da atualização das licenças adquiridas, contratadas na modalidade de cessão de direito de uso, novas licenças em decorrência das demandas surgidas no decorrer do contrato e as necessárias atualizações para licenças de propriedade deste Órgão, consoante o disposto na legislação vigente.

Justificativa da Necessidade: o MME possui softwares para todas as suas estações de trabalho e para o ambiente de servidores, que contemplam não só os sistemas operacionais, como a Suíte Microsoft Office, o Sistema Gerenciador de Banco de Dados e o Sistema de Mensageria. Por isso, no âmbito da rede corporativa do MME, 95% dos documentos são gerados por meio de aplicativos da Microsoft. Ora, como as suítes de automação de escritório da Microsoft dominam os mercados corporativo e doméstico brasileiro, a maioria dos servidores conhece, utiliza e domina tais ferramentas fora do seu ambiente de trabalho. Obviamente, o MME levou em consideração a viabilidade do uso de software livre na organização, ancorado em diretrizes estratégicas do Governo Federal, com foco na redução de custos com licenciamento, todavia, a inserção de solução diferente neste Órgão implica em alto dispêndio com treinamentos dos usuários, e redução na produtividade por longo prazo, sendo que a simples atualização da versão das licenças da Microsoft de propriedade do MME impacta menos no orçamento e na gestão dos recursos de TI. Ademais, as soluções da Microsoft possuem diversas funcionalidades que contribuem para o aumento da produtividade e do grau de colaboração entre usuários, tais como: busca instantânea, por meio do Outlook, por termos em textos e anexos de mensagens do correio eletrônico; sobreposição de calendários de diversos servidores, facilitando o agendamento de reuniões; identificação visual de e-mails por cor; visualização de anexos dentro das mensagens de e-mail; transformação de e-mails em tarefas ou itens do calendário; prévia automática de estilos e de formatação de textos; inclusão de diagramas avançados; formatação condicional em planilhas baseada em critérios predefinidos, sem contar a possibilidade de conexão remota ao sistema de mensageria por diversos dispositivos (“devices”). As ferramentas Microsoft integram com o sistema de mensagens instantâneas, podendo ser configurado para uso interno do MME, com canal adicional para comunicação entre servidores, sem risco de exposição na Internet, o que representa economia com uso de telefone.

➤ Renovação das Permissões/Licenças de Uso de Softwares Diversos do MME

Objeto: Renovação das permissões/licenças de uso de diversos softwares de propriedade do MME.

Objetivo da Contratação: Renovação das permissões/licenças de uso dos softwares adquiridos pelo MME há mais de um ano, de forma a manter atualizadas as respectivas versões e o ambiente tecnológico do Órgão, em consonância com a legislação vigente.

Justificativa da Necessidade: em face das constantes evoluções tecnológicas ocorridas na área de tecnologia da informação, os softwares têm sofrido atualizações contínuas na sua origem, por ação dos respectivos fabricantes, situação que impõe aos órgãos que deles fazem uso a obrigação de atualizá-los, assim como dos ambientes tecnológicos onde se encontram instalados, para possibilitar a incorporação das novas funcionalidades desenvolvidas.

➤ Renovação dos Certificados Digitais

Objeto: Renovação dos Certificados Digitais mediante nova aquisição.

Objetivo da Contratação: implantação de conexão segura, através do protocolo Secure Sockets Layer – SSL, por meio de novos Certificados Digitais.

Justificativa da Necessidade: nos últimos anos, foram implantados diversos sistemas no MME, para tornar disponíveis informações institucionais em apoio ao processo de tomada de decisão das autoridades estratégicas e possibilitar o acesso da sociedade a informações atinentes à Pasta de Minas e Energia. No entanto, alguns dados são de acesso restrito, como aqueles relacionados ao acompanhamento dos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, até sua validação pela Casa Civil da Presidência da República. Assim, para garantir o nível de sigilo adequado e uma conexão mais segura, é indispensável adquirir certificados com cifragem única de 128 bits, com PKI gerenciada, de forma a manter o ciclo de vida dos certificados e seu status em tempo real (24 horas por 7 dias da semana).

➤ Assinatura para Acesso à Base de Conhecimento Gartner

Objeto: Consiste em serviços técnicos especializados de pesquisa e aconselhamento imparcial em tecnologia da informação e comunicações, incluindo pesquisas primárias e interpretação de tendências.

Objetivo da Contratação: subsidiar os gestores da área de tecnologia da informação do MME na tomada de decisão envolvendo projetos complexos ou que utilizem soluções tecnológicas ainda não disseminadas em meio às corporações, e, com isso, agilizar o processo de escolha por novos recursos de TI, mediante pesquisa à citada base de dados para conhecimento de funcionalidades, aplicações, benefícios e situações de uso. Além do mais, por meio dessa base de dados é possível monitorar o ciclo de amadurecimento das novas tecnologias, visto a disponibilização de informações sobre o estágio de menor risco para sua adoção, bem como identificar aquelas com grande grau de imaturidade, de modo a minimizar atrasos e aumento do custo de implantação. A identificação da maturidade das tecnologias e produtos evita também escolhas equivocadas de tecnologias inapropriadas ao Órgão e aquisições de produtos na fase final do seu ciclo de utilização, cujo horizonte de suporte, manutenção e atualização é menor, a ensejar substituição antecipada e dispêndios em curto prazo.

Justificativa da Necessidade: é comum no mercado de TI inovações contínuas de equipamentos e softwares provocadas pela mudança de padrões e pelo modismo, conseqüentes da rápida evolução da área de tecnologia. Nesse cenário, o gestor de TI é obrigado a tomar decisões estratégicas, na maioria das vezes, em curto prazo, baseado apenas na sua experiência e discernimento pessoais, em meio a uma imensa quantidade de informações dispersas, e até mesmo contraditórias. E mais, o MME conta com recursos financeiros limitados, o que dificulta ainda o processo decisório, que carece de informações isentas de interesses de mercado e repassada por equipe devidamente qualificada na matéria. Assim, a existência de organizações dedicadas à pesquisa, análise, captação, catalogação e disponibilização de informações atinentes à área de TI é um instrumento poderoso de apoio à decisão do gestor na área técnica, a minimizar incertezas e, portanto, reduzir os riscos que poderão advir de decisões equivocadas, que poderão incorrer em dispêndios desnecessários pela substituição de recursos adquiridos incorretamente e não aplicáveis ao Órgão.

➤ Notebooks e Tablets

Objeto: Distribuição e Configuração dos Equipamentos Notebooks e Tablets Adquiridos.

Objetivo da Contratação: disponibilizar recursos tecnológicos às diversas autoridades estratégicas, para facilitar o desempenho de suas funções, em face da possibilidade de acesso remoto a informações técnicas armazenadas na base de dados do MME, como também aos sistemas corporativos e correio eletrônico, permitindo otimização do trabalho.

Justificativa da Necessidade: é obrigação da CGTI suprir necessidades das autoridades da Pasta de Minas e Energia por ferramentas e recursos tecnológicos que os auxiliem no desempenho e na otimização do tempo e trabalho (Ministro, Secretário-Executivo, Secretários das áreas finalísticas, Diretores de Departamentos estratégicos, Assessores etc). Nesse aspecto, os equipamentos multitarefas, quais notebooks e tablets, propiciam mobilidade e disponibilizam funcionalidades diversas aos usuários para uso remoto (em reuniões internas, nos deslocamentos da sede ou em viagens nacionais e internacionais). Além do conforto e comodidade, há outros ganhos como a simplicidade e facilidade no manuseio e na operacionalização, o processamento ao alcance das mãos e a liberdade de movimento, sem contar que prescinde da utilização de acessórios e de ferramentas agregadas, pois são dotados de dispositivos que possibilitam o exercício de quaisquer atividades projetadas para thin-client (e-mail, elaboração de documentos, apresentações, ferramentas corporativas, dentre outras).

➤ Videoconferência

Objeto: Aquisição e instalação de novos equipamentos de videoconferência nas salas de reunião (atualizados tecnologicamente)

Objetivo da Contratação: substituição dos equipamentos de videoconferência desatualizados no MME, para prover ambientes de reunião de alta qualidade.

Justificativa da Necessidade: os equipamentos antigos se encontram defasados, além disso, eram insuficientes para atendimento de toda a demanda do Órgão pela ferramenta de videoconferência, excelente meio de comunicação e de interação entre os Órgãos, especialmente com aqueles sediados em outras unidades da federação. A presente aquisição contribuirá, ainda, para reduzir gastos com passagens e diárias e propiciará ganhos técnicos para o Órgão, tais como:

- realização de videoconferência multiponto, denominado MCU – Multipoint Control Unit, com imagens em alta definição – HD;
- gravação digital da videoconferência, permitindo acesso posterior ao conteúdo gravado, para conferência dos temas deliberados em reunião, dos participantes, detalhamento do conteúdo etc, no modelo de “ata digital”;
- gravação de depoimentos do Exmº Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, ou de qualquer outra autoridade do Órgão, com posterior disponibilização da gravação no site do MME ou em outro meio de comunicação, por intermédio de solução de Media Center.

➤ Sala de Telepresença

Objeto: Aquisição de Solução de Sala de Telepresença.

Objetivo da Contratação: solução única, instalada no gabinete do Ministro, para conexão e coordenação de reuniões do titular da Pasta de Minas e Energia com a interação de diversas unidades do MME, outros órgãos brasileiros e até com organismos internacionais.

Justificativa da Necessidade: o Ministério de Minas e Energia é o órgão encarregado pelo fomento e fiscalização do setor Mineral/Energético no Brasil e precisa de constante adequação e aparelhamento técnico, mediante o uso de recursos compatíveis com a relevância de sua missão e responsabilidade. A Sala de Telepresença oportuniza comunicação interativa e em tempo real entre locais diferentes (podendo ser na mesma cidade ou em outros países), minimizando gastos com diárias e passagens. Tais ambientes de telepresença, com telas de alta definição, são padronizados nos locais de instalações, desde os recursos tecnológicos até os aspectos físicos da sala (cor do carpete e das paredes, modelo dos móveis e até sua disposição na sala), cujo resultado é a indução dos participantes das reuniões de que estão no mesmo ambiente de trabalho, propiciando uma interação completa e sem maiores obstáculos.

➤ **Projektor Interativo**

Objeto: Aquisição de Equipamentos Interativos de Projeção Multimídia.

Objetivo da Contratação: equipar as novas Salas de Treinamento do MME com aparelhos modernos, com excelente definição, resolução e qualidade de imagem.

Justificativa da Necessidade: os novos equipamentos projetam imagens a curta distância e sem sombras na projeção, propiciando maior conforto aos palestrantes. Esses aparelhos interagem com qualquer software corporativo, gráfico ou educacional, sendo por isso mais eficiente e dinâmico, e funcionam bem em qualquer superfície de projeção (quadros brancos, parede lisa, quadros negros etc). Além do mais, o novo projetor possui um sistema exclusivo de interatividade que permite total controle da imagem projetada a partir de uma caneta eletrônica infravermelha, que faz a interface com o computador e aciona os comandos como se fosse a tela dele.

➤ **Impressora/Duplicadora de DVD/CD**

Objeto: Aquisição de uma duplicadora-impressora de DVD/CD, com kit de impressão (cartuchos), assistência técnica 'on-site' e garantia de 12 (doze) meses.

Objetivo da Contratação: disponibilizar equipamento ou recurso aos servidores para duplicação e impressão de mídias eletrônicas.

Justificativa da Necessidade: é crescente a demanda de serviços para duplicação de mídias eletrônicas para produção de material das unidades organizacionais do MME objeto de divulgação, principalmente em eventos patrocinados ou apoiados pelo Órgão.

➤ **Serviços de Telefonia LDN – LDI**

Objeto: Contratação de Serviços de Telefonia com o seguinte escopo:

– Grupo 1 – Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na Modalidade Local de entroncamento digital;

- Grupo 2 – Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na Modalidade Local de linhas diretas analógicas;
- Grupo 3 – Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na Modalidade de Longa Distância Nacional e Internacional;

Objetivo da Contratação: substituir o antigo contrato, com preço oneroso e de difícil gestão, por outro com preço mais atraente e com serviços melhor especificados e de fácil acompanhamento.

Justificativa da Necessidade: os contratos de serviços de telefonia anteriores, celebrados com as empresas Embratel (Contratos nº 30/2008 e 17/2007) e Brasil Telecom (Contrato nº 16/2007), eram financeiramente desvantajosos para o MME e os serviços indefinidos, o que dificultava as ações da fiscalização. Para sanear essas dificuldades, e tendo em vista que o mercado hoje concorre com várias outras operadoras de serviços de telefonia, optou-se por novas contratações, desta feita com serviços melhor definidos, sendo que nessa empreitada foram auferidos preços menores, com ganhos financeiros da ordem percentual de 6,25% a 91,77%, ofertados pelas seguintes empresas: Intelig Telecomunicações Ltda (Grupo 1); Brasil Telecom S.A.(Grupo 2) e Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. –Embratel (Grupo 3).

#### ➤ Gestão de Rede e Help Desk

Objeto: Contratação de serviços para manutenção do ambiente tecnológico do MME, provendo soluções com base em modelos, processos e procedimentos operacionais integrados, seguros e contínuos, voltados para o aumento de disponibilidade e da maturidade no ambiente de tratamento e guarda de informações, formado por parque físico e lógico proveniente de diversos fabricantes.

Objetivo da Contratação: prover uma estrutura básica para desenvolvimento de projetos estratégicos do MME em ambiente computacional eficaz; disponibilizar recursos e sistemas de informação estáveis; elevar o grau de satisfação dos usuários com os produtos e serviços fornecidos pela área de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação); garantir disponibilidade para operacionalização regular dos serviços, com o mínimo de impacto nos processos de negócios; promover a evolução do atual modelo de gestão e o conseqüente aumento do nível de maturidade e a independência tecnológica na gestão da infraestrutura, em relação aos prestadores de serviços; e atualizar o modelo contratual em conformidade com os dispositivos constantes da IN 04/2010 da SLTI/MP. Ainda, esta contratação propicia: estruturação e implantação do catálogo de serviços e da base de conhecimento; implementação de Base de Dados para Gerenciamento de Configuração (CMDB – Configuration Management Database); criação de uma base histórica dos tratamentos de incidentes e solicitações à área de TI; aumento da aderência às melhores práticas de mercado – ITIL e CobiT; consolidação do modelo de contratação de Serviços de TI, com pagamento efetuado, exclusivamente, em função dos serviços executados e dos níveis de serviços alcançados.

Justificativa da Necessidade: para atender os dispositivos da IN nº 04/2010/SLTI/MP e Acórdão nº 1.453/2009-TCU/Plenário, esta contratação prevê a utilização de critérios de níveis de serviço para aferir e medir a qualidade, o desempenho, a disponibilidade, os custos, a abrangência e cobertura e a segurança dos serviços. Assim, optou-se pelo modelo de contratação de serviços especializados, contínuos, sem exclusividade, com gestão técnico-operacional integralmente sob a responsabilidade da contratada, aferição e medição de qualidade por meio do cumprimento de Acordos de Níveis de Serviços, mediante aquisição de Unidade de Serviços Especializados – USE, com os seguintes componentes centrais da solução: (i) Catálogo de Serviços; (ii) Base de Dados para Gerenciamento de Configuração (CMDB – Configuration Management Database); (iii) Base histórica dos tratamentos de incidentes e solicitações à área de TIC.

➤ Solução de Monitoramento Digital (SMD) por Câmeras IP (CFTV)

Objeto: Instalação da Solução de Monitoramento Digital (SMD) por câmeras IP (Internet Protocol), com serviços de instalação.

Objetivo da Contratação: apoiar a supervisão de segurança física do Ministério, com monitoramento visual das áreas internas e externas, sejam elas restritas ou não ao público.

Justificativa da Necessidade: no quesito segurança é imprescindível a utilização de ferramentas de apoio para auxiliar os vigilantes na visualização de eventos irregulares e na identificação de pessoas suspeitas. Assim, para monitoramento visual de todos os ambientes do prédio optou-se por uma solução de segurança que contemple, além do circuito interno fechado de TV (CFTV), número de câmeras suficientes, de excelente desempenho e comprovada qualidade de imagem, de forma a permitir o acompanhamento de ocorrências de segurança em tempo real, ou posteriormente ao acontecimento, mediante pesquisa em arquivos gravados.

➤ Software/Licença de Controle de Acesso

Objetivo: Aquisição de software para controle de acesso, com integração com as outras soluções tecnológicas do rol de segurança e acesso tais como: acesso, crachá, patrimônio etc.

Objetivo da Contratação: garantir a segurança física dos órgãos instalados neste edifício (MME e MTur).

Justificativa da Necessidade: a vulnerabilidade do prédio é objeto de constante preocupação dos atuais gestores. Assim, não obstante a liberdade de acesso do cidadão ao órgão se faz necessário efetivo controle do trânsito e da movimentação de servidores, prestadores de serviços, estagiários, visitantes e demais transeuntes com interesses no prédio, sendo que a solução acima permite efetivo controle do acesso à edificação e melhoria dos serviços de segurança.

## 2.4 Indicadores

No exercício de 2012, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração manteve a aferição dos indicadores estabelecidos nos exercícios anteriores, com o monitoramento do desempenho de alguns serviços operados no âmbito dos processos de gestão de compras e contratos, de recursos logísticos, de recursos humanos, de tecnologia da informação e de gestão de orçamento e finanças, bem como de organização administrativa.

Com o propósito de buscar a definição de novos indicadores para mensurar o desempenho e aferir os resultados dos seus processos organizacionais, em 2012, a SPOA, por meio da Coordenação-Geral de Recursos Humanos, promoveu, no período de 17 a 21 de setembro, a realização da Oficina de “Elaboração de Indicadores de Resultados Setoriais”, que contou com a orientação técnica de especialista contratado para conduzir essa atividade. Assim, com base no material produzido, pretende-se implementar outros indicadores ou substituir alguns dos existentes.

Ainda, no período, dos atuais indicadores, quatro integraram a meta intermediária da SPOA, referente ao 3º ciclo de avaliação (de 1º /10/2011 a 30/09/2012), contribuindo, desse modo, para a

composição do desempenho institucional do Ministério, objeto da Portaria SE nº 14, de 14/12/2012, do Secretário-Executivo.

Na sequência, são relacionados os indicadores apurados, referentes aos produtos/serviços da área de atuação da SPOA, por unidade organizacional, inclusive considerando os dados comparativos entre o período de aferição e os dois últimos anos.

#### 2.4.1 Síntese dos Indicadores de Desempenho da SPOA

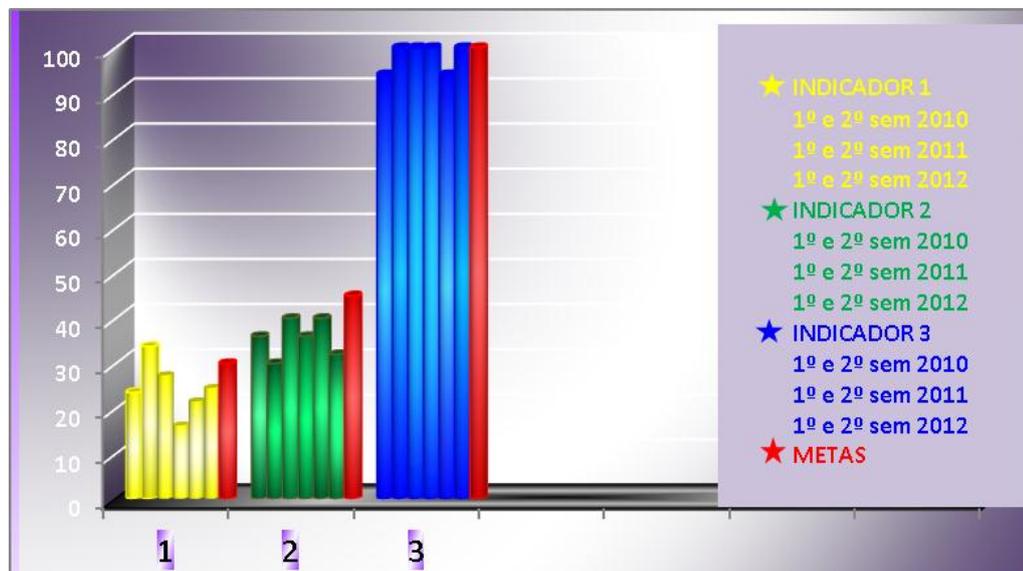
##### 1. Coordenação-Geral de Compras e Contratos – CGCC

Processo I: <b>GESTÃO DE COMPRAS E CONTRATOS</b>					
1 - Nome do Indicador: <b>Índice de Valores Orçados x Valores Contratados.</b>					
Objetivo	Fórmula	Meta a ser atingida	Aferição	Faixa de Aceitação	Frequências de apuração
Avaliar os preços praticados no mercado, na pesquisa de preços, na fase competitiva do certame e na condução do processo de negociação de preços, assegurando os interesses da administração.	(Valor estimado menos o valor contratado) / (Total de valores estimados) X 100	<b>≤30%</b> Manter o desempenho ótimo (o índice na primeira faixa de valores) de modo a viabilizar a análise comparativa do desempenho da equipe em relação ao resultado apresentado no semestre anterior.	<b>1º semestre 2012</b> <b>21,60%</b>  <b>2º semestre 2012</b> <b>24,57%</b>	Valores ≥ a 5% e ≤ a 30%	Semestral
2 - Nome do Indicador: <b>Tempo Médio do Ciclo de Compras até a Homologação do Certame.</b>					
Objetivo	Fórmula	Meta a ser atingida	Aferição	Faixa de Aceitação	Frequências de apuração
Aplicar o princípio da celeridade do pregão e avaliar o nível do esforço despendido em todas as fases que compõem o ciclo de compras e a relação colaborativa das partes internas e externas envolvidas no processo.	(Somatório do Tempo gasto nos processos) / (Quantidade de processos)	<b>≤45 dias úteis</b> Atingir o desempenho ótimo (o índice na primeira faixa de médias) de modo a viabilizar a análise comparativa do desempenho da equipe em relação ao resultado apresentado no semestre anterior.	<b>1º semestre 2012</b> <b>40 dias úteis</b>  <b>2º semestre 2012</b> <b>32 dias úteis</b>	Média ≥ a 30 dias e ≤ a 45 dias úteis	Semestral

3 - Nome do Indicador: <b>Índice Quantitativo da Modalidade Pregão Eletrônico em Relação ao Total de Licitações.</b>					
Objetivo	Fórmula	Meta a ser atingida	Aferição	Faixa de Aceitação	Frequências de apuração
Avaliar a aplicação e o cumprimento dos instrumentos legais e os tipos de demandas das unidades.	(Pregão eletrônico) / (Outras modalidades de Licitação) X 100	<b>100 %</b> Manter o cumprimento da legislação de modo a evitar apontamentos de auditoria, danos e (ou) prejuízos ao erário, aos agentes públicos e aos fornecedores em geral.	<b>1º semestre 2012 94%</b>  <b>2º semestre 2012 100%</b>	Não se aplica	Semestral

**Evolução Histórica**

Nome do Indicador		2010		2011		2012		META
		Resultados		Resultados		Resultados		
1	Índice de Valores Orçados X Valores Contratados.	1º semestre	23,57%	1º semestre	27,37%	1º semestre	<b>21,60%</b>	≤ 30 %
		2º semestre	33,75%	2º semestre	16,27%	2º semestre	<b>24,57%</b>	
2	Tempo Médio do Ciclo de Compras até a Homologação do Ce tam	1º semestre	36 dias úteis	1º semestre	40 dias úteis	1º semestre	<b>40 dias úteis</b>	≤ 45 dias
		2º semestre	30 dias úteis	2º semestre	36 dias úteis	2º semestre	<b>32 dias úteis</b>	
3	Índice do Quantitativo da Modalidade Pregão Eletrônico em Relação ao Total de Licitações.	1º semestre	94 %	1º semestre	100 %	1º semestre	<b>94 %</b>	100 %
		2º semestre	100 %	2º semestre	100 %	2º semestre	<b>100 %</b>	

**Gráfico:**

Fonte: CLC

**Análise dos Indicadores:****01: Índice de Valores Orçados versus Valores Contratados**

Na instrução dos processos de aquisição de materiais e contratação de serviços (dispensa de licitação, pregão eletrônico, adesão de registro de preços) o indicador mede o percentual de economia financeira entre os preços estimados e os preços efetivamente contratados.

Os valores de economia registrados entre **5%** e **30%** indicam uma faixa aceitável ótima, considerando o nível de esforço dispendido nas pesquisas de preços de mercado e na condução do processo de negociação dos preços contratados.

Os percentuais acima de 30% podem sinalizar riscos na qualidade dos produtos/serviços pretendida em relação aos custos, ou riscos parciais na produtividade dos serviços ou até mesmo indicar que os valores apurados na pesquisa de preços foram superestimados.

A equipe apresentou o desempenho ótimo nos resultados decorrentes de esforços envidados nas etapas de negociações de preços, mesmo registrando-se os aspectos relevantes que continuam afetando os preços na economia brasileira, a aceleração da inflação que se traduz como aumento no preço de venda, de produtos, mercadorias e serviços, com impacto final da negociação de preços.

**02: Tempo Médio do Ciclo de Compras até a Homologação do Certame**

Na instrução dos processos de aquisição de materiais e contratação de serviços, considera-se a média do tempo decorrido (em dias úteis) entre o pedido de solicitação de compra/serviços até o envio do processo para a homologação do certame.

As médias registradas entre **30** e **45** dias indicam uma faixa aceitável ótima e que foram observados todos os prazos que compõem o ciclo de compras, dentro da CLC, e todos os fatores possíveis, internos e externos, foram favoráveis para o cumprimento dos prazos.

A equipe apresentou a retomada dos melhores resultados, mesmo com a exaustão sobre todos e mesmo considerando a falta de recolocação de servidores com expectativas de especialização na área de licitações e compras, não sucumbiu.

**03: Índice Quantitativo da Modalidade Pregão Eletrônico em Relação ao Total das Licitações**

Considerando o art. 4º, § 1º, do Decreto nº 5.450/05 que estabelece a obrigatoriedade da utilização de pregão eletrônico para aquisição de bens e serviços comuns, e quando não for aplicada a forma eletrônica deverá ser justificada pela autoridade competente comprovando a sua inviabilidade, o percentual registrado indica que foram observadas as legislações específicas para cada solicitação: obra/serviços de engenharia, serviços comuns ou aquisição de bens.

No pregão eletrônico as suas duas formas de critério de julgamento, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, são o “menor preço” e o “maior desconto”. Mas considerando que este Ministério busca assegurar os interesses da administração, minimizando custos e em favor da ampliação da disputa, estabeleceu como critério de julgamento para a contratação de serviços de restaurante e lanchonete a “maior taxa de utilização mensal” e assim foi realizado o pregão presencial.

Assim, o índice demonstra a proporção percentual entre o quantitativo dos Pregões Eletrônicos realizados em relação ao quantitativo total das licitações, sendo que apenas um pregão presencial declina o resultado do índice para 94%, como aconteceu em 2010 e em 2012.

1 - Nome do Indicador: <b>Prazo Médio para Análise dos Pedidos de Reajuste e Repactuação de Contratos.</b>					
Objetivo	Fórmula	Meta a ser atingida	Aferição	Faixa de Aceitação	Frequências de apuração
Cumprir o prazo de 60 dias estabelecida na IN nº 02/2008	(tempo gasto na análise dos processos) / (quantidade de processos)	<b>Até 60 dias</b>  Repactuar no prazo máximo de 60 dias.	<b>1º semestre 2012</b> <b>57 dias</b>  <b>2º semestre 2012</b> <b>57 dias</b>	Prazo menor que 60 dias	Semestral

2 - Nome do Indicador: <b>Prazo Médio para Pagamentos de Contratos.</b>					
Objetivo	Fórmula	Meta a ser atingida	Aferição	Faixa de Aceitação	Frequências de apuração
Cumprir os prazos de pagamento exigidos na lei.	(Dias úteis gastos para análise do pagamento) / (Quantidade de pagamentos realizados no prazo)	<b>Até 05 dias úteis</b>  Prazo máximo de 05 dias úteis (prestação de serviços aquisição no limite do inciso II do art. 24 LLC) e até 30 dias para Aquisição e serviços acima do limite.	<b>1º semestre 2012</b> <b>3,56 dias</b>  <b>2º semestre 2012</b> <b>4,74 dias</b>	Até 05 dias para serviços e dispensa e 30 dias para aquisição	Semestral

**Evolução Histórica**

Nome do Indicador		2010		2011		2012		META
		Resultados		Resultados		Resultados		
1	Prazo Médio para Análise dos Pedidos de Reajuste e Repactuação de Contratos	2º semestre	75,6 dias	1º semestre	38,25 dias	1º semestre	57 dias	Até 60 dias
				2º semestre	25,75 dias	2º semestre	57 dias	
2	Prazo Médio para Pagamentos de Contratos	2º semestre	4,9 dias	1º semestre	6,13 dias	1º semestre	3,56 dias	Até 5 dias
				2º semestre	3,99 dias	2º semestre	4,74 dias	

**Gráfico**

Fonte: CAC

**Análise dos Indicadores****01: Prazo Médio para Análise dos Pedidos de Reajuste e Repactuação dos Contratos**

O denominador da fórmula considera o parágrafo terceiro do art. 40 da IN nº 02, de 30 de abril de 2011, segundo a qual a decisão sobre o pedido da repactuação deverá ser feita no prazo máximo de 60 dias, contados a partir da solicitação e entrega dos comprovantes e variação dos custos.

Assim, a meta estabelecida é conceder a repactuação, com a consequente assinatura do termo de apostilamento, sem exceder esse prazo legal, o que foi cumprido a contento.

**02: Prazo Médio para Pagamentos de Contratos**

O denominador da fórmula considera a alínea “a” do inciso XIV do art. 40 da Lei nº 8.666/93, segundo o qual o prazo de pagamento não poderá ser superior a 30 dias, a partir do adimplemento de cada parcela do contrato, bem como o § 3º do art. 5º da referida lei, que limita o prazo para 5 dias úteis no caso de despesas cujos valores não ultrapassem o previsto no inciso II do art. 24, e, também, nos casos de serviços contratados com base nas disposições da IN nº 02/2008. Assim, os pagamentos deverão ser feitos sempre dentro do estabelecido no contrato ou edital, sem exceder o prazo legal.

A média de tempo decorrida entre a entrega da Nota Fiscal e a realização dos pagamentos aferida pela presente indicação, foi da ordem de **3,56** dias no 1º semestre e de **4,74** dias no 2º semestre, com média final de 4,15 dias para o ano de 2012, não só registrou-se o cumprimento dos prazos de pagamentos, mas também a redução dos prazos em comparação ao resultado apresentado no ano anterior, de 2011, haja visto o esforço orientado para o desenvolvimento das atividades na fiscalização dos contratos.

**2 - Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH**

Processo II: GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS					
1 - Nome do Indicador: Tempo Médio para Concessão de Aposentadoria					
Objetivo	Fórmula	Meta a ser atingida	Aferição	Faixa de Aceitação	Frequências de apuração
Medir o prazo médio, em dias, para aposentadoria de um servidor do MME, desde a abertura do processo até a publicação da aposentadoria no DOU.	(Prazo dos trâmites da aposentadoria) / (Número de processos de aposentadoria)	≤ 20 dias	10,92 dias	Tempo médio ≥ a 15 e ≤ a 30 dias	Anual
Evolução Histórica					
Tempo Médio para Concessão de Aposentadoria					
Ano	Pra dos Trâmites da Aposentadoria	Nº de Pedidos de Aposentador a	Tempo Médio para Concessão de Aposentadoria		META
			Total	% de Aumento/Redução	
2007	36	1	36,00	*	Até 20 dias
2008	145	4	36,25	0,6944%	
2009	71	4	17,75	-51,0345%	
2010	57	3	19,00	7,0423%	
2011	150	11	13,64	-28,2297%	
<b>2012</b>	<b>131</b>	<b>12</b>	<b>10,92</b>	<b>-19,9444%</b>	

## Gráficos



Fonte: CGRH

## Análise do Indicador

**01: Tempo Médio para Concessão de Aposentadoria (dias)**

Desde o último exercício, verificamos uma demanda maior de concessão desse direito, haja vista que muitos servidores do PGPE terem atendidos os requisitos mínimos para requerer aposentadoria. O fator impactante, sem dúvida, é a possibilidade de solicitação do “Abono de Permanência”, que, em muitos casos, retarda a decisão do servidor em se aposentar.

Assim, levando em conta a instrução do processo, o tempo para publicação e até mesmo a indecisão do servidor quanto a sua aposentadoria, o resultado de tempo médio para concessão desse direito, auferido pelo indicador acima (10,92 dias), aponta para uma gestão adequada e tempestiva da área no cenário atual.

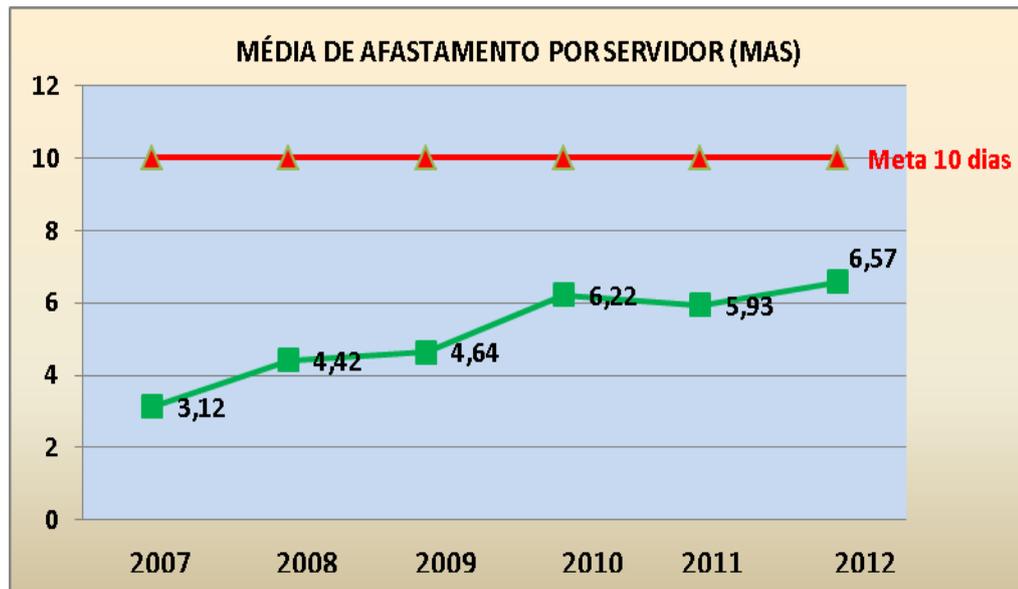
**2 - Nome do Indicador: Média de Afastamento por Servidor (MAS)**

Objetivo	Fórmula	Meta a ser atingida	Aferição	Faixa de Aceitação	Frequências de apuração
Medir a média de afastamento por servidor em relação ao total de dias de afastamento por licença médica dos servidores em exercício no Ministério.	$(\text{Total de dias em licença médica}) / (\text{Total de servidores na sede})$	$\leq 10$ dias	<b>6,57 dias</b>	Dias de afastamento por servidor em um ano $\leq$ a 15 dias	Anual

## Evolução Histórica

Média de Afastamento por Servidor (MAS)						
Ano	Total de Dias em Licença Médica	Servidores na Sede (incluindo as movimentações)		Média de Afastamento por Servidor (MAS)		META
		Total	% de Aumento/Redução	Total	% de Aumento/Redução	
2007	1.934	619	*	3,12	*	$\leq 10$ dias
2008	3.163	715	15,5089%	4,42	41,5883%	
2009	3.620	780	9,0909%	4,64	4,9109%	
2010	4.594	738	3,2168%	6,22	34,1284%	
2011	4.266	719	-2,57%	5,93	-4,69%	
<b>2012</b>	<b>4.706</b>	<b>716</b>	<b>-2,98%</b>	<b>6,57</b>	<b>10,78%</b>	

## Gráficos



Fonte: CGRH

## Análise do Indicador

**02: Média de Afastamento por Servidor (MAS)**

A média de dias de afastamento do serviço decorrente de licença médica por servidor no exercício de 2012 é de 6,57 dias e ficou dentro da meta estabelecida ( $\leq 10$  dias), havendo, pouco acréscimo em relação ao exercício anterior, apesar do quadro envelhecido deste Órgão. Assim, as ações da política de prevenção de saúde física, emocional e psicológica intentadas para os servidores e empregados deste MME estão contribuindo para a excelência do resultado, na medida em que minimizam os afastamentos dos servidores por motivo de doença.

Dos 716 servidores do MME 274 (38,37%) gozaram de licença para tratamento da saúde, número aceitável já que todos estão sujeitos a ocorrência de doenças no período de 1 ano, sem contar que foram detectadas situações adversas, que justificam a incidência do percentual de afastamento acima. Ainda, nesse contexto, dos 4.706 dias de licenças utilizados pelos servidores, verificou-se que 3.194 dias foram gozados por 76 (10,61%) servidores (reincidentes), sendo que esses mesmos servidores foram responsáveis por 67,87% das licenças médicas registradas e homologadas no Órgão, com afastamentos sistemáticos e reiterados de alguns servidores por motivo de doença grave (crônica).

E mais, para os exercícios seguintes, a tendência do número de licenças dessa natureza é aumentar em função do envelhecimento de grande contingente de pessoal. Em face dessa expectativa, a área de recursos humanos idealizou uma nova política de prevenção da saúde física, emocional e psicológica, e o atual programa de qualidade de vida, de modo a minimizar um pouco essa ocorrência no presente exercício, além do controle que os exames médicos periódicos a serem exigidos propiciarão doravante.

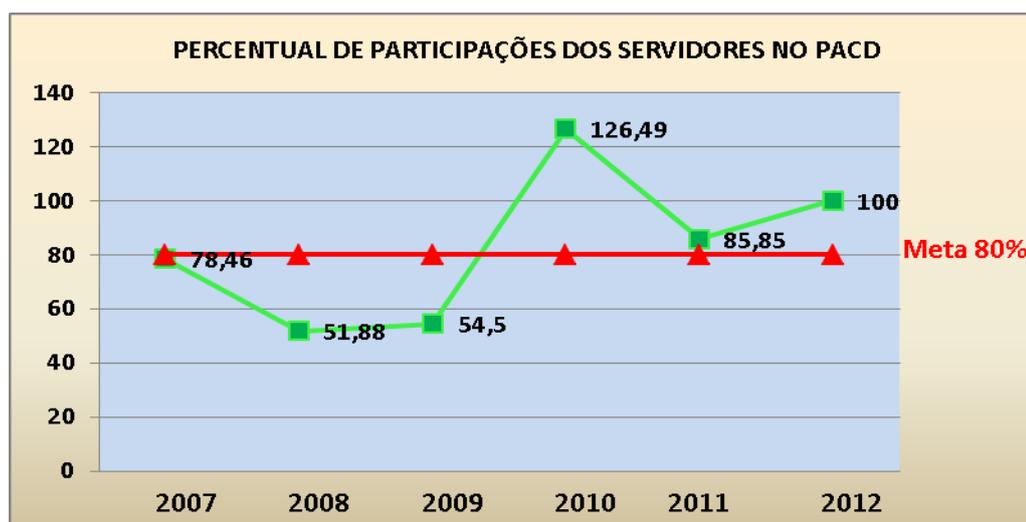
**3 - Nome do Indicador: Percentual de Participação de Servidores no PACD.**

Objetivo	Fórmula	Meta a ser atingida	Aferição	Faixa de Aceitação	Frequências de apuração
Medir o percentual de participação de servidores em eventos de capacitação, conforme a previsão do PACD/MME.	$\frac{\text{(Total de participação de servidores)}}{\text{(Total de participação prevista)}} \times 100$	<b>80%</b>	<b>100%</b>	Atingir 70% de participação de servidores em relação ao estabelecido no PACD/MME	Anual

## Evolução Histórica

Percentual de Participação de Servidores no PACD				
Ano	Total de Participações	Demanda (Nº de Participações Previstas no Plano Anual de Capacitação)	Percentual de Participação de Servidores no PACD	META
		TOTAL	TOTAL	
2007	510	650	78,46	80 %
2008	705	1.359	51,88	
2009	763	1.400	54,50	
2010	1.485	1.174	126,49	
2011	734	855	85,85	
2012	469	400	100,00	

## Gráficos



Fonte: CGRH

## Análise do Indicador

**03: Percentual de Participação de Servidores no PACD**

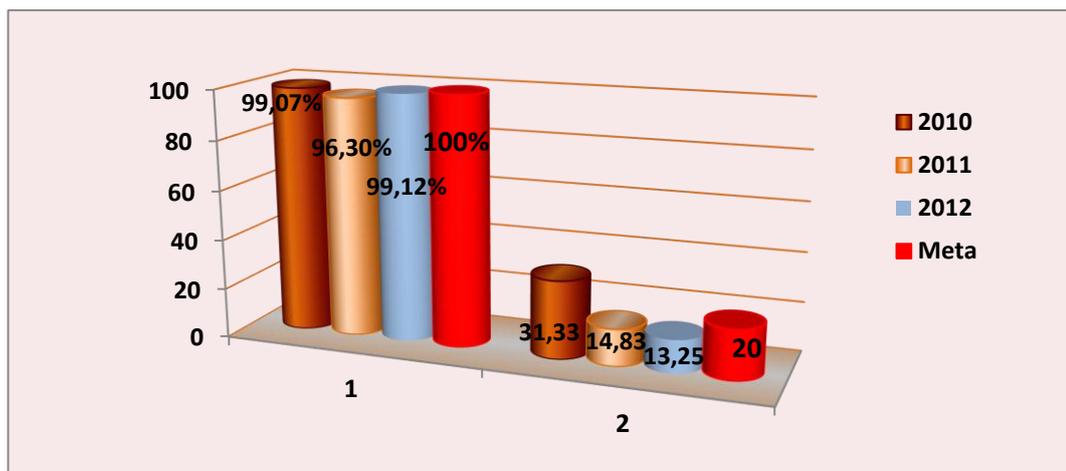
Com a publicação do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e, aliado às melhorias da gestão nos últimos anos e às parcerias e acordos de cooperação técnica firmados, novas oportunidades de treinamento e aperfeiçoamento se concretizam, muitas das quais sem custos para o Órgão.

Os eventos de capacitação, ao longo do ano de 2012, superaram as expectativas estabelecidas no Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento (PACD) com 469 participações efetivas contra 400 participações previstas. O atingimento da meta de 80% foi ultrapassada, fruto do empenho da CGRH em intensificar a identificação das necessidades de treinamento nas respectivas áreas, a fim de agregar conhecimento e valorizar os servidores no MME.

## 3 - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI

Processo III: GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO					
1 - Nome do Indicador: Assegurar a Disponibilidade dos Serviços de Tecnologia da Informação.					
Objetivo	Fórmula	Meta a ser atingida	Aferição	Faixa de Aceitação	Frequências de apuração
Manter as estruturas de sistemas e processos críticos deste Ministério, de forma a garantir a disponibilidade dos serviços.	(Tempo de disponibilidade dos servidores) / (Total de servidores em operação) X 100	100%	99,12%	97% de disponibilidade, em regime de 24 x 7	Mensal
2 - Nome do Indicador: Prazo de Atendimento de Chamados de Suporte ao Usuário Final					
Objetivo	Fórmula	Meta a ser atingida	Aferição	Faixa de Aceitação	Frequências de apuração
Medir a quantidade de falhas no atendimento por meio da Central de Serviços (Help Desk)	TA = Tempo de Atendimento PIA = Prazo início de atendimento ≤ a 30 min PCA = Prazo conclusão de atendimento ≤ 4h TA ≤ PIA TA ≤ PCA	100% equivalente a ≤ 20 unidades	13,25 falhas	Número de falhas no mês ≤ a 20 unidades	Mensal
Evolução Histórica					
Item	Nome do Indicador	2010	2011	2012	META
1	Assegurar a Disponibilidade dos Serviços de Tecnologia da Informação.	99,07%	96,30%	99,12%	100%
2	Prazo de Atendimento de Chamados de Suporte ao Usuário Final.	31,33 falhas	14,83 falhas	13,25 falhas	≤ 20 unidades

## Gráfico



Fonte: CGTI

## Análise do Indicador

**01: Assegurar a Disponibilidade dos Serviços de Tecnologia da Informação**

O indicador acima se refere ao índice de disponibilidade dos equipamentos servidores da rede computacional do MME, que armazenam todos os serviços e sistemas de tecnologia operados pelos usuários. Como se constata, o índice auferido de **99,12%** de disponibilidade encontra-se acima da faixa mínima de aceitação de 97%, o que permitiu o desenvolvimento de trabalhos de forma segura, em tempo hábil, sem qualquer interrupção abrupta dos serviços ou perda dos dados armazenados no ambiente tecnológico.

**02: Prazo de Atendimento de Chamados de Suporte ao Usuário Final**

Esse indicador tem por objetivo avaliar a excelência dos atendimentos feitos ao usuário final por meio da Central de HelpDesk. O prazo fixado pela área de informática para atendimento das solicitações de HelpDesk é de 4h por chamado, tendo como parâmetro de aceitabilidade 20 solicitações mensais não atendidas nesse prazo, num contexto médio de 1.600 chamadas por mês (72 por dia).

O número de solicitações de HelpDesk computado na condição de atendimento falho ou fora do prazo fixado, foi da ordem de **13,25**, abaixo da faixa de aceitabilidade fixada.

Verificou-se no ano de 2012 um aumento da maturidade no nível dos serviços prestados pela equipe de HelpDesk e maior interação com o sistema de mensuração de indicadores e o SLA a eles imputado, o que proporcionou atendimentos mais tempestivos e de qualidade. A CGTI constantemente trabalha no aprimoramento de seus serviços, no sentido de evitar o retrabalho e o desperdício de quaisquer ordem, estando entre estes a gestão de HelpDesk.

## 4 - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF

Processo IV: GESTÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS															
1 - Nome do Indicador: <b>Percentual de Empenho</b>															
Objetivo	Fórmula	Meta a ser atingida	Aferição	Faixa de Aceitação	Frequências de apuração										
Acompanhar o percentual dos empenhos emitidos em relação aos limites de empenho disponibilizados para o órgão MME.	(Empenhos emitidos) / (Limites de empenho) X 100	100%	97,7%	> 90%	Anual										
Evolução Histórica															
Item	Nome do Indicador	2010	2011	2012	META										
1	Percentual de Empenho	96,9%	98,6%	97,7%	100 %										
Gráfico															
<p>Execução Orçamentária</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Percentual</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2010</td> <td>96,9%</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>98,6%</td> </tr> <tr> <td>2012</td> <td>97,7%</td> </tr> <tr> <td>Meta</td> <td>100%</td> </tr> </tbody> </table>						Ano	Percentual	2010	96,9%	2011	98,6%	2012	97,7%	Meta	100%
Ano	Percentual														
2010	96,9%														
2011	98,6%														
2012	97,7%														
Meta	100%														
Fonte: CGOF/SIAFI															
Análise do Indicador															
<p><b>01: Percentual de Empenho</b></p> <p>O indicador se refere ao percentual de empenhos emitidos pelo MME em relação aos limites de empenho estabelecidos por Decreto, no que se refere às Despesas Discricionárias, excetuando as despesas contempladas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e as despesas com Benefícios ao Servidor (Auxílio-Alimentação, Auxílio-Transporte, Assistência Médica e Assistência Pré-Escolar).</p> <p>Com isso, até o dia 30 de junho de 2012, o percentual de empenho do MME como um todo (Administração Direta e Indireta), considerando apenas as Despesas Discricionárias (Custeio e Investimento), foi de <b>97,70%</b>, o que demonstra eficiência na gestão dos limites de empenho disponibilizados para o MME.</p>															

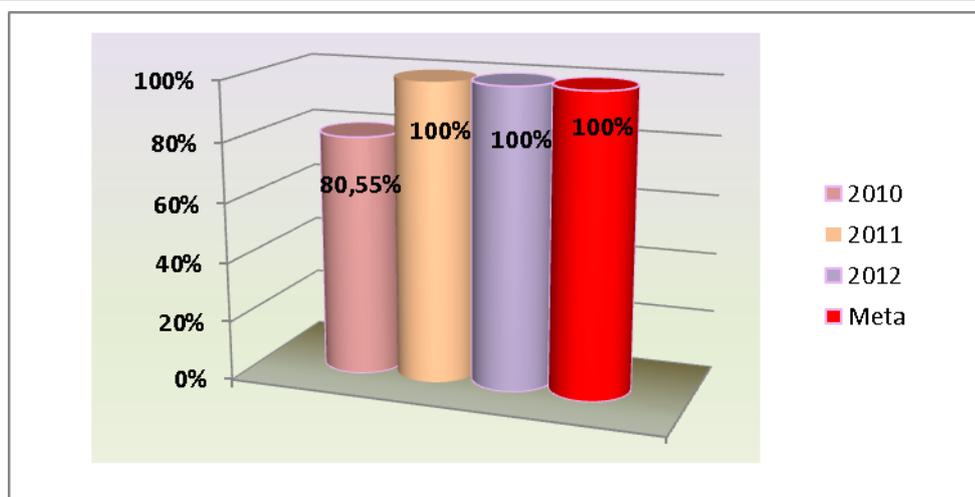
## 5 - Coordenação-Geral de Modernização Administrativa – CMA

Processo V: GESTÃO DE ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA					
1 - Nome do Indicador: Grau de Disponibilidade e Integridade das Informações Organizacionais e dos Instrumentos Normativos na Comunidade MME (intranet).					
Objetivo	Fórmula	Meta a ser atingida	Aferição	Faixa de Aceitação	Frequências de apuração
Avaliar a disponibilidade de informações sobre estrutura regimental, normas, regimentos internos, instruções e procedimentos operacionais e relatório de atos de delegação de competência aos usuários internos do MME.	(Instrumentos normativos disponibilizados na intranet) / (Instrumentos normativos aprovados) X 100	100%	100%	≥ a 80%	Anual

## Evolução Histórica

Item	Nome do Indicador	2010	2011	2012	META
1	Grau de Disponibilidade e Integridade das Informações Organizacionais e dos Instrumentos Normativos na Comunidade MME (Intranet).	80,55%	100%	100%	100%

## Gráfico



Fonte: CMA

**Análise do Indicador****01: Grau de Disponibilidade e Integridade das Informações Organizacionais e dos Instrumentos Normativos na Comunidade MME (Intranet).**

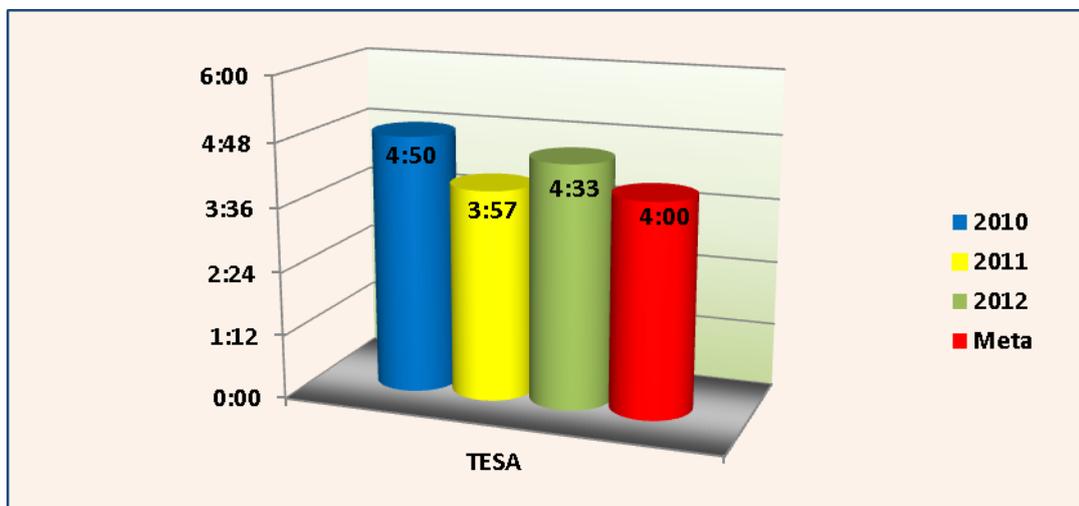
Com relação ao desempenho do indicador acima, o índice auferido foi de **100%**, que corresponde à divulgação de **vinte e cinco** instrumentos normativos, compreendendo: norma operacional, formulários, atualização de atos administrativos no relatório de delegação de competência e disponibilização do Relatório de Gestão da SPOA/2012. Deixaram de ser publicados alguns formulários que aguardam manifestação da área interessada.

**6 - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL****Processo VI: GESTÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS****1 - Nome do Indicador: Tempo de Execução da Solicitação de Atendimento (TESA)**

Objetivo	Fórmula	Meta a ser atingida	Aferição	Faixa de Aceitação	Frequências de apuração
Verificar o grau de eficiência no tempo de atendimento da prestação dos serviços de manutenção predial.	Diferença entre a hora de conclusão da SA e da hora de recebimento da SA..	Reduzir o tempo de execução da solicitação de atendimento (TESA), para 4 horas.	<b>4h33min</b>	Valor ≤ a 8h	Mensal

**Evolução Histórica**

Item	Nome do Indicador	2010	2011	2012	META
1	Tempo de Execução da Solicitação de Atendimento (TESA).	4h50min	3h7min	<b>4h33</b>	4h

**Gráfico**

Fonte: CGRL

**Análise do Indicador****01: Tempo de Execução da Solicitação de Atendimento (TESA)**

A média geral do TESA (Tempo de Execução da Solicitação de Atendimento) de serviços de marcenaria, manutenção das instalações elétricas e hidrossanitárias, e dos aparelhos de ar condicionado, calculada, de **4h33min**, se enquadra na faixa de aceitação, demonstrando eficácia no atendimento.

Assim, o TESA registrado no período (jan a dez/2012), converge para a meta estabelecida (4 horas).

### 3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

#### 3.1 Estrutura de Governança

A SPOA, como Unidade Jurisdicionada responsável pela execução de atividades relativas à organização e modernização administrativa e as relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Contabilidade, de Administração Financeira, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Administração de Recursos Humanos e de Serviços Gerais no âmbito do MME, está sujeita ao fiel cumprimento de toda a legislação que envolve sua competência regimental.

Assim, os controles da SPOA se dão no dia a dia, no acompanhamento sistemático das atividades ao encargo das Unidades que a compõem, por seus respectivos gestores, e na organização de suas rotinas e processo de trabalho de forma a atender seus objetivos e metas traçadas.

Nesse contexto, cabe ressaltar que todas as atividades desenvolvidas pela área de compras e contratos pautam-se pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, muito bem delineados no Estatuto das Licitações e Compras, entre outras normas legais vigentes (códigos civil e penal).

Ainda, nos processos administrativos que tratam de licitações e contratos, quando há transgressões por parte de licitantes ou contratados aos dispositivos da Lei nº 8.666/93 ou descumprimento de obrigações contratuais (por denúncia ou constatação), estas situações são apuradas com vistas à aplicação de sanções administrativas previstas no contrato.

Com isso, a alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dá suporte adequado ao seu funcionamento.

#### 3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro 2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ (Quadro A.3.1)

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	

3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X

27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<b>Análise Crítica:</b>					
<b>Metodologia:</b>					
Em atendimento à solicitação do Memorando Circular nº 3/2013-SPOA/SE-MME, de 29/01/2013, como metodologia para responder os quesitos, as Coordenações-Gerais da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração realizaram reuniões com os titulares das Coordenações a elas subordinadas, para discussão e coleta das opiniões sobre a estrutura de controle interno da Unidade Jurisdicionada vigente no exercício de 2012.					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> .					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> .					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

### 3.4 Sistema de Correição e Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

<b>QUANTIDADES RELATIVAS AOS ÓRGÃOS E ENTIDADES SUPERVISIONADAS</b>
PADs instaurados em 2012: <b>01</b>
Sindicâncias Punitivas instauradas em 2012: <b>00</b>
Sindicâncias Investigativas instauradas em 2012: <b>01</b>
PADs julgados em 2012: <b>01</b>
Sindicâncias julgadas em 2012: <b>01</b>
Quantidade de suspensões aplicadas a estatutários em 2012: <b>00</b>
Quantidade de advertências aplicadas a estatutários em 2012: <b>00</b>
<b>Fonte: CGRH/MME (CGU PAD)</b>

## 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

## 4.1 Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

## 4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro 3 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – DE GESTÃO E MANUTENÇÃO (Quadro A.4.5)

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa		2119				
Título		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia				
Órgão Responsável		32000 - Ministério de Minas e Energia				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
202.248.493,00	210.690.843,00	154.354.430,00	128.195.513,00	-	26.158.917,02	128.079.350,50

## Análise Crítica

Os valores apresentados nesse quadro representam os totais do programa, que contém ações da UJ SE/Secretarias e da UJ SPOA. Não houve problema de liberação de recursos orçamentários ou financeiros.

## 4.1.6 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro 4 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ (Quadro A.4.6)

Identificação da Ação						
Código		20CW				
Descrição		Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos				
Unidade Responsável		Coordenação Geral de Recursos Humanos - CGRH				
Unidade Orçamentária		32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
103.062,00	54.062,00	54.028,31	20.062,68		33.965,63	20.062,68
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor beneficiado	unidade	573	251	54.062,00	20.062,68

Identificação da Ação						
Código		20TP > 00H1				
Descrição		Pagamento de Pessoal Ativo da União				
Unidade Responsável		Coordenação Geral de Recursos Humanos - CGRH				
Unidade Orçamentária		32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
<b>89.077.520,00</b>	<b>93.577.520,00</b>	<b>93.112.803,69</b>	<b>90.832.803,69</b>		<b>2.280.000,00</b>	<b>90.832.803,69</b>
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	<b>sem produto definido</b>					

Identificação da Ação						
Código		2000				
Descrição		Administração da Unidade				
Unidade Responsável		Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL				
Unidade Orçamentária		32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
<b>30.731.331,00</b>	<b>36.869.331,00</b>	<b>35.600.603,36</b>	<b>23.893.556,07</b>		<b>11.707.047,29</b>	<b>23.777.393,30</b>
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	<b>sem produto definido</b>					

Identificação da Ação						
Código		2004				
Descrição		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes				
Unidade Responsável		Coordenação Geral de Recursos Humanos - CGRH				
Unidade Orçamentária		32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
<b>2.700.000,00</b>	<b>2.700.000,00</b>	<b>2.664.124,36</b>	<b>2.664.124,36</b>			<b>2.664.124,36</b>
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pessoa beneficiada	unidade	2.368	2.044	2.700.000,00	2.664.124,36

Identificação da Ação						
Código	2010					
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados					
Unidade Responsável	Coordenação Geral de Recursos Humanos - CGRH					
Unidade Orçamentária	32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
<b>60.000,00</b>	<b>60.000,00</b>	<b>43.995,73</b>	<b>43.995,73</b>			<b>43.995,73</b>
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Criança atendida	unidade	53	30	60.000,00	43.995,73

Identificação da Ação						
Código	2011					
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados					
Unidade Responsável	Coordenação Geral de Recursos Humanos - CGRH					
Unidade Orçamentária	32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
<b>900.000,00</b>	<b>1.371.350,00</b>	<b>1.347.725,85</b>	<b>1.347.725,85</b>			<b>1.347.725,85</b>
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor beneficiado	unidade	487	607	1.371.350,00	1.347.725,85

Identificação da Ação						
Código	2012					
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados					
Unidade Responsável	Coordenação Geral de Recursos Humanos - CGRH					
Unidade Orçamentária	32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
<b>3.360.000,00</b>	<b>3.410.000,00</b>	<b>3.364.527,52</b>	<b>3.364.527,52</b>			<b>3.364.527,52</b>
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor beneficiado	unidade	921	880	3.410.000,00	3.364.527,52

Identificação da Ação						
Código		4572				
Descrição		Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação				
Unidade Responsável		Coordenação Geral de Recursos Humanos - CGRH				
Unidade Orçamentária		32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
770.000,00	770.000,00	718.326,28	712.193,88		6.132,40	712.193,88
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor capacitado	unidade	270	469	770.000,00	712.193,88

### Análise Crítica

No que concerne à ação **“20CW – Assistência Médica – Exames Periódicos”**, a previsão ficou abaixo do esperado, considerando que vários servidores requisitados de empresas realizaram seus periódicos junto a sua empresa de origem, bem como outra parte de servidores que já faziam por conta própria seus exames de rotina.

As ações **“2004 – Assistência Médica e Odontológica”**, **“2011 – Auxílio-Transporte”** e **“2012 – Auxílio-Alimentação”** permaneceu, praticamente, dentro dos números previstos, no que abrange os servidores do Quadro de Pessoal do MME, no entanto, não há como precisar o quantitativo de retorno de anistiados, especialmente, em face da necessidade de se aguardar a deliberação e publicação do ato autorizativo por parte da Comissão Especial Interministerial (de anistia), de lavra da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, daí a variação observada na meta física realizada das mencionadas ações.

Quanto à ação **“2010 - Assistência Pré-Escolar”** não foi impactada pelo retorno dos anistiados em razão da faixa etária desses empregados, que hoje compõem o “Quadro em Extinção do MME e não possuem dependentes menores de 6 anos. A diminuição do quantitativo deu-se pelo alcance da idade máxima considerada para recebimento do benefício e do pouco nascimento de filhos dos servidores, haja vista que o quadro de pessoal do órgão é envelhecido.

Os números atinentes à execução da ação **“4572 - Capacitação de Servidores”** em Processo de Qualificação e Requalificação foram impactados pelas parcerias e acordos de cooperação técnica entre este Ministério de Minas e Energia e outros órgãos e empresas, gerando novas oportunidades/possibilidades para a capacitação dos nossos servidores, além da entrada de novos servidores de exercício descentralizado e anistiado, que demandou uma execução maior do que a prevista.

## 4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

## 4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro 5 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ (Quadro A.4.7)

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério de Minas e Energia	32101	320002

## 4.2.2 Programação de Despesas

## 4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro 6 – Programação de Despesas Correntes (Quadro A.4.8)

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3 – Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	178.724.276	157.873.311	-	-	38.177.263	43.105.145	
	PLOA	178.724.276	157.873.311	-	-	32.774.393	33.737.476	
	LOA	178.724.276	157.873.311	-	-	32.774.393	33.737.476	
CRÉDITOS	Suplementares	12.270.000	29.000.000	-	-	521.350	1.095.000	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	(70.000)	-	-	-	(49.000,00)	(2.500.000)		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		190.924.276	186.873.311	-	-	33.246.743	32.332.476	

Fonte: SIAFI

## 4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro 7 – Programação de Despesas de Capital (Quadro A.4.9)

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6 – Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	11.640.000	4.390.000	-	-	-	-
	PLOA	5.850.000	3.236.747	-	-	-	-
	LOA	5.850.000	3.236.747	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	6.138.000	2.500.000	-	-	-	-
	Especiais	Abertos		-	-	-	-
		Reabertos		-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos		-	-	-	-
		Reabertos		-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-
Outras Operações			-	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>11.988.000</b>	<b>5.736.747</b>	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

## 4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro 8 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência (Quadro A.4.10)

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	216.901.539	200.978.456	11.640.000	4.390.000			
	PLOA	211.498.669	191.610.787	5.850.000	3.236.747			
	LOA	211.498.669	191.610.787	5.850.000	3.236.747			
CRÉDITOS	Suplementares	12.791.350	30.095.000	6.138.000	2.500.000			
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados	(119.000)	(2.500.000)					
Outras Operações								
<b>Total</b>		<b>224.171.019</b>	<b>219.205.787</b>	<b>11.988.000</b>	<b>5.736.747</b>	-	-	

Fonte: SIAFI

### Análise Crítica

Os limites orçamentários estabelecidos pelos órgãos envolvidos na gestão do sistema orçamentário têm sido baseados na execução orçamentária do exercício de 2010, portanto não são mais adequados às necessidades de crédito da UJ para cumprimento da sua programação de trabalho.

O valor previsto na proposta orçamentária 2012 foi o mesmo valor aprovado na LOA 2012, não tendo sido efetuados cortes ou emendas por parte do Congresso Nacional.

Ao longo do exercício, foram aprovados créditos adicionais para as ações referentes a Pessoal e Encargos Sociais e Benefícios ao Servidor e para a ação “Administração da Unidade” (R\$ 6.138.000,00, em Investimento).

Em relação ao exercício anterior, não houve alterações relevantes na programação orçamentária.

## 4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 9 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (Quadro A.4.11)

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	320002	320010	25121211948970001			281.500,00
		320002	320010	25572203320AA0001			646.017,50
		320002	320010	2575220337S240033			1.462.496,00
		320002	320012	22128204148710001			112.279,00
		320002	320012	22663211948870001			356.402,00
		320002	320013	25752203320A90001			1.638.368,37
		320002	320013	25752203320L60001			98.971,24
		320002	320013	25752203320L70001			350.000,00
		320002	320013	25752203320L80001			29.820,92
		320002	320017	25121211948920001			215.348,00
		320002	320015	28844090602840001		35.361,19	
		320002	320060	28844090602840001		918,22	
	Recebidos					981.370,00	
Movimentação Externa	Concedidos	320002	495600	22128204148710001			120.000,00
		320002	495001	22128204148710001			120.000,00
		320002	240005	25122211920000001			41.361,86
		320002	240099	25122211920000001			3.431,89
	Recebidos	240999	320002	25122211920000001			14.862,91
		240090	320002	25122211920000001			25.205,47
		240017	320002	25122211920000001			6.018,85
		240035	320002	25122211920000001			13.569,43
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	320002	320013	25752203313790001	500.000,00		
		320002	320060	25572211913E40001	11.140.270,32		
		320002	320060	28844090602840001			1.000,00
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte: SIAFI

## 4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

## 4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários

## 4.2.4.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos Originários

Quadro 10 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários (Quadro A.4.12) Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>	<b>20.589.884,18</b>	<b>16.111.914,55</b>	<b>20.473.721,41</b>	<b>16.091.610,91</b>
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	20.589.884,18	16.111.914,55	20.473.721,41	16.091.610,91
e) Concurso				
f) Consulta				
<b>2. Contratações Diretas (g+h)</b>	<b>1.829.587,53</b>	<b>3.245.196,58</b>	<b>1.829.587,53</b>	<b>3.244.503,10</b>
g) Dispensa	1.405.897,31	1.745.439,16	1.405.897,31	1.744.745,68
h) Inexigibilidade	423.690,22	1.499.757,42	423.690,22	1.499.757,42
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>8.763,23</b>	<b>4.411,15</b>	<b>8.763,23</b>	<b>4.411,15</b>
i) Suprimento de Fundos	8.763,23	4.411,15	8.763,23	4.411,15
<b>4. Pagamento de Pessoal (j+k)</b>	<b>191.054.513,01</b>	<b>188.693.223,50</b>	<b>191.054.513,01</b>	<b>188.693.223,33</b>
j) Pagamento em Folha	190.788.376,89	188.528.050,17	190.788.376,89	188.528.050,00
k) Diárias	266.136,12	165.173,33	266.136,12	165.173,33
<b>5. Outros</b>				
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>213.482.747,95</b>	<b>208.054.745,78</b>	<b>213.366.585,18</b>	<b>208.033.748,49</b>

Fonte: SIAFI 2012

**Nota:** A evolução dos gastos com diárias refere-se às despesas demandadas pela Secretaria-Executiva, que abrange as demais unidades administrativas do MME, exceto as Secretarias finalísticas que apresentarão essa informação de forma individualizada. Ressalte-se que os valores apresentados acumulam o pagamento de diárias a servidores e colaboradores eventuais.

## 4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários

Quadro 11 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários (Quadro A.4.13)

Valores em R\$ 1,00

<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	<b>186.026.972,23</b>	<b>183.702.453,00</b>	<b>183.524.212,23</b>	<b>183.702.453,00</b>	<b>2.502.760,00</b>	-	<b>183.524.212,23</b>	<b>183.702.453,00</b>
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas	59.294.005,25	61.725.154,00	59.294.005,25	61.725.154,00	-	-	59.294.005,25	61.725.154,00
1 - Aposentadorias	52.645.712,52	51.611.649,00	52.645.712,52	51.611.649,00	-	-	52.645.712,52	51.611.649,00
3 - Pensões	35.115.640,26	33.565.252,00	35.115.640,26	33.565.252,00	-	-	35.115.640,26	33.565.252,00
Demais elementos do grupo	38.971.614,20	36.800.398,00	36.468.854,20	36.800.398,00	2.502.760,00	-	36.468.854,20	36.800.398,00
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>32.766.860,49</b>	<b>29.878.302,00</b>	<b>27.661.805,43</b>	<b>24.313.690,00</b>	<b>5.105.055,06</b>	<b>5.564.612,00</b>	<b>27.547.247,62</b>	<b>24.310.167,00</b>
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	17.790.310,20	16.112.403,00	14.067.683,78	12.756.791,00	3.722.626,42	3.355.612,00	14.023.709,96	12.756.791,00
37 - Locação de Mão de Obra	6.767.420,42	5.150.458,00	5.909.072,27	4.489.751,00	858.348,15	660.707,00	5.852.175,72	4.489.751,00
46 - Auxílio Alimentação	3.364.527,52	3.272.848,00	3.364.527,52	3.272.848,00	-	-	3.364.527,52	3.272.848,00
93 - Indenizações e Restituições	1.347.725,85	1.200.277,00	1.347.725,85	1.119.328,00	-	80.949,00	1.347.725,85	1.119.328,00
Demais elementos do grupo	3.496.876,50	4.142.316,00	2.972.796,01	2.674.972,00	524.080,49	1.467.344,00	2.959.108,57	2.671.449,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>4. Investimentos</b>	<b>11.026.471,00</b>	<b>5.736.431,00</b>	<b>4.384.381,00</b>	<b>2.171.080,00</b>	<b>6.642.090,00</b>	<b>3.565.351,00</b>	<b>4.382.775,70</b>	<b>1.840.942,00</b>
52 - Equipamentos e Material Permanente	10.758.598,00	5.545.161,00	4.146.508,00	2.171.080,00	6.612.090,00	3.374.081,00	4.144.902,70	1.840.942,00
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	267.873,00		237.873,00		30.000,00		237.873,00	
Demais elementos do grupo		191.270,00				191.270,00		
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

## 4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

## 4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação

Quadro 12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação (Quadro A.4.14)

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>	<b>906.020,98</b>	<b>479.349,00</b>	<b>906.020,98</b>	<b>39.005,12</b>
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	906.020,98	479.349,00	906.020,98	39.005,12
e) Concurso				
f) Consulta				
<b>2. Contratações Diretas (g + h)</b>	-	-	-	-
g) Dispensa				
h) Inexigibilidade				
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	-	-	-	-
i) Suprimento de Fundos				
<b>4. Pagamento de Pessoal (j + k)</b>	-	-	-	-
j) Pagamento em Folha				
k) Diárias				
<b>5. Outros</b>				
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>906.020,98</b>	<b>479.349,00</b>	<b>906.020,98</b>	<b>39.005,12</b>

Fonte: SIAFI 2012

**Nota:** Valores recebidos por destaque orçamentário, referentes a ressarcimentos realizados pelo Ministério do Turismo – MTur, pelo compartilhamento de despesas comuns a ambos os Órgãos.

## 4.2.4.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação

Quadro 13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação (Quadro A.4.15)

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
45 – Subvenções Econômicas (1)	350.000.000,00	150.000.000,00	334.035.733,34	132.551.421,00	15.964.266,66		334.035.733,34	
39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (2)	906.021,00	815.219,76	906.021,00	-		815.219,76		
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

(1) Destaque recebido do Ministério da Fazenda - UO 71101 - PTRES 037946 - 28752090900FS0001 - Subvenção parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu.

(2) Destaque recebido do Ministério do Turismo - UO 54101 - PTRES 048341 - 23122212820000001 - Administração da Unidade.

### Análise crítica

No que se refere aos créditos originários da LOA, as movimentações internas foram concedidas para as seguintes Unidades Gestoras da Administração Direta do MME:

- 320010 - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE;
- 320012 - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM;
- 320013 - Secretaria de Energia Elétrica – SEE;
- 320015 - SE/BIRD/MME - Projeto ESTAL;
- 320017 - Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG; e
- 320060 - Projeto META / Secretaria Executiva.

As movimentações externas foram concedidas para as seguintes Unidades Gestoras:

- 495600 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM;
- 495001 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM;
- 240005 - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – COF/MRE; e
- 240099 - Delegação do Brasil junto à ALADI/MERCOSUL – MRE.

As movimentações externas foram recebidas das seguintes UG's:

- 240999 - MRE – Diferença Cambial;
- 240090 - Delegação do Brasil / MRE junto à ONU;
- 240017 - Escritório Financeiro em Nova Iorque – MRE; e
- 240035 - Embaixada do Brasil em Londres – MRE.

No que se refere aos Créditos de Movimentação, as descentralizações recebidas do Ministério do Turismo – MTur (UO 54101) compreendem o rateio de despesas relacionadas ao condomínio do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia e Ministério do Turismo. E as descentralizações recebidas do Ministério da Fazenda (UO 71101) se referem à ação 0909.00FS – Subvenção parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu, nos termos do Decreto Legislativo nº 129, de 12/5/2011, do Decreto nº 7.506, de 27/6/2011 e da Portaria Interministerial MF/MME nº 420, de 25/8/2011.

Não houve alterações na Programação Orçamentária da UJ em razão de novas atribuições ou por motivo de cancelamento e/ou modificação de ação realizada no exercício anterior. Não houve alterações relevantes nos montantes despendidos por grupo e elemento de despesa ou por modalidade de contratação.

O contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras ocorrido no exercício não provocou efeitos negativos na gestão orçamentária ou nos resultados planejados.

## 5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

## 5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 14 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (Quadro A.5.2)

UG 320004 - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL

Valores em R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos Acumulados</b>	<b>Pagamentos Acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2012</b>
2011	333.660,69	102,24	333.348,20	210,25
2010	4.824,11	0,00	0,00	4.824,11
2009	181,33	0,00	0,00	181,33
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos Acumulados</b>	<b>Pagamentos Acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2012</b>
2011	61.319.978,60	18.551.186,36	41.346.237,35	1.422.554,49
2010	58.250,60	11.450,60	46.800,00	0,00
...				

Fonte: SIAFI

## Análise Crítica

Do montante inscrito em Restos a Pagar não processados, R\$ 61.378.229,20, 85% refere-se à nota de empenho 2011NE000118 para pagamento à Itaipu Binacional (remuneração pela cessão de energia – Decreto Presidencial nº 7.506, de 27/06/2011). Este empenho foi emitido no mês de dezembro de 2011 e como obedece a um cronograma de desembolso, sua parcela excedeu o encerramento do exercício.

Os empenhos não processados de nº 2011NE800008 e 2011NE800018 apresentavam pendências na comprovação de regularidade fiscal o que ocasionou atraso para efetivação do pagamento e o 2011NE800047 da Hepta Tecnologia e Informática Ltda encontrava-se em análise do valor cobrado como repactuação contratual, portanto foi mantido. Houve um apostilamento para ampliação do prazo de execução dos serviços o que ocasionou a inscrição dos empenhos 2011NE8000780 e 2011NE 800847 da Ambianch Industrial Ltda em Restos a Pagar não processados.

Os valores inscritos em Restos a Pagar Processados referem-se a valores retidos de fornecedores pela aplicação de penalidades por descumprimento contratual. Tais valores serão recolhidos ao Tesouro Nacional após conclusão de todas as etapas de notificação e o consequente esgotamento dos recursos de defesa.

UG 320005 – Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH

Valores em R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos Acumulados</b>	<b>Pagamentos Acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2012</b>
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
...				
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos Acumulados</b>	<b>Pagamentos Acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2012</b>
2011	93.389,70	0,00	71.551,00	21.847,70
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
...				

Fonte: SIAFI

### Análise Crítica

O saldo refere-se aos empenhos com objetivo de atender às despesas passíveis de reembolso, as quais dependem de apresentação, por parte do servidor, de requerimentos ou Notas Fiscais que comprovem a autenticidade para o devido pagamento. Dessa forma, a permanência da inscrição em Restos a Pagar ocorreu em razão de atendimentos recorrentes de solicitações, em atraso, de reembolsos relativos ao exercício anterior.

Após análise dos empenhos inscritos em Restos a Pagar em concordância com o fim do prazo estipulado para os possíveis reembolsos, foi providenciado o devido cancelamento.

Para os exercícios seguintes, o prazo será reduzido para os mencionados ressarcimentos, a fim de não ocorrer a reinscrição de Restos a Pagar.

## 5.3 Transferências de Recursos

## 5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro 15 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência (Quadro A.5.3)

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Ministério de Minas Energia - Coordenação-Geral de Recursos Humanos									
CNPJ: 37.115.383/0001-53					UG/GESTÃO: 320005/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	592343	03.658.432/0001-82	12.175.344,00	0,00	1.262.097,20	9.726.061,00	01/07/2007	30/06/2012	1
1	672549	03.658.432/0001-82	12.500.000,00	0,00	1.245.818,36	1.245.818,36	29/06/2012	29/06/2017	1
<b>LEGENDA</b>									
<b>Modalidade:</b>					<b>Situação da Transferência:</b>				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
<b>Fonte: SIAFI</b>									

## 5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro 16 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios (Quadro A.5.4)

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Ministério de Minas e Energia - Coordenação-Geral de Recursos Humanos					
<b>CNPJ:</b>	37.115.383/0001-53					
<b>UG/GESTÃO:</b>	320005/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
<b>Convênio</b>	1	-	-	1.245.818,36	-	-
<b>Contrato de Repasse</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Termo de Compromisso</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.245.818,36</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: SIAFI

## 5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

Quadro 17 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2013 e Exercícios Seguintes (Quadro A.5.5)

Unidade Concedente ou Contratante					
<b>Nome:</b> Ministério de Minas e Energia - Coordenação-Geral de Recursos Humanos					
<b>CNPJ:</b> 37.115.383/0001-53			<b>UG/GESTÃO:</b> 320005/00001		
Modalidade	Quantidade de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
<b>Convênio</b>	1	12.500.000,00	1.245.818,36	3.213.000,00	10
<b>Contrato de Repasse</b>	-	-	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	-	-	-	-	-
<b>Termo de Compromisso</b>	-	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>12.500.000,00</b>	<b>1.245.818,36</b>	<b>3.213.000,00</b>	<b>10</b>

Fonte: SIAFI e CGRH/MME

## Análise Crítica

O Convênio foi celebrado em 29 de junho de 2012, com vigência de 60 meses, com o objetivo de proporcionar aos servidores ativos, inativos, respectivos dependentes legais e pensionistas do MME o ingresso nos multiplanos de saúde da Fundação GEAP (Referência, Clássico, Essencial e Saúde II), de abrangência nacional, conforme processo 48000.000733/2012-12.

Posteriormente, em 13 de novembro, foi celebrado o 1º Termo Aditivo que torna sem efeito a restrição de atendimento de urgência e emergência aos titulares assistidos constantes do Parágrafo Quarto da Cláusula Décima Segunda e alteração da Cláusula Vigésima Quinta do Convênio de Adesão, em atendimento à orientação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O Convênio, presentemente, encontra-se em operacionalização ativa entre as partes, cobrindo aproximadamente 2.200 vidas entre titulares e dependentes.

## 5.4 Suprimento de Fundos

## 5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

## 5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

Quadro 18 – Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos (SF) (Quadro A.5.8)

Valores em  
R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo "B"	CPGF		
			Saque	Fatura	
320004	Coordenação Geral de Recursos Logísticos			8.763,23	8.763,23
	<b>Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF</b>			<b>8.763,23</b>	<b>8.763,23</b>

## 5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro 19 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador (Quadro A.5.10)

Valores em  
R\$ 1,00

Código da UG 1	320004	Limite de Utilização da UG	50.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
ANTONIO DEODORIO DO NASCIMENTO	214.361.181-15	8.500,00		2.754,65	2.754,65
DIMAS FIGUEIREDO NOBREGA	115.018.471-04	4.000,00		249,20	249,20
HISAO FUJIMOTO	101.661.731-34	15.000,00		5.759,38	5.759,38
<b>Total Utilizado pela UG</b>					<b>8.763,23</b>
<b>Total Utilizado pela UJ</b>					<b>8.763,23</b>

Fonte: SIAFI 2012

## 5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ

Quadro 20 – Despesas Realizadas por Meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) (Quadro A.5.11) Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012					12	8.763,23	8.763,23
2011					13	4.411,15	4.411,15
2010					12	7.521,56	7.521,56

Fonte: SIAFI 2012

## 5.4.1.5 Prestação de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro 21 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF) (Quadro A.5.12)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							6	8.763,23	5	4.415,15	5	7.521,56

Fonte: COMEF – Coordenação de Administração de Material e Execução Financeira

## Análise Crítica

O volume de concessões de suprimento de fundos e de gastos com esta modalidade, no âmbito da UJ, é bastante reduzido. Isso porque tem-se buscado priorizar o planejamento das compras, divulgando previamente para todas as unidades administrativas a intenção de licitação para aquisição de materiais e a manifestação das mesmas sobre a necessidade de quaisquer outros produtos corriqueiramente requisitados via suprimento de fundos, de forma que possam ser inseridos tempestivamente no processo normal de compras.

Todavia ainda observa-se casos recorrentes de aquisição emergencial de materiais elétricos como conectores, adaptadores, cabos e etc para instalação e remanejamento de equipamentos de informática e telefonia, demandados para atender as reformas e adaptações solicitadas em vários ambientes do MME.

Para subsidiar os suprimentos e buscando aplicar os princípios que norteiam todas as compras públicas, foi criado um formulário específico que os direciona a fazer uma pesquisa prévia da existência do bem no almoxarifado do Órgão, justificar a compra emergencial e providenciar pesquisa de preços com pelo menos três (03) fornecedores do ramo. Vale ressaltar que esse mecanismo também possibilita uma análise sobre o direcionamento da pesquisa ou compra para determinados fornecedores.

Quanto à aplicação dos recursos verifica-se a conformidade com a legislação vigente, bem como a aprovação da integralidade dos processos de prestações de contas.

## 6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

### 6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

#### 6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro 22 – Força de Trabalho do MME – Situação Apurada em 31/12 (Quadro A.6.1)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>949</b>	<b>1.054</b>	<b>187</b>	<b>108</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	01	01	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	948	1.053	187	108
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão Obs: (*) incluídos os anistiados judiciais e pela Lei nº 8.878/90: 28 empregados e 490 empregados, respectivamente. (*) – saída dos analistas de infraestrutura redistribuídos ao MP.	948	833 (*)	83	76 (*)
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado (*) – exercício dos analistas de infraestrutura que foram redistribuídos ao MP.	-	138	78 (*)	06
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas.	-	82	26	26
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	-	-	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública.</b>	-	150	41	39
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>949</b>	<b>1.204</b>	<b>228</b>	<b>147</b>

Fonte: SIAPE

Nota: As informações do Quadro 22 demonstram a composição do contingente de recursos humanos do MME, gerenciados pela UJ.

## 6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro 23 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho do MME – Situação em 31/12 (Quadro A.6.2)

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>512</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	08
1.2. Exercício de Função de Confiança	22
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (§7º art. 93 da Lei nº 8.119/90: 405 empregados / clt ans judicial cedido: 10 empregados / não especificado função: 43 servidores / FCT: 02 servidores / GSISTE: 01 servidor / TRE Lei nº 6.999/82: 14 servidores / Gratificação Presidência: 02 servidores/ Assistente Parlamentar: 03 servidores / Assistente: 02 servidores)	482
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>-</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>01</b>
3.1. De ofício, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	01
<b>4. Licença remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>-</b>
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
<b>5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>014</b>
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	01
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares <sup>(*)</sup> incluídos 07 suspensões de contrato de anistiado	13 <sup>(*)</sup>
5.5. Mandato classista	-
<b>6. Outras situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>-</b>
<b>7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>527</b>

Fonte: SIAPE

**Nota:** As informações do Quadro 23 demonstram a composição do contingente de recursos humanos do MME, gerenciados pela UJ.

## 6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro 24 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do MME (Situação em 31 de dezembro) (Quadro A.6.3)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>375</b>	<b>367</b>	<b>73</b>	<b>76</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	01	01	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	374	366	73	76
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	101	04	06
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	33	06	07
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	82	22	24
1.2.4. Sem Vínculo	-	150	41	39
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
<b>2. Funções Gratificadas (FGR + FCT)</b>	<b>99+45 = 144</b>	<b>120</b>	<b>11</b>	<b>16</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	69+45=114	08	15
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	05	03	01
2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	01	-	-
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>519</b>	<b>487</b>	<b>84</b>	<b>92</b>

Fonte: SIAPE

Nota: As informações do Quadro 24 demonstram a composição do contingente de recursos humanos do MME, gerenciados pela UJ.

Esta Unidade Jurisdicionada, por intermédio da Coordenação-Geral de Recursos Humanos, gerencia todo o contingente de pessoal do Ministério de Minas e Energia. Além do quadro de servidores efetivos que integram o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, o Órgão conta também com um Quadro Especial em Extinção do MME, criado especialmente pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para abarcar o retorno de ex-servidores advindos das extintas empresas CAEEB, SIDERBRÁS e CSN, no regime celetista, com anistia concedida por força da Lei nº 8.878, de 11/5/1994, e outros que retornaram aos cargos públicos por ação de decisões judiciais favoráveis.

Atuam no Ministério de Minas e Energia, ainda, servidores públicos requisitados da Administração direta e indireta, bem como pessoas sem vínculo com o Serviço Público, todos ocupantes de cargos de livre provimento.

Outro contingente de recursos humanos que compõe a força de trabalho do MME são os servidores especializados, pertencentes às carreiras da Advocacia Geral da União – AGU (Procuradores) e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Analistas de Orçamento e Finanças, Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Analistas em Tecnologia da Informação e os Analistas de Infraestrutura, cujo exercício é descentralizado pelos órgãos de origem, para atendimento de necessidades específicas deste Órgão.

Há que se justificar, ainda, que dos 512 (quinhentos doze) servidores/empregados caracterizados como cedidos, uma parcela de 97 servidores efetivos encontra-se a disposição de outros órgãos públicos e o restante de 415 (quatrocentos e quinze), são anistiados cujo retorno se deu por via judicial e pela Lei nº 8.878/94 a partir de 2009 que passaram a integrar o Quadro Especial em Extinção do MME, no regime celetista, estando hoje no exercício de suas funções em entidades da Administração Pública sediadas no Distrito Federal e em outras Unidades da Federação.

Vale ressaltar nesse ponto que, do total de anistiados com retorno deferido para o MME, 85 (oitenta e cinco) ex-empregados da CAEEB e SIDERBRÁS permanecem atuando nesta Sede.

Assim, o quantitativo de cargos que compõem o Quadro Permanente do MME com lotação autorizada pela legislação específica, qual seja, 948, descontados os servidores de carreira vinculada ao órgão de lotação efetiva teremos 632 cargos vagos, decorrentes de aposentadoria, falecimento e vacância ocorridos ao longo de vários anos. Tais cargos, que pertencem ao PGPE em quase sua totalidade, somente poderão ser providos mediante realização de concurso público, contudo, ante o deferimento de retorno dos anistiados pela Lei nº 8.878/94, há que se priorizar a absorção desse contingente de pessoal, mais o pessoal técnico especializado de carreira, a exemplo de Analista de Infraestrutura.

O MME ainda possui déficit de sua força de trabalho, principalmente na área fim, situação que impacta no desenvolvimento de atividades estratégicas dos setores mineral, de petróleo/gás natural e energético e que não podem ser supridos com a entrada de anistiados ou de servidores das categorias de cargos vagos do PGPE.

#### 6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro 25 – Quantidade de Servidores do MME por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12 (Quadro A.6.4)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>41</b>	<b>29</b>	<b>25</b>	<b>61</b>	<b>23</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	01
1.2. Servidores de Carreira (servidores de carreira com DAS foram inseridos no 2.2 desta tabela)	41	29	25	61	22
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>34</b>	<b>80</b>	<b>125</b>	<b>193</b>	<b>58</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	01	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	34	74	98	125	38
2.3. Funções Gratificadas	-	06	27	67	20
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>75</b>	<b>109</b>	<b>150</b>	<b>254</b>	<b>81</b>

Fonte: SIAPE

A idade média do efetivo de pessoal deste Órgão é alta, com maior concentração na faixa etária de 51 a 60 anos. A explicação para esse fato está no retorno dos anistiados, correspondentes a 40,23% do Quadro de Pessoal, com idade exatamente nas duas últimas faixas etárias. A faixa etária de 41 a 50 anos compreende a maioria dos servidores efetivos, integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE.

## 6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro 26 – Quantidade de Servidores do MME por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12 (Quadro A.6.5)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	-	-	<b>06</b>	<b>42</b>	<b>92</b>	<b>41</b>	<b>03</b>	<b>01</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	01	41	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	06	42	91	-	03	01
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	<b>11</b>	<b>33</b>	<b>160</b>	<b>272</b>	-	<b>07</b>	<b>01</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	01	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	02	07	103	245	-	05	01
2.3. Funções Gratificadas	-	-	09	26	57	27	-	01	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	<b>11</b>	<b>39</b>	<b>202</b>	<b>364</b>	<b>41</b>	<b>10</b>	<b>02</b>
<b>LEGENDA</b>									
<b>Nível de Escolaridade</b>									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

**Fonte: SIAPE**

Iniciativas como o “Projeto de Graduação”, iniciado em 2010, além dos os cursos de pós-graduação oferecidos aos servidores com cargos efetivos, persegue a melhoria do nível de escolaridade do Quadro de Pessoal deste Ministério de Minas e Energia.

## 6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 27 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores (Quadro A.6.6)

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010	96.735,87		10.748,43						107.484,30	
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão (excluídos os anistiados em exercícios em outros órgãos a partir de 2012)</b>											
Exercícios	2012	11.195.430,09		7.035.375,18	724.334,62	1.432.283,29	987.729,82		765.862,18	59.490,84	22.200.506,02
	2011	29.676.376,80		12.103.765,71	1.376.355,23	3.518.577,81	1.714.032,67			128.605,07	48.517.713,29
	2010	26.897.899,95		12.681.746,96	1.353.455,36	3.618.003,80	3.219.158,78	119.338,06			47.889.602,91
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença (incluídos os anistiados em exercícios em outros órgãos a partir de 2012)</b>											
Exercícios	2012	17.873.858,17		1.797.619,95	2.019.670,49	2.716.163,84	803.361,57		297.507,56	122.560,61	25.630.742,19
	2011	38.735,15		9.983,70	1.901,05	4.148,73	888,00				55.656,63
	2010	23.401,26		17.825,75	1.113,96	5.265,96					47.606,93
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2012		104.159,90	6.859,12							111.019,02
	2011		83.100,61	6.859,12	2.286,37						92.246,10
	2010		72.644,27	5.965,35	2.286,37						80.895,99
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2012		15.837.473,14	1.113.807,90	355.201,58	22.616.197,49	160.463,00		1.672,52		40.084.815,63
	2011		14.370.031,05	970.035,20	293.431,03	21.751.280,74	165.530,00				37.550.308,02
	2010		16.058.299,80	1.241.640,51	352.003,29	18.576.470,94	76.063,06				36.304.477,60
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2012		882.900,44								882.900,44
	2011		938.433,30								938.433,30
	2010		1.007.525,04								1.007.525,04

Fonte: SIAPE

Nota: As informações do Quadro 27 demonstram a situação global dos custos de recursos humanos do MME.

➤ Análise da Gestão dos Recursos Humanos

Na área de administração de pessoal, a evolução dos valores registrados se apresenta dentro dos padrões de gasto aceitável, e que as dificuldades não se alteraram nos últimos exercícios.

Permanecem as dificuldades como a falta de espaço físico e a necessidade de servidores técnico-especializados para as áreas finalísticas, o que comprometem os processos organizacionais e conseqüentemente o atendimento às crescentes demandas institucionais atribuídas ao Ministério de Minas e Energia ao longo desses últimos anos.

Assim, continuam os esforços pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração nos estudos realizados para aproveitamento de espaços, e em parceria com a Secretaria Executiva, gestão junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a absorção de novos servidores para as áreas finalísticas.

Na área da saúde, além de oferecer possibilidades de adesão a planos de saúde (GEAP, Aliança ou Auxílio de caráter indenizatório), são oferecidos serviços na área de Assistência à Saúde como a Clínica Médica, Enfermagem, Psicologia, Odontologia e ações de Qualidade de Vida com destaque para a Campanha Anual de Vacinação e os Exames Médicos Periódicos.

Na área de desenvolvimento e capacitação, a CGRH perseguiu o atendimento ao Decreto nº 5.707 de 23/02/2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal Direta. Nesse contexto, o escopo do Plano Anual de Capacitação para 2012 priorizou capacitar os servidores do órgão tendo por base as competências (conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes) necessárias ao desempenho de suas funções, nos hiatos identificados no mapeamento de competências realizado no órgão nos anos de 2009 e 2010.

Buscou-se ainda o aprofundamento de parcerias formalmente constituídas, por meio de Acordos de Cooperação, ou não, entre o MME e outros órgãos da Administração Federal, como Eletronorte, IBAMA, Ministérios do Planejamento, Turismo, Banco Central, Tribunal de Contas da União, CEPEL, CGU, ANEEL, ONS e pelo fornecimento de instrutores, recursos financeiros e logísticos no bojo do Programa de Multiplicadores coordenado pelo Ministério do Planejamento, bem como o incremento de contratação de instrutores através do Decreto nº 6.114/2007 que regulamenta o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso a servidores públicos da administração federal.

Esta abordagem cooperativa e interinstitucional vem permitindo a potencialização dos efeitos dos treinamentos, na medida em que favorece a consolidação de redes colaborativas, minimiza os custos financeiros envolvidos nas contratações e valoriza o capital humano já existente na máquina administrativa, que conhece as especificidades do trabalho no governo e as competências específicas dos cargos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

Por fim, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos promoveu, em meados do segundo semestre, por iniciativa da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, a realização da Oficina “Elaboração de Indicadores de Resultados Setoriais”, com o objetivo de desenvolver indicadores destinados a mensurar o desempenho e aferir resultados da gestão dos seus diversos setores administrativos.

Dessa forma, como continuidade dos exercícios anteriores, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos tem agido de forma a adequar quantitativa e qualitativamente seu Quadro de Pessoal às necessidades, demandas e exigências das áreas meio e fim.

## 6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

## 6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro 28 – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31 de dezembro (Quadro A.6.7)

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>502</b>	<b>12</b>
1.1 Voluntária	430	12
1.2 Compulsória	01	-
1.3 Invalidez Permanente	71	-
1.4 Outras	-	-
<b>2. Proporcional</b>	<b>263</b>	<b>-</b>
2.1 Voluntária	248	-
2.2 Compulsória	06	-
2.3 Invalidez Permanente	09	-
2.4 Outras	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>765</b>	<b>12</b>

Fonte: SIAPE/SGRH

O quantitativo de aposentados vem reduzindo ao longo dos últimos anos e, essa diminuição está diretamente ligada à idade dos aposentados, entretanto, em médio prazo (10 a 15 anos), deverá ocorrer um aumento do número de pedidos de aposentadorias por parte dos servidores integrantes da carreira do PGPE, quando terão preenchidos todos os requisitos para sua aposentadoria. Esse aumento já pode ser notado nos números de pedidos de aposentadorias referentes ao exercício de 2011 e 2012.

## 6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 29 – Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12 (Quadro A.6.8)

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>614</b>	<b>20</b>
1.1. Integral	311	18
1.2. Proporcional	303	02
<b>2. Em Atividade</b>	<b>188</b>	<b>03</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>802</b>	<b>23</b>

Fonte: SIAPE/SGRH

Na mesma situação da aposentadoria, o quantitativo de beneficiários de pensão vem reduzindo ao longo dos últimos anos influenciado pelo fator idade dos beneficiários (seja por morte ou pelo atingimento da maioridade).

### 6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Os controles para detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos (art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal) são realizados em parceria com o órgão central do SIPEC, ou seja, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP que, periodicamente, efetua auditoria mediante confrontação de bancos de dados de diversas instituições (Ministério do Trabalho e Emprego, GDF e SIAPE).

Posteriormente, as ocorrências são encaminhadas aos órgãos setoriais para apurar e, se confirmadas, adotar as providências cabíveis para a regularização da inconsistência.

Nesse contexto, em jul/2012, foi detectada uma acumulação que acabou na vacância do servidor.

Além disso, os sistemas SIAPE e SISAC mantêm, em suas rotinas, críticas sugerindo possíveis inconsistências.

### 6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Verificada a acumulação indevida de cargo por um servidor, foram tomadas as seguintes providências:

- i) realizada a lavratura do ato de renúncia por parte do mesmo, formalizado pela Portaria nº 78/2012-CGRH, publicada no DOU-2, de 03/09/2012;
- ii) o servidor em questão foi cientificado pela CGRH da dupla aposentadoria por meio do Ofício nº 310/2012-CGRH/SPOA-MME, em 16/10/2012; e
- iii) suspensão do pagamento.

### 6.1.7 Informações sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

#### 6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro 30 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (art. 3º da IN TCU 55/2007) (Quadro A.6.9)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
<b>Admissão</b>	-	-	-	-
<b>Concessão de aposentadoria</b>	12	11	12	11
<b>Concessão de pensão civil</b>	23	22	23	22
<b>Concessão de pensão especial a ex-combatente</b>	-	-	-	-
<b>Concessão de reforma</b>	-	-	-	-
<b>Concessão de pensão militar</b>	-	-	-	-
<b>Alteração do fundamento legal de ato concessório</b>	09	16	09	16
<b>Totais</b>	<b>44</b>	<b>49</b>	<b>44</b>	<b>49</b>

Quadro 31 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (art. 3º da IN TCU 55/2007) (Quadro A.6.10)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
<b>Desligamento</b>	04	16	04	16
<b>Cancelamento de concessão</b>	02	02	02	02
<b>Cancelamento de desligamento</b>	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>06</b>	<b>18</b>	<b>06</b>	<b>18</b>

Quadro 32 – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC (Quadro A.6.11)

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
<b>Admissão</b>	-	-	-	-
<b>Concessão de aposentadoria</b>	03	04	04	01
<b>Concessão de pensão civil</b>	10	05	03	05
<b>Concessão de pensão especial a ex-combatente</b>	-	-	-	-
<b>Concessão de reforma</b>	-	-	-	-
<b>Concessão de pensão militar</b>	-	-	-	-
<b>Alteração do fundamento legal de ato concessório</b>	02	06	01	-
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>08</b>	<b>06</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
<b>Desligamento</b>	-	-	-	04
<b>Cancelamento de concessão</b>	02	-	-	-
<b>Cancelamento de desligamento</b>	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>02</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>04</b>

## 6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Quadro 33 – Atos Sujeitos à Remessa Física Ao TCU (art. 14 da IN TCU 55/2007) (Quadro A.6.12)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
<b>Pensões graciosas ou indenizatórias</b>	01	-	(*)	-
<b>Outros atos fora do SISAC (especificar)</b>	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>01</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(\*) Cadastrado somente no SISAC, aguardando solicitação do TCU, se for o caso.

## 6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Quadro 34 – Atuação do OCI sobre os Atos Submetidos a Registro (Quadro A.6.13)

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	-	03	-	-
Concessão de pensão civil	05	-	02	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>05</b>	<b>03</b>	<b>02</b>	<b>-</b>

## 6.1.8 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Conforme informação constante do item 2.4 deste relatório, a CGRH, também, deve implementar novos indicadores sobre outros assuntos específicos relacionados ao gerenciamento dos recursos humanos do MME a cargo da Unidade Jurisdicionada.

## 6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

## 6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 35 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva (Quadro A.6.17)

Unidade Contratante													
Nome: Ministério de Minas e Energia													
UG/Gestão: 320004							CNPJ: 37.115.383/0001-53						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	27	08.247.960/0001-60	31/08/2010	31/08/2013		40					P
2012	V	O	09	03.497.401/0001-97	07/03/2012	06/03/2013		13					P
<b>Observações:</b> Contratos de prestações de serviços executados de forma continua, com duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 meses (inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93), a critério da Administração.													
<b>LEGENDA</b> Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Informações retiradas dos Instrumentos contratuais assinados entre as partes

## 6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 36 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra (Quadro A.6.18)

Unidade Contratante													
Nome: Ministério de Minas e Energia													
UG/Gestão: 320004						CNPJ: 37.115.383/0001-53							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	10	O	07	72.591.894/0001-42	27/03/2008	26/03/2013				17			E
2008	09	O	47	04.768.702/0001-70	23/12/2008	22/12/2013		01		12		01	P
2009	09	O	25	26.972.885/0001-84	07/07/2009	07/07/2013		05				02	P
2010	05	O	40	04.248.842/0001-18	28/10/2010	27/10/2013				43			P
2010	08	O	47	03.084.540/0001-99	01/12/2010	30/11/2013		04					P
2010	12	O	51	02.277.205/0001-44	31/12/2010	31/12/2013				04		01	P
2012	02	O	23	38.062.485/0001-10	02/07/2012	02/07/2013				14			P
2012	04	O	24	05.280.504/0001-26	11/07/2012	11/07/2013		40					P
<b>Observações:</b> Contratos de prestações de serviços executados de forma contínua, com duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 meses (inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93), a critério da Administração.													
<b>LEGENDA</b>				<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									
<b>Área:</b>				1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras									

Fonte: Informações retiradas dos Instrumentos contratuais assinados entre as partes

## 6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 37 – Composição do Quadro de Estagiários (Quadro A.6.19)

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes				Despesa no Exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>23</b>	<b>23</b>	<b>146.047,11</b>
1.1 Área Fim	01	01	01	03	7.732,27
1.2 Área Meio	17	18	22	20	138.314,84
<b>2. Nível Médio</b>	<b>38</b>	<b>38</b>	<b>38</b>	<b>40</b>	<b>171.484,67</b>
2.1 Área Fim	16	15	14	14	64.700,21
2.2 Área Meio	22	23	24	26	106.784,46
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>56</b>	<b>57</b>	<b>61</b>	<b>63</b>	<b>317.531,78</b>

Fonte: CGRH-Área de Estágio/SIAPE

## 7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

## 7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

O Ministério de Minas e Energia dispõe de frota própria de veículos, imprescindível à consecução das atividades institucionais, não sendo necessária a contratação de frota terceirizada para o atendimento às demandas de transporte de pessoal em serviço (incluindo viagens a localidades próximas), de materiais e documentos, de autoridades (transporte institucional) e de representação (condução do Ministro de Estado).

A legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos é o Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008 e a Instrução Normativa nº 3 de 15 de maio de 2008 da SLTI/MP.

Para melhor entendimento, foi elaborada a tabela seguinte, informando a quantidade atual de veículos que compõem a frota, discriminados e totalizados por grupos e total geral; média anual de quilômetros rodados por grupo de veículos; idade média da frota por grupo de veículos; gasto com seguro; e gastos com motoristas terceirizados.

RESUMO GERAL DA FROTA DE VEICULO OFICIAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - 2012

Grupo	Qtde	Idade Média (ano)	Média Anual de km Rodado	Custo Anual com Manutenção e Combustíveis (R\$)	Gasto com Seguro (R\$)	Gasto com Motoristas Terceirizados (R\$)
I – representação	2	2	2.268	6.143,46		
II - veículos especiais	-					
III – institucional	5	4	19.944	42.639,60		
IV - serviços comuns (a)	20	10	9.395	100.479,84		
IV - serviços comuns (b) (*)	2	18	2.894	2.976,90		
<b>Total</b>	<b>29</b>		<b>32.233</b>	<b>152.239,80</b>	<b>15.193,12</b>	<b>516.436,36</b>

(\*) – 1 micro-ônibus e 1 caminhão médio tipo baú

De acordo com o Plano Anual de Aquisição de Veículos – PAAV, conforme a legislação vigente, este Ministério planeja a substituição de veículos que se caracterizem como antieconômicos, com mais dez anos de uso, bem como o desfazimento daqueles que serão substituídos, por meio de doação (conforme legislação vigente) a entidades que manifestem interesse e necessidade.

Em 2012 foram adquiridos dois veículos de serviços comuns em substituição a outros dois que se encontravam nas condições descritas acima, cujos processos para doação dos veículos substituídos foram iniciados em 2013.

A opção por frota própria se deve à observação de diversos aspectos, tais como:

- existência de número razoável de motoristas do quadro efetivo do MME que, não obstante a extinção do cargo, ainda encontram-se na atividade;
- existência de garagem privativa na edificação que possibilita a guarda segura dos seus veículos sem custos adicionais;
- possibilidade de melhor gerenciamento quanto à conservação dos veículos, que se mantêm em adequadas condições de uso por, pelo menos, 5 (cinco) anos, o que, mesmo havendo um investimento inicial mais elevado nas aquisições, se mostra vantajoso sob o ponto de vista da durabilidade e conseqüente sustentabilidade dos bens e serviços em questão;
- não há observância de suficientes aspectos negativos que levem à opção pela extinção da frota própria, em especial no que tange à observação da experiência negativa de outros órgãos com a contratação de empresa terceirizada para tal finalidade;
- melhor gestão do controle de quilometragem, considerando que, no caso de um contrato terceirizado, a sujeição a irregularidades é maior, devido à necessidade de rigoroso acompanhamento;
- prevenção de transtornos com relação à efetividade na prestação dos serviços, uma vez que, tratando-se de empresa contratada entre o encerramento de um contrato e o início de outro por problemas licitatórios, com prejuízo para o órgão.

Com relação ao Plano de Substituição da Frota, existe a necessidade de fazer a substituição de 5 (cinco) veículos do Grupo IV/a – veículos de serviços comuns, movidos apenas a etanol, anos 2002/2003, que apresentam elevado gasto com manutenção, média de consumo de combustível elevado (são movidos exclusivamente a álcool, sendo de uma geração ultrapassada), além de terem tempo de uso superior a 10(dez) anos, portanto, já classificados como antieconômicos, conforme enquadramento na legislação de regência.

Quanto ao controle na gestão da frota, existe implantada, especificamente sob a responsabilidade do chefe da Divisão de Transportes deste Ministério, rotina de acompanhamento na qual são utilizadas planilhas para administrar movimentação dos veículos no que se refere ao controle de sua utilização, quilometragem percorrida, gastos com combustível e manutenção, desempenho dos veículos, infrações de trânsito, taxas e seguros, e demais variáveis referentes à utilização dos veículos.

## 7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

## 7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 38 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União (Quadro A.7.1)

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
<b>BRASIL</b>	<b>UF 1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	Brasília	1	1
	<b>UF 2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	Santa Catarina	1	1
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>2</b>	<b>2</b>
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>2</b>	<b>2</b>

Fonte: SPIUnet

## Análise Crítica

O imóvel de RIP 8367.00019-500-0 localizado no Município de Capivari de Baixo, Estado de Santa Catarina, encontra-se em processo de transferência para a Superintendência de Patrimônio da União daquele estado.

Com este objetivo, várias ações foram tomadas pelo MME, entre elas, a parceria com a Secretaria de Patrimônio da União no Distrito Federal quanto a cessão de 02 profissionais (agrimensores) para colaborar na identificação do imóvel e na produção do mapeamento e registros em tela. Foi concluído o trabalho de demarcação de forma georreferenciada, com coordenadas UTM, bem como feito o mapeamento e registros fotográficos de todas as áreas distintas abarcadas pelo RIP nº 8367.00019-500-0.

Uma vez conhecidas as áreas que compõem o imóvel acima citado e ciente de que o mesmo encontra-se ocupado por 3 empresas, foi dirigido ofício à Sr<sup>a</sup> Procuradora-Chefe da União em Santa Catarina para adoção de medidas de proteção aplicáveis ao caso, bem como encaminhada toda a documentação produzida à SPU de Santa Catarina para subsidiar o processo de reversão do imóvel.

## 7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro 39 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ (Quadro A.7.3)

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
320004	836700019.500-0	12	3	816.968,67	23/11/2001	816.968,67	0,00	0,00
320004	970116936.500-1	21	5	777.892,24	13/12/2011	52.378.920,31	3.217.134,87	1.367.705,36
<b>Total</b>							<b>3.217.134,87</b>	<b>1.367.705,36</b>
<b>Fonte: Sistema de Gerenciamentos dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet / Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI</b>								

Regime: 12 (em regularização – outros) – 21 (uso em serviço público).

**Nota:**

- O imóvel identificado pelo RIP 836700019.500-0 está localizado no Estado de Santa Catarina e em processo de devolução à Superintendência de Patrimônio da União.
- A manutenção do imóvel de RIP 970116936.500-1 teve seus valores apurados mediante consideração das seguintes despesas:

## b1 - DESPESAS COM MANUTENÇÃO DO IMÓVEL

EXECUCAO DE SERVICOS DE ENGENHARIA, VISANDO REFORMA DOS BANHEIROS (800013)	RUBI ENGENHEIROS ASSOCIADOS LTDA	01761368/0001-35	75.652,73
INSTALAÇÃO DE PELÍCULA (800015)	A ABBA SERVICOS GERAIS LTDA	00949483/0001-75	37.443,74
IMPERMEABILIZAÇÃO PARA CORRIGIR PONTOS DE INFILTRAÇÃO (800020)	HEIMAR-CONSTRUCOES E SERVICOS GERAIS	24917312/0001-22	51.271,23
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM CONDICIONADORES DE AR (800059)	LIGA ENGENHARIA	26972885/0001-84	261.237,20
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ELEVADORES (800064)	MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA	05926726/0001-73	52.478,16
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PREDIAIS INTERNOS (800088)	MULTIPLENA COMERCIO DE MOVEIS E SERVICOS	04936559/0001-89	244.161,42
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO, EXECUCAO E RECUPERACAO DE PISOS (800107)	ENGEMIL - ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS	04768702/0001-70	52.384,00
<b>TOTAL</b>			<b>774.628,48</b>

## b2 - DESPESAS COM MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES

MANUTENCOES DOS SISTEMAS E INSTALACOES ELETRICAS, HIDRO-SANITARIAS, AGUAS PLUVIAIS E DE COMBATE INCENDIO (800062)	ENGEMIL - ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS	04768702/0001-70	310.750,88
MANUTENÇÃO DA SALA COFRE (800097)	ACECO LTDA	08242189/0001-30	282.326,00
<b>TOTAL</b>			<b>593.076,88</b>

## b3 - DESPESAS COM REFORMAS

REFORMA COM ADAPTAÇÃO DE AREAS FÍSICAS INTERNAS LOCALIZADAS NA GARAGEM. 800055	RUBI ENGENHEIROS ASSOCIADOS LTDA	01761368/0001-35	341.020,91
ADAPTAÇÃO DE ÁREAS E INSTALAÇÃO DE ARQUIVOS DESLIZANTES	CAVIGLIA & CIA LTDA	61633095/0001-75	2.876.113,96
<b>TOTAL</b>			<b>3.217.134,87</b>

## 8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

## 8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro 40 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada (Quadro A.8.1)

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
<input type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)? _____
<input checked="" type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:</b>	
<input type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____

<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input checked="" type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input checked="" type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input checked="" type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
( 4 )	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
( 2 )	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
( 3 )	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
( 4 )	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
( 4 )	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
( 3 )	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	
Os quesitos foram respondidos pelo Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação.	

Nota:

Por meio da Portaria nº 55, de 2 de maio de 2002, foi instituído o Comitê Executivo de Tecnologia da Informação – CETI, que, juntamente com um Grupo de Trabalho constituído por representantes dos Órgãos do MME, cabe elaborar o PDTI.

## 9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### 9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 41 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis (Quadro A.9.1)

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<p><b>Licitações Sustentáveis</b></p> <p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</li> </ul> <p>Nos processos de compra e contratação de serviços com fornecimento de materiais foram acrescentadas cláusulas específicas no Termo de Referência e/ou no Contrato, ambos parte integrante dos Editais, conforme exigências adotadas pelo MME e abaixo listadas:</p> <p><b>DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</b></p> <p>- A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/ /SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010.</p> <p>– Observar e zelar para que os produtos/materiais e peças não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva <i>RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances)</i>, tais como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil-polibromados, éteres difenil-polibromados, conforme disposto no Inciso IV do art. 5º da IN/SLTI/MP nº 01/10.</p> <p>- Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – <b>ABNT NBR</b>, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis, correspondente ao Termo de Referência, Anexo I, do Edital.</p> <p>– Orientar seus empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos e de resíduos recicláveis descartados, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pelo Contratante, de acordo com a Lei nº 12.305/10 e Decreto nº 5.940/06.</p> <p>- Dê preferência a embalagens reutilizáveis ou biodegradáveis.</p> <p>- Se identificado vazamentos em torneiras ou sifões, lâmpadas queimadas ou piscando, janelas, fechaduras ou vidros quebrados, imediatamente o preposto ou representante da Contratada deverá comunicar o Contratante, por escrito (o mercúrio das lâmpadas, o vidro, o alumínio e o plástico são recicláveis).</p> <p>- Visar economia na utilização de máquinas, equipamentos e ferramentas, contribuindo para a redução do consumo de energia, bem como na utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, evitando o uso de extensões elétricas, em conformidade com a Lei de Eficiência Energética nº 10.295/01, Decreto nº 4.131/02, Portarias INMETRO nº 289/06 e nº 243/09.</p> <p>– Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, e prever a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias inservíveis, pois seus resíduos são utilizados para fabricação de vidros, tintas, cerâmicas, e segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30/06/99.</p>				X	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
– Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários à execução dos serviços e realizar programas internos de treinamento de seus empregados, nos primeiros meses de execução contratual, para as práticas de sustentabilidade, observadas as normas ambientais vigentes.					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</li> </ul> <p>- <b>Selo PROCEL de eficiência energética:</b> exigência editalícia nos processos de aquisição de eletrodomésticos diversos, o que impacta principalmente no consumo energético dos aparelhos de ar-condicionado, refrigeradores e bebedouros de água.</p> <p>- <b>Selo de pureza ABIC:</b> exigência editalícia no processo de contratação de empresa para prestação de serviços de copeiragem, incluindo fornecimento de café.</p> <p>- Não obstante à exigência de certificações ambientais, há, sempre que pertinente à natureza do objeto, exigência de cumprimento às normas instituídas por agências reguladoras e demais entidades competentes, tais como: ABNT, INMETRO, ANVISA e CONAMA..</p>				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</li> </ul> <p>- Foi realizada ampla reforma em todas as instalações sanitárias do Ministério, cujo impacto pôde ser percebido no exercício 2012, com a constatação de uma economia significativa no consumo de água em face das seguintes ações:</p> <p>- substituição do antigo piso por porcelanato, o que facilitou a limpeza reduzindo, assim, a quantidade de água utilizada na lavagem dos banheiros;</p> <p>- instalação de torneiras automáticas;</p> <p>- instalação de descargas <i>dual flush</i>;</p> <p>- substituição do piso Paviflex por granito nos corredores de dois andares;</p> <p>- ações de orientação quanto ao procedimento correto de lavagem de veículos e das áreas físicas da edificação, de forma a evitar o desperdício de água, bem como sobre a utilização materiais de limpeza potencialmente poluentes.</p>					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</li> </ul>	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</li> </ul>					X
	Sim ( x )		Não ( )		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</li> </ul> <p>- Por meio de Cláusula Específica - Dos Critérios de Sustentabilidade Ambiental e respectivas subcláusulas (vide item 1 deste Quadro).</p>				X	
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul> <p>- As campanhas foram realizadas por meio de Plano pedagógico incluindo oficinas, palestras, cursos, além de <i>banners</i> distribuídos nas dependências do MME e peças informativas produzidas para meio eletrônico e, estrategicamente divulgadas por meio de inserção em rede, quando da inicialização de cada computador funcional (detalhamento nos itens PES e Coleta Seletiva na parte descritiva do relatório).</p>				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul> <p>- Foi trabalhada a conscientização dos servidores, inicialmente no que tange à relevância da separação dos resíduos sólidos na fonte geradora, sua correta destinação e o uso adequado da água e produtos de limpeza (biodegradáveis, por exigência do órgão no TR, Edital ou Contrato), contudo, o alcance inicial foi maior junto aos prestadores de serviço nas áreas de limpeza e copeiragem, tendo em vista a natureza do serviço prestado e sua estreita relação com o consumo em questão (detalhamento nos itens PES e Coleta Seletiva da parte descritiva do relatório).</p> <p>- Foram promovidas campanhas de alcance geral, inclusive com foco na preservação dos recursos naturais, inclusive junto aos visitantes do MME, por meio de informativos afixados próximo aos bebedouros; <i>banners</i> nos halls dos elevadores; peças informativas/explicativas estrategicamente inseridas em todos os computadores (ao ligar) por meio da rede; organização de exposições de arte feita exclusivamente com material reciclável nos halls de entrada principal e privativa.</p>				X	
<p>Considerações Gerais:</p> <p>Os quesitos foram respondidos pelas Coordenações-Gerais de Compras e Contratos, de Recursos Logísticos, de Tecnologia da Informação e de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, unidades diretamente responsáveis por esse processo no âmbito da Unidade Jurisdicionada.</p>					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</li> <li>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</li> <li>(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</li> <li>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</li> <li>(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</li> </ul>					

## 9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

A política adotada pela UJ para estimular o uso racional de papel e de água foi desenvolvida, principalmente, por meio de duas frentes de trabalho: i) ações estruturantes, de atuação direta da Administração por meio de realização de obras e reformas necessárias à modernização dos espaços e recursos; e ii) ações pedagógicas, desenvolvidas por meio da concepção de um programa pedagógico estratégico trabalhado, inicialmente, junto aos prestadores de serviços terceirizados de limpeza, copeiragem, recepção, estagiários e servidores dos protocolos geral e setoriais do MME (detalhamento nos itens PES e Coleta Seletiva).

A definição de tais setores de trabalho para serem os primeiros a participar do processo de conscientização e implementação de uma nova cultura de consumo foi pensada estrategicamente com vistas a atingir, a priori, as metas estabelecidas no âmbito do Projeto Esplanada Sustentável-PES, por meio de ação efetiva, objetiva e direta dos trabalhadores que manuseiam grande quantidade dos recursos em questão na execução dos trabalhos diários.

Quanto à Energia Elétrica, durante o exercício 2012, foi celebrado Termo de Cooperação Técnica entre o MME e Furnas, visando à efetiva implementação do Projeto de Eficientização Energética da Iluminação do Edifício do MME, com a dimerização microprocessada das luminárias instaladas nos diversos ambientes do edifício, de modo a obter automatização, via rede lógica, do controle do nível de iluminação, o que proporcionará uma economia estimada de 20 a 30% da energia elétrica consumida hoje.

Quadro 42 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água (Quadro A.9.2)

Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Coleta Seletiva Solidária	2007			<ul style="list-style-type: none"> <li>- 19 toneladas e 855 kg de papel destinados à Associação habilitada para encaminhamento à reciclagem.</li> <li>- Ampliação da proposta para a separação, do plástico, além do papel (copos descartáveis, principalmente).</li> <li>- Capacitação de 68 servidores e prestadores de serviço no curso Trabalhando a Coleta Seletiva Solidária, totalizando 12 horas de treinamento em cada turma de 17 participantes (07/08/2012).</li> <li>- Maior envolvimento dos servidores por meio da realização de exposições de artes, criadas a partir de resíduos sólidos produzidos pelo MME, palestras, apresentação de vídeos.</li> </ul>		
Projeto Esplanada Sustentável	2012			- Atingimento das metas pactuadas em 75% das despesas definidas.		
Recurso Consumido	Quantidade (Kw)			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (fls.)	3.452.231	3.654.557	3.229.896	79.677,90	80.625,63	88.969,63
Água (m³)	14.748	19.183	19.262	223.243,63	267.790,57	252.762,96
Energia Elétrica (kwh)	2.466.879	2.458.087	2.455.481	916.902,46	563.027,90 (*)	836.981,45
			<b>Total</b>	<b>1.219.823,99</b>	<b>911.444,10</b>	<b>1.178.714,00</b>

Fonte: Faturas da Caesb e CEB e planilhas internas de controle.

(\*) Neste ano, a despesa com energia elétrica foi menor em razão de glosa nas faturas, relativa a importâncias decorrentes de penalização à CEB por ter incorrido em irregularidades no fornecimento de Energia Elétrica ao MME, de conformidade com a resolução da ANEEL.

## 10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

## 10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

## 10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro 43 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício (Quadro A.10.1)

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 004.536/2012-6 (Representação)	-	-	Of. nº 172-TCU/SECEX-1 (cautelatória/oitiva – Min. Relator)	29/02/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS – CGRL					3369
Descrição da Deliberação					
<p>Determinado cautelarmente ao MME:</p> <p>a) Suspender imediatamente o Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 5/2012-MME (aquisição de Notebooks e tablets PC);</p> <p>b) abster-se de autorizar a adesão de qualquer órgão à respectiva ata de registro de preços e de efetivar contratação com base no referido certame;</p> <p>c) caso algum contrato já tenha sido celebrado, suspender de imediato sua execução, até a decisão final e mérito do Tribunal acerca da matéria.</p> <p>- E ainda, foi determinada oitiva da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL para, no prazo de 15 dias a contar do recebimento da comunicação, manifestar-se sobre os indícios de irregularidades apontados na representação objeto do processo em análise.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS – CGCC					80037
Síntese da Providência Adotada					
- O titular da SPOA determinou a suspensão dos trâmites atinentes ao Pregão Eletrônico nº 5/2011-MME, o qual se encontrava na fase de avaliação das propostas, e interpôs Agravo de Instrumento com pedido de reconsideração junto ao Tribunal de Contas da União em 07/03/2012, motivado pelas razões de fato e de direito elencadas na citada peça, com apresentação tempestiva dos esclarecimentos requisitados e da documentação comprobatória (resposta enviada por meio do Ofício nº 027/2012-SPOA/SE-MME, de 16/03/2012).					
Síntese dos Resultados Obtidos					
- Após análise do Agravo de Instrumento e a decisão de mérito, o TCU permitiu a continuidade do certame na forma originalmente proposta. Foi proferido o Acórdão nº 780/2012-Plenário, com recomendação para limitar a utilização da Ata de Registro de Preços apenas aos órgãos participantes do certame.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
- A comunicação do TCU foi dirigida equivocadamente a uma gestora que não pratica atos de licitações e contratos no âmbito do MME, situação que ensejou demora na tramitação da correspondência para a unidade responsável (SPOA).					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC 004.536/2012-6 (Representação)	-	-	Of. nº 173- TCU/SECEX-1 (cautelatória/oitiva – Min. Relator)	29/02/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS – CGRL					3369
Descrição da Deliberação					
Determinado o encaminhamento de cópias de todas as impugnações porventura apresentadas pelos licitantes no âmbito do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 5/2012-MME (aquisição de notebooks e tablets PC), no prazo de 5 dias.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS – CGCC					80037
Síntese da Providência Adotada					
- Providenciada a extração de cópia da documentação solicitada pelo TCU, com remessa àquela Corte no prazo fixado, juntamente com os esclarecimentos requeridos em oitiva (resposta objeto do Ofício nº 027/2012-SPOA/SE-MME, de 16/03/2012).					
Síntese dos Resultados Obtidos					
- Após decisão de mérito, o TCU permitiu a continuidade do certame na forma originalmente proposta, tendo proferido o Acórdão nº 780/2012-Plenário, com recomendação para limitar a utilização da Ata de Registro de Preços apenas aos órgãos participantes do certame.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
- A comunicação do TCU foi dirigida equivocadamente a uma gestora que não pratica atos de licitações e contratos no âmbito deste Órgão, situação que ensejou demora no trâmite da correspondência para a unidade responsável (SPOA).					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	TC 003.837/2012-2 (Representação)	-	-	Of. nº 174- TCU/SECEX-1 (oitiva – Min. Relator)	01/03/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA – SE					3245
Descrição da Deliberação					
Determinada a imediata suspensão do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 2/2012-MME (contratação de serviços para manutenção do ambiente tecnológico do MME).					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS – CGCC					80037
Síntese da Providência Adotada					
- Apresentados tempestivamente os esclarecimentos solicitados em oitava, com juntada da documentação pedida e informação acerca da suspensão do certame e o estágio em que se encontrava – homologação de proposta (resposta objeto do Ofício nº 026/2012-SPOA/SE-MME, de 16/03/2012).					
Síntese dos Resultados Obtidos					
- Após análise, o TCU permitiu a continuidade do certame, com exclusão de quesitos exigidos para habilitação, por meio do Acórdão nº 1.619/2012-Plenário.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
- A comunicação do TCU foi dirigida ao Sr. Secretário Executivo, sendo que o trâmite da correspondência até a autoridade responsável (SPOA) demorou.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	TC 003.837/2012-2 (Representação)	-	-	Of. nº 176- TCU/SECEX-1 (oitiva – Min. Relator)	01/03/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA – SE					3245
Descrição da Deliberação					
<p>Determinou-se oitava da Secretaria Executiva para, no prazo de 5 dias a contar do recebimento da comunicação, manifestar-se sobre os indícios de irregularidades apontados na representação objeto do processo em análise (Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 02/2012-MME – contratação de serviços para manutenção do ambiente tecnológico do MME), em especial no que pertine à:</p> <p>a) exigência da comprovação de experiência mínima de 3 anos, inserta nos itens 7.1.4.1.1 e 7.1.4.1.3 do edital;</p> <p>b) exigências prescritas no item 7.1.4.1.2, com atenção especial para a impossibilidade da comprovação de experiência em relação a ambientes, produtos, serviços e atividades similares;</p> <p>c) escolha da forma “Registro de Preços” para a contratação do objeto, notadamente em face das características peculiares do ambiente tecnológico do MME, as quais foram determinantes para a definição das exigências de qualificação técnica dos licitantes, apresentando as justificativas exigidas de acordo com o art. 2º, parágrafo único, do Decreto nº 3.931/2001; e</p> <p>d) exigência de apresentação do atestado de qualificação técnica referente à “Parceria Microsoft Gold Certified Partner”, constante do subitem 7.1.4.2 do Edital.</p> <p>E ainda, foi determinado ao órgão apresentação de cópia integral do parecer técnico que propôs a rejeição, por intempestiva, da impugnação apresentada pela empresa Poliedro – Informática, Consultoria e Serviços Ltda, bem como informação sobre o estágio em que se encontrava o certame e sobre a eventual assinatura do contrato.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Síntese da Providência Adotada					
- Apresentados os esclarecimentos solicitados por oitava, no prazo prorrogado, com juntada de cópia da documentação requisitada e informação sobre o estágio no qual se encontrava o certame – homologação de proposta (resposta objeto do Ofício nº 026/2012-SPOA/SE-MME, de 16/03/12).					
Síntese dos Resultados Obtidos					
- Após análise, o TCU permitiu a continuidade do certame, com exclusão de quesitos exigidos para habilitação, por meio do Acórdão nº 1.619/2012-Plenário.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
- A comunicação do TCU foi dirigida ao Sr. Secretário Executivo, sendo que o trâmite da correspondência até a autoridade responsável (SPOA) demorou, situação que ensejou pedido de prorrogação do prazo de resposta (Ofício nº 017/2012/SPOA/SE-MME, DE 5/3/12).					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	TC 003.837/2012-2 (Representação)	-	-	Of. nº 196-TCU/SECEX-1 (prorrogação de prazo)	06/03/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA – SE					3245
Descrição da Deliberação					
Comunica que foi concedida dilação de prazo, por mais 15 dias, contados a partir do término do período inicialmente fixado, para atendimento ao Ofício nº 176/2012-TCU/1ªSECEX)					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Síntese da Providência Adotada					
- Apresentados os esclarecimentos solicitados por oitiva no prazo fixado por prorrogação, com juntada de cópia da documentação requisitada e informação sobre o estágio no qual se encontrava o certame – homologação de proposta (resposta objeto do Ofício nº 026/2012-SPOA/SE-MME, de 16/03/12).					
Síntese dos Resultados Obtidos					
- Após análise, o TCU permitiu a continuidade do certame, com exclusão de quesitos exigidos para habilitação, por meio do Acórdão nº 1.619/2012-Plenário.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
- A comunicação de oitiva do TCU foi dirigida ao Sr. Secretário-Executivo, sendo que o trâmite da correspondência até a autoridade responsável (SPOA) demorou, situação que ensejou pedido de prorrogação do prazo de resposta (Ofício nº 017/2012/SPOA/SE-MME, de 5/3/12).					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	TC 004.536/2012-6 (Representação)	780/2012-TCU/Plenário	9.2 9.3	Of. nº 268- TCU/SECEX-1 (comunicação)	13/04/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Descrição da Deliberação					
<p>Decidiu o Plenário do TCU, em face da análise dos esclarecimentos apresentados por este Órgão sobre o Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 5/2012 (aquisição de notebooks e tablets PC):</p> <p>“(…)</p> <p>- 9.2. revogar a Medida Cautelar adotada por essa Corte em 28/2/2012;</p> <p>- 9.3. determinar à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério de Minas e Energia que limite a utilização da Ata de Registro de Preços somente aos órgãos que, originalmente, já haviam manifestado interesse em participar desse Registro, ante a acelerada obsolescência do tipo de produto licitado, determinada por um forte ritmo de inovação tecnológica, utilizando-se de suas respectivas dotações orçamentárias, nos termos do Manual de Orientações do SIASGNET, dentro do Sistema “Comprasnet”, gerido pelo Governo Federal.</p> <p>(…)”</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Síntese da Providência Adotada					
- Repassada orientação à Coordenação-Geral de Compras e Contratos – CGCC, acerca do inteiro teor do Acórdão em questão, e determinada a retomada do certame, todavia, com recomendação para limitar a utilização da Ata de Registro de Preços apenas aos órgãos participantes do certame conforme disposto no acórdão acima (Memorando nº 29/2012-SPOA/SE-MME, de 19/04/2012).					
Síntese dos Resultados Obtidos					
- Retomado o certame na forma originalmente proposta.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	TC 007.887/2012-4	-	-	Of. nº 310-TCU/ Sefit (Diligência)	14/05/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
ASSESSOR ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO DO MME					2852
Descrição da Deliberação					
Solicita resposta ao questionário “Perfil de GovTI 2012 – Questionário”, disponível no site <a href="http://www.tcu.gov.br/fiscalizacaoti/perfilgovti2012">www.tcu.gov.br/fiscalizacaoti/perfilgovti2012</a> , com posterior envio eletrônico para e-mail da Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação ou para o endereço fornecido, conforme instruções contidas no Aviso nº 448/2012-GP/TCU, assinado pelo dirigente máximo da instituição.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGTI					3371
Síntese da Providência Adotada					
- O questionário foi devidamente respondido pelo Sr. Coordenador-Geral de Tecnologia, no que pertine à área de tecnologia da informação. Capeado pelo Memo. nº 33/2012-CGTI/SPOA-MME, foi dirigido ao Sr. Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, com ressalva quanto ao preenchimento de itens pendentes por outras unidades do MME. Assim, o Subsecretário encaminhou o referido documento ao Sr. Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva (por meio do Memo. nº 36/2012-SPOA/SE-MME, de 1/06/12), para conhecimento e gestão junto ao Gabinete do Ministro, para assinatura pelo titular da Pasta e posterior remessa ao TCU.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
-					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
08	002.741/2012-1	1.054/2012-TCU-Plenário	9.2	Of. nº 532-TCU/SECEX 3 (Comunicação)	15/05/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
GABINETE DO MINISTRO – GM					2854
Descrição da Deliberação					
<p>Encaminha o Acórdão nº 1.054/2012-Plenário, acompanhado do relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentaram, referentes ao processo de Solicitação formulada pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho – TST, para conhecimento e adoção de providências, qual seja:</p> <p>“9.1. conhecer da presente Solicitação, em caráter excepcional, com amparo no art. 63 da Resolução TCU nº 191, de 21 de junho de 2006, para, no mérito determinar:</p> <p>9.2 – a todas as unidades centrais e setoriais do Sistema de Controle Interno dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União que orientem os órgãos e entidades a eles vinculados no sentido de que exijam das empresas contratadas, por ocasião de cada ato de pagamento, a apresentação da devida certidão negativa de débitos trabalhistas, de modo a dar efetivo cumprimento às disposições constantes dos artigos 27, IV, 29, V, e 55, XIII, da Lei nº 8.666, de 1993, c/c os artigos 1º e 4º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, atentando, em especial, para o salutar efeito do cumprimento desta nova regra sobre o novo Enunciado 331 da Súmula de Jurisprudência do TST, sem prejuízo de que a Segecex oriente as unidades técnicas do TCU nesse mesmo sentido.”</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Síntese da Providência Adotada					
- Conhecido o teor do Acórdão, o expediente em questão foi encaminhado à Coordenação-Geral de Compras e Contratos (CGCC) para ciência.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
- A exigência da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT nos editais de licitação e por ocasião de cada ato de pagamento (previsão contida na Lei nº 12.440/2011) vem sendo cumprida por este Órgão desde a publicação da citada Norma, independentemente da determinação em comento.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
09		-	-	Of. nº 0287-DBR/Sefip-TCU (Circular)	22/05/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
GABINETE DO MINISTRO – GM					2854
Descrição da Deliberação					
<p>Encaminha Instrução Normativa TCU nº 67, de 06/07/2011, que dispõe sobre os procedimentos referentes às Declarações de Bens e Rendas a serem apresentadas pelas autoridades e servidores públicos federais a que aludem as Leis nº 8.429, de 2/06/92 e 8.730, de 10/09/93.</p> <p>- O TCU alerta o MME sobre a necessidade de se adotar medidas para resguardar o sigilo e preservar a confidencialidade de informações colhidas mediante o preenchimento dos formulários constantes do anexo I da citada IN, considerando a previsão contida no art. 2º.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Síntese da Providência Adotada					
- Conhecido o teor do Acórdão, o expediente em questão foi encaminhado à Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH, para ciência e adoção de providências.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
- A Coordenação-Geral de Recursos Humanos mantém devidamente resguardados e a salvo de terceiros, os assentamentos funcionais dos servidores, de modo que somente pessoas autorizadas daquela área têm acesso à sala de arquivo onde está guardada essa documentação.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	TC 024.133/2011-6 Prestação de Contas SPOA)	2.838/2012-1ª Câmara	1.6	Of. nº 320- TCU/SECEX 1 (Comunicação)	28/05/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Descrição da Deliberação					
<p>Encaminha o Acórdão nº 2.838/2012-TCU/1ª Câmara para conhecimento e adoção de medidas previstas no item 1.6, acompanhado da respectiva instrução da unidade técnica, resultado da apreciação do processo de Prestação de Contas da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MME – exercício de 2011, informando ainda que as determinações serão objeto de monitoramento:</p> <p>“1.6. Determinar à SPOA/MME que informe ao Tribunal, no prazo de 90 dias:</p> <p>a) o andamento e estado atual das providências adotadas para obter o ressarcimento dos valores pagos à maior (R\$ 35.343,12), no âmbito do Contrato firmado com a empresa Eridata, para a prestação de serviços de operação, manutenção preventiva e corretiva da Central Privada de Comutação Telefônica (CPCT) e sistemas afetos do MME;</p> <p>b) as providências adotadas para verificar a exata identificação, localização e estado atual do imóvel identificado no Registro Imobiliário Patrimonial – RIP – sob o número 8367.00019.500-00, situado no estado de Santa Catarina, incluindo a realização de vistoria no local;</p> <p>c) as medidas de proteção patrimonial que tenha adotado até que seja concluída a transferência do referido imóvel à SPU, e, se for o caso, em sendo constatada a ocupação irregular do imóvel por terceiros, o ingresso de ação judicial de reintegração de posse;”</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Síntese da Providência Adotada					
<p>- Expediente encaminhado às Unidades responsáveis da SPOA (CGCC, CMA, CGRL, CGOF e CGTI), para conhecimento e informações sobre os itens levantados pelo TCU (Memº Circular nº 09/2012-SPOA/SE-MME, de 1º/06/2012).</p> <p>- Posteriormente foram prestados esclarecimentos diretamente ao TCU sobre o assunto, objeto do Ofício nº 114/2012/SPOA/SE-MME, de 22/08/2012.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
-					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	TC 024.133/2011-6 (Prestação de Contas SPOA)	2.838/2012-1ª Câmara	1.6 1.7	Of. nº 327-TCU/SECEX 1 (Comunicação)	28/05/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA – SE					3245
Descrição da Deliberação					
<p>Encaminha o Acórdão nº 2.838/2012-TCU/1ª Câmara para conhecimento, acompanhado da respectiva instrução da unidade técnica, resultado da apreciação do processo de Prestação de Contas da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MME – exercício de 2011, em que houve a seguinte determinação:</p> <p>“1.6. Determinar à SPOA/MME que informe ao Tribunal, no prazo de 90 dias:</p> <p>a) o andamento e estado atual das providências adotadas para obter o ressarcimento dos valores pagos à maior (R\$ 35.343,12), no âmbito do Contrato firmado com a empresa Eridata, para a prestação de serviços de operação, manutenção preventiva e corretiva da Central Privada de Comutação Telefônica (CPCT) e sistemas afetos do MME;</p> <p>b) as providências adotadas para verificar a exata identificação, localização e estado atual do imóvel identificado no Registro Imobiliário Patrimonial – RIP – sob o número 8367.00019.500-00, situado no estado de Santa Catarina, incluindo a realização de vistoria no local;</p> <p>c) as medidas de proteção patrimonial que tenha adotado até que seja concluída a transferência do referido imóvel à SPU, e, se for o caso, em sendo constatada a ocupação irregular do imóvel por terceiros, o ingresso de ação judicial de reintegração de posse;</p> <p>1.7. Dar ciência ao Ministério de Minas e Energia que, no exame das contas da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA/MME), exercício 2012, foram apontadas no Relatório de Auditoria de Gestão da CGU as fragilidades enumeradas a seguir:</p> <p>a) atraso na atualização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) para o triênio 2011-2013;</p> <p>b) inexistência de estudos ou avaliações de rotina sobre a compatibilidade entre os recursos de TI e as necessidades do MME;</p> <p>c) existência de convênios pendentes de análise financeira pela Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças/CGOF/SPOA extrapolando o prazo.”</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Síntese da Providência Adotada					
- Expediente encaminhado às Unidades responsáveis da SPOA (CGCC, CMA, CGRL, CGOF e CGTI), para conhecimento e informações sobre os itens levantados pelo TCU (Memo. Circular nº 09/2012-SPOA/E-MME, de 1/06/2012). Posteriormente foram prestados esclarecimentos diretamente ao TCU sobre o assunto, objeto do Ofício nº 114/2012/SPOA/SE-MME, de 22/08/2012, complementado posteriormente pelo Ofício nº 151/2012-SPOA/SE-MME, de 1º/10/2012.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
-					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	TC 015.660/2006-7 (Tomada de Contas SE)	3.775/2012-2ª Câmara	9.3.1 9.3.4 9.4	Of. nº 344- TCU/SECEX 1 (Comunicação)	11/06/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA – SE					3245
Descrição da Deliberação					
<p>Encaminha o Acórdão nº 3.775/2012-2ª Câmara para conhecimento, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentaram, adotado pelo TCU ao apreciar Recurso de Reconsideração interposto pelo Ministério Público contra o Acórdão nº 5.521/2010-2ª Câmara, proferido no processo de Tomada de Contas da Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia – exercício de 2005, com as recomendações abaixo:</p> <p>“9.3. alertar às Unidades do MME abaixo relacionadas de que nestes autos foram observadas as seguintes impropriedades/irregularidades:</p> <p><b>9.3.1. Coordenação-Geral de Compras e Contratos do MME:</b> realização de subcontratação no âmbito de contrato firmado mediante dispensa de licitação com base no art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, contrariando o disposto no Acórdão 690/2005-TCU/2ª Câmara (subitens 2.2.1 e 2.2.2 da Nota Técnica nº 1942/DIENE/SFC/CGU/PR);</p> <p>9.3.2. (...)</p> <p>9.3.3. (...)</p> <p><b>9.3.4. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MME:</b> atesto e pagamento antes do recebimento do produto, configurando pagamento antecipado, vedado pela Lei nº 4.320/64, arts. 62 e 63 (subitens 5.1.1.1 e 5.1.2.1 do Relatório de Auditoria nº 175.834/SPOA/MME);</p> <p>9.3.5. (...)</p> <p><b>9.4. determinar à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MME,</b> que adote providências visando o ressarcimento dos valores pela cessão da servidora Ana Maria de Medeiros Coly ao Governo do Distrito Federal, conforme subitem 5.1.2.1 do Relatório de Auditoria nº 154.097/SFC e “fato I” do subitem 2.2.1.3 da Nota Técnica nº 1.239/DPPES/DP/SFC/PR – prazo para atendimento: 90 dias.”</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Síntese da Providência Adotada					
<p>- Expediente encaminhado à Coordenação-Geral de Compras e Contratos - CGCC, para conhecimento e observância das recomendações e determinação feitas pelo TCU.</p> <p>- Foram repassadas orientações formais a todas as Unidades da SPOA, alertando a fiscalização de contratos para os cuidados que se deve ter com a liquidação da despesa (recebimento das aquisições, atesto, e por último, envio das faturas para autorização do pagamento), bem como sobre a necessidade de se observar fielmente as recomendações expedidas pelo TCU, assim como em relação à ilegalidade da subcontratação observada numa contratação do MME, realizada com base no art. 24, inciso XIII (Memº Circular nº 10/2012-SPOA/SE-MME, de 13/06/2012).</p> <p>- Foi encaminhado expediente à Coordenação-Geral de Recursos Humanos para adoção de providências quanto ao ressarcimento pendente, com pedido para inscrição do GDF na Dívida Ativa da União.</p> <p>(Resposta encaminhada ao TCU por meio do Ofício nº 068/2012/SPOA/SE-MME, de 28/08/2012).</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
<p>- Observância às recomendações e determinações expedidas pela Corte de Contas por parte de todas as Unidades da SPOA.</p> <p>- Ressalte-se que o GDF foi inscrito na Dívida Ativa da União, em face do não ressarcimento dos valores devidos a este Ministério, pela cessão de servidora deste Órgão, todavia, o débito restou extinto por pagamento, conforme comprovante apresentado ao MME pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	TC 015.660/2006-7 (Monitoramento)	3.775/2012-2ª Câmara	9.3.1	Of. nº 346- TCU/SECEX 1 (Comunicação)	11/06/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS – CGCC					80037
Descrição da Deliberação					
<p>Encaminha o Acórdão nº 3.775/2012-TCU/2ª Câmara, para conhecimento e observância do item 9.3.1, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentaram, adotado pelo TCU ao apreciar Recurso de Reconsideração interposto pelo Ministério Público junto ao TCU, contra o Acórdão nº 5.521/2010-2ª Câmara, proferido no processo de Tomada de Contas da Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia – exercício de 2005, com recomendação expressa para a CGCC no item abaixo transcrito, sendo que as determinações serão objeto de monitoramento:</p> <p>“<b>9.3.1. Coordenação-Geral de Compras e Contratos do MME:</b> realização de subcontratação no âmbito de contrato firmado mediante dispensa de licitação com base no art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, contrariando o disposto no Acórdão 690/2005-TCU/2ª Câmara (subitens 2.2.1 e 2.2.2 da Nota Técnica nº 1942/DIENE/SFC/CGU/PR).”</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS – CGCC					80037
Síntese da Providência Adotada					
- Observância às determinações e recomendações expedidas pela Egrégia Corte de Contas.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
- A unidade tem observado as determinações e recomendações expedidas pela Egrégia Corte de Contas.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	TC 005.315/2011-5 (Monitoramento)	4.190/2012-2ª Câmara	-	Of. nº 379- TCU/SECEX 9 (Comunicação)	25/06/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA – SE					3245
Descrição da Deliberação					
Encaminha o Acórdão nº 4.190/2012-TCU/2ª Câmara para conhecimento, com a respectiva instrução, prolatado pelo TCU ao apreciar o processo de Monitoramento 005.315/2011-5, referente ao cumprimento do Acórdão nº 3.924/2009-TCU/2ª Câmara por parte da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) – orientações sobre prestação de contas de convênios. - Não houve recomendações/orientações a respeito.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA – SE					3245
Síntese da Providência Adotada					
Conhecimento do citado acórdão.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Conhecimento do citado acórdão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	TC 003.837/2012-2 (Representação)	1.619/2012-Plenário	9.2	Of. nº 443-TCU/SECEX 1 (Comunicação)	04/07/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA – SE					3245
Descrição da Deliberação					
<p>Encaminha o Acórdão nº 1.619/2012-TCU/Plenário para conhecimento, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentaram, adotado pelo TCU ao apreciar o processo de Representação formulada pela empresa Poliedro Informática Consultoria e Serviços Ltda., acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 02/2012-MME (contratação de serviços para manutenção do ambiente tecnológico do MME):</p> <p>“9.2. alertar o Ministério de Minas e Energia de que:</p> <p>9.2.1. a exigência da certificação Microsoft Gold Partner na fase de habilitação restringe o caráter competitivo da licitação, e de que a reincidência do órgão nesta irregularidade sujeita os responsáveis às sanções cabíveis;</p> <p>9.2.2. devem fundamentar formalmente a criação de ata registro, e.g, por um dos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.931/2001 (Acórdão 2.401/2006-TCU-Plenário);</p> <p>9.2.3. devem praticar todos os atos descritos no Decreto nº 3.931/2001, art. 3º, § 2º, em especial o previsto no seu inciso I, que consiste em “convidar mediante correspondência eletrônica ou outro meio eficaz, os órgãos e entidades para participarem do registro de preços”;</p> <p>9.2.4. o planejamento da contratação é obrigatório, sendo obrigatória a realização dos devidos estudos técnicos preliminares (Lei nº 8.666/93, art. 6º, inciso IX);</p> <p>9.2.5. a fixação, no termo de convocação, de quantitativos (máximos) a serem contratados por meio dos contratos derivados da ata de registro de preços, previstos no Decreto nº 3.931/2001, art. 9º, inciso II, é obrigação e não faculdade do gestor (Acórdão nº 991/2009-TCU/Plenário, Acórdão nº 1.100/2007-TCU/Plenário e Acórdão nº 4.411/2010-TCU/2ª Câmara);</p> <p>9.2.6. em atenção ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Lei nº 8.666/93, art. 3º caput), devem gerenciar a ata de forma que a soma dos quantitativos contratados em todos os contratos derivados da ata não supere o quantitativo máximo previsto no edital;</p> <p>9.3. informar a decisão ora proferida ao MME e aos interessados;</p> <p>9.4 arquivar o presente processo.”</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Síntese da Providência Adotada					
- Conhecido o teor do Acórdão e uma vez arquivados os autos da representação em tela no âmbito do TCU, foi determinado à CGCC que desse continuidade ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 02/2012-MME.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
- Observância às determinações e recomendações da Corte de Contas com relação aos quesitos indicados e aos dispositivos legais vigentes.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	TC 026.170/2006-4 (Monitoramento)	1.590/2012-Plenário	-	Aviso nº 817- GP/TCU (Comunicação)	09/07/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
GABINETE DO MINISTRO – GM					2854
Descrição da Deliberação					
<p>Encaminha o Acórdão nº 1.590/2012-TCU/Plenário para conhecimento, e respectiva instrução técnica, adotado pelo TCU ao apreciar o processo TC 026.170/2006-4, no seguinte teor (contrato para prestação de serviços de saúde – GEAP):</p> <p>“Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea “e”, e 183, inciso I, alínea “d”, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo fixado ao MME no item 9.1 do Acórdão 870/2011-Plenário, até que esta Corte delibere definitivamente sobre a Consulta formulada pelo Exmo. Sr. Ministro dos Transportes na TC 007.780/2012-5, e seja julgado no mérito o Mandado de Segurança 25855/STF, conforme instrução da 1ª SECEX ...”</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH					3370
Síntese da Providência Adotada					
- Conhecido o teor do Acórdão, e uma vez prorrogado o prazo de resposta fixado no Acórdão 870/2011-Plenário, até deliberação daquela Corte de Contas, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos foi cientificada a respeito.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
- Formalizado novo pacto com a GEAP Fundação de Seguridade Social, nos moldes atualmente fixados pela ANS, para prestação de serviços de saúde aos servidores ativos e inativos e pensionistas do MME.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	TC 016.356/2012-8 (Monitoramento)	5.693/2012-2ª Câmara	9.4	Of. nº 534- TCU/SECEX 1 (Comunicação)	13/08/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA – SE					3245
Descrição da Deliberação					
<p>Encaminha o Acórdão nº 5.693/2012-TCU/2ª Câmara para conhecimento, e respectiva instrução técnica, adotado pelo TCU ao apreciar o processo de Monitoramento do cumprimento do item 9.4 do Acórdão nº 5.521/2010-2ª Câmara, no seguinte teor (ressarcimento pelo GDF de valores devidos pela cessão de servidora do MME):</p> <p>“Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata do Monitoramento da decisão prolatada pelo TCU mediante o item 9.4 do Acórdão TCU 5.521/2010 – Segunda Câmara, adotado no âmbito do processo de contas da Secretaria Executiva do MME, referente ao ano de 2005 (TC 015.660/2006-7), com fundamento no art. 143, inciso III, 105 e 243, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar atendida a determinação constante do item 9.4 do Acórdão nº TCU 5.521/2010 – Segunda Câmara, apensar...”</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH					3370
Síntese da Providência Adotada					
- Conhecido o teor do Acórdão, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos foi cientificada a respeito.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
-					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
18	033.616/2011-6	-	-	Of. nº 539-TCU/SECOB 1 (Comunicação)	22/08/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Descrição da Deliberação					
Encaminha relação preliminar de obras atualmente com indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação (IG-P)					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA – SE					3245
Síntese da Providência Adotada					
<p>- Conhecido o teor do Acórdão, o expediente em questão foi encaminhado à Secretaria Executiva, para remessa ao Gabinete do Ministro, com orientação de envio à entidade vinculada responsável pela execução das obras indicadas pelo TCU com indícios de irregularidade.</p> <p>- Expedido ao TCU o Ofício nº 116/2012/SPOA/SE-MME, em 22/08/2012, informando a providência adotada pela SPOA, cuja competência regimental se restringe à administração dos contratos atinentes à Sede do MME.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
-					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
19	026.432/2012-9	2.208/2012-TCU-Plenário	-	Of. nº 574-TCU/SECEX 1 (Comunicação)	30/08/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA – SE					3245
Descrição da Deliberação					
Encaminha o Acórdão nº 2.208/2012-Plenário, adotado pelo TCU ao apreciar o processo de Representação da Empresa Via Áppia Informática, sobre possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 17/2012-MME – SRP (fornecimento de solução earch Appliance), em que indeferiu o requerimento de medida cautelar interposto pela licitante, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para adoção da referida medida.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Síntese da Providência Adotada					
- Conhecido o teor do Acórdão o expediente foi encaminhado à Coordenação-Geral de Compras e Contratos para ciência do arquivamento dos autos da representação em tela.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
-					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
20	015.328/2012-0	5.759/2012-1ª Câmara	1.7	Of. nº 680-TCU/SECEX 1 (Comunicação)	01/10/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Descrição da Deliberação					
<p>Encaminha o Acórdão nº 5.759/2012-1ª Câmara, acompanhado da respectiva instrução técnica, adotado pelo TCU ao apreciar o processo de Monitoramento das deliberações proferidas no item 1.6 do Acórdão nº 2.838/2012-1ª Câmara:</p> <p><u>Acórdão nº 5.759/2012-1ª Câmara</u></p> <p>“1.7 - Determinar à SPOA/MME que:</p> <p>1.7.1 – mantenha o TCU informado, nas próximas prestações anuais de contas, a respeito do ressarcimento dos valores pagos a maior (R\$ 35.343,12), no âmbito do contrato firmado com a empresa Eridata, para a prestação de serviços de operação, manutenção preventiva e corretiva da Central Privada de Comutação Telefônica (CPCT) e sistemas afetos do MME, até que reste concluído, em definitivo, o processo administrativo de ressarcimento.</p> <p>1.7.2 – no prazo de sessenta dias, adote as seguintes providências em relação ao imóvel identificado por meio do Registro Imobiliário Patrimonial-RIP nº 8367.00019-500-00, localizado nas proximidades da rodovia BR 101, em Capivari de Baixo, no município de Tubarão/SC (com área de 816.968,67 m²):</p> <p>a) encaminhe à Secretaria do Patrimônio da União em Santa Catarina, para fins da transferência do imóvel, as informações requeridas pelo órgão no Ofício nº 219/2012-SPU/SC-CODEP, de 13/7/2012, a saber:</p> <p>a.1) mapeamento do imóvel com vértices do terreno de forma georreferenciada com coordenadas UTM planas SAD 69, com os segmentos, distâncias, ângulos e azimutes;</p> <p>a.2) mapeamento indicando os atuais usos e ocupações do imóvel da União;</p> <p>a.3) relatório de vistoria técnica com informações detalhadas sobre o imóvel, fazendo constar aspectos econômicos, sociais e ambientais, fotografias, atual situação e outras informações que acharem pertinentes;</p> <p>a.4) Certidão Negativa de Débitos Municipais, e, adicionalmente, certidão de matrícula emitida pelo cartório de registros de imóveis da localidade onde situado;</p> <p>b) adote medidas de proteção patrimonial até que seja concluída a transferência do referido imóvel à SPU, e, se for o caso, em sendo constatada a ocupação irregular do imóvel por terceiros, promova o ingresso de ação judicial de reintegração de posse.”</p> <p><u>Acórdão 2.838/2012-1ª Câmara</u></p> <p>1.7. Dar ciência ao Ministério de Minas e Energia que, no exame das contas da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA/MME), exercício 2010, foram apontadas no Relatório de Auditoria de Gestão da CGU as fragilidades enumeradas a seguir:</p> <p>a) atraso na atualização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) para o triênio 2011-2013;</p> <p>b) inexistência de estudos ou avaliações de rotina sobre a compatibilidade entre os recursos de TI e as necessidades do MME;</p> <p>c) existência de convênios pendentes de análise financeira pela Coordenação Geral de Orçamento e Finanças-CGOF/SPOA extrapolando o prazo.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Síntese da Providência Adotada					
<p>- Conhecido o teor do Acórdão, foi encaminhado o Memo. Circular nº 9/2012/SPOA-SE às Coordenações-Gerais de Compras e Contratos – CGCC, de Serviços Gerais – CGRL, de Orçamento e Finanças – CGOF e de Tecnologia da Informação – CGTI, para ciência e imediata adoção de providências no âmbito das respectivas Unidades.</p> <p>- Resposta encaminhada ao TCU por meio do Ofício nº 114/2-12/SPOA/SE-MME, de 22/08/2012, complementado posteriormente pelo Ofício nº 005/2013/SPOA/SE-MME, de 16/01/13.</p>					

**Síntese dos Resultados Obtidos**

CGCC – Aberto procedimento administrativo (Proc. 48000.001803/2008-73), com oportunidade de ampla defesa, para apuração das faltas contratuais cometidas pela ERIDATA TELEINFORMÁTICA LTDA no âmbito do Contrato nº 19/2009-MME, com recomendação de posterior aplicação das penalidades administrativas previstas no citado instrumento contratual;

- Aplicada a penalidade de “suspensão do direito de licitar e contratar com o MME pelo prazo de dois anos”, por descumprimento de cláusulas contratuais, com o devido registro no SICAF;

- Apurado o valor da dívida e oportunizada ampla defesa, sendo que, após compensação de cinco faturas retidas pela Administração sem pagamento, restou uma diferença de R\$ 20.890,45 para ressarcimento pela empresa ao erário;

- Foi expedido Ofício nº 10/2013/CGCC/SPOA-SE, em 24/01/2013, comunicando a empresa sobre a necessidade de imediato ressarcimento ao erário do valor acima, bem como informando as consequências da não quitação da dívida no prazo fixado – até 31/01/2013, qual seja: adoção de providências junto à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional/PRFN, para inscrição da empresa na Dívida Ativa da União;

- Em 18/03/2013, o Juízo da 11ª Vara da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, prolatou a Decisão Liminar nº 152/2013 (Proc. nº 12678-13.2013.4.01.3400), com notificação diretamente para a Coordenação-Geral de Compras e Contratos, determinando a suspensão dos efeitos do Ofício nº 10/2013/CGCC/SPOA-SE, de 24/01/2013.

- Em 21/03/2013, o mesmo Juízo da 21ª Vara da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, expediu Mandado de Notificação para a Coordenação-Geral de Compras e Contratos, solicitando informações a respeito do objeto da ação.

- Assim, enquanto a Justiça Federal não decide o mérito do processo judicial acima citado, os procedimentos atinentes ao ressarcimento da dívida da empresa Eridata para com este Ministério encontram-se sobrestados por força judicial, restando pendente adoção de providências junto à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional/PRFN, para inscrição da empresa na Dívida Ativa da União, e, envio de cópia dos autos ao Ministério Público Federal, para apuração de possível prática do crime tipificado no art. 96, inciso I, da Lei nº 8.666/93, por parte dos representantes da empresa.

CGRL – identificação e localização do imóvel da União de RIP 8367.00019-500-00 – por meio de uma parceria intentada com a SPU/DF. Conseguiu-se a disponibilização de um especialista em agrimensura, que realizou a tal vistoria no município de Tubarão/SC e fez o mapeamento da área, possibilitando, assim, a identificação e localização do imóvel. Esse mesmo servidor produziu os relatórios requisitados pela SPU/SC, os quais foram remetidos àquela Superintendência/SC, por meio do Ofício nº 006/2013/SPOA/SE-MME, de 16/01/2013. Assim foi requerida à Procuradoria Geral da União no Estado de Santa Catarina, adoção das medidas protetivas cabíveis (Ofício nº 007/2013/SPOA/SE-MME, de 16/01/2013), em atendimento à determinação contida no Acórdão nº 5.759/2012/TCU/1ª Câmara.

CGTI – Fragilidades na área de Tecnologia da Informação – a área apresentou, por meio do Memo. nº 51/2012/CGTI/SPOA/SE, explicações para as fragilidades apontadas;

CGOF – pendência de análise das prestações de contas de convênios – a área informou, por meio do Memo. nº 40/2012/CGOF/SPOA-SE, que o quantitativo de processos com pendência de análise das prestações de contas de convênios decresceu sensivelmente ao longo dos últimos meses.

- As informações acima foram enviadas ao TCU por meio dos Ofícios nºs 114/2012/SPOA/SE-MME, de 22/08/2012, e 005/2013/SPOA/SE-MME, de 16/01/2013.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

-

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
21	006.101/2008-6	2.648/2012-TCU-Plenário	9.4	Aviso nº -1.271-Seses/TCU/Plenário (Comunicação)	03/10/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
GABINETE DO MINISTRO – GM					2854
Descrição da Deliberação					
<p>Encaminha o Acórdão nº 2.648/2012-Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentaram, adotado pelo TCU, nos seguintes termos:</p> <p>“9.1. de ofício, tornar insubsistente o Acórdão nº 5.224/2009/1ª Câmara, Relação nº 29/2009 (Gabinete do Ministro Augusto Nardes), de tornar a considerar ilegal o ato de aposentadoria de Denyr Pereira da Silva (CPF nº 059.868.857-91), no cargo de Agente Administrativo do Ministério de Minas e Energia (TC 006.097/2008-1);</p> <p>9.2. considerar legal o ato de aposentadoria de Denyr Pereira da Silva, concedendo-lhe registro;</p> <p>9.3. consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU, dispensar o ressarcimento das quantias recebidas, em boa-fé, pelo interessado, no que respeita à aposentadoria decorrente do cargo de Agente Administrativo do Ministério de Minas e Energia, tornada insubsistente pelo item 9.1 retro;</p> <p>9.4. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno/TCU, e em face da expressa opção do ex-servidor Denyr Pereira da Silva (CPF nº 059.868.857-91) pelo recebimento apenas da aposentadoria referente ao cargo de Analista em Ciência e Tecnologia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, objeto destes autos, determinar ao Ministério de Minas e Energia que:</p> <p>9.4.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da deliberação deste Tribunal, todo e qualquer pagamento decorrente do ato tornado insubsistente (subitem 9.1 precedente), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, quanto aos pagamentos processados após essa data;</p> <p>9.4.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias contado da notificação, do inteiro teor desta deliberação ao interessado cujo ato foi considerado ilegal, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos;</p> <p>9.4.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da presente decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o inativo tomou ciência do julgamento desta Corte;</p> <p>9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário/</p> <p>9.6. dar ciência da presente deliberação, acompanhada do voto e relatório que a fundamentaram, assim como de cópia do Ofício nº 444/2011-CGRH, de 26/12/2011 (Documento Eletrônico nº 7), mediante o qual o interessado opta pela aposentadoria no cargo de Analista em Ciência e Tecnologia, conforme publicada no Diário Oficial da União de 1º/9/1995, ao Sr. Denyr Pereira da Silva, ao Ministério de Minas e Energia e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.”</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH					3370
Síntese da Providência Adotada					
- Conhecido o teor do Acórdão, o expediente em questão foi encaminhado à Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH para ciência e cumprimento.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
<p>- Em julho/2012 o servidor em questão foi cientificado pela CGRH da dupla aposentadoria e instado a fazer opção por uma delas, ação que resultou na lavratura do ato de renúncia por parte do mesmo, formalizado por meio da Portaria nº 78/2012-CGRH, publicada no DOU-2 de 03/09/2012, com a consequente suspensão do pagamento (esclarecimentos constantes do Memo. nº 101/2012/CGRH/SPOA-MME);</p> <p>- Em face do Acórdão acima, que considerou ilegal o ato de aposentadoria concedido por este Ministério ao servidor em comento, bem como determinou a suspensão do pagamento decorrente, foi expedido o Ofício nº 310/2012-CGRH/SPOA-MME, em 16/10/2012, para cientificá-lo a respeito.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
22	TC 003.837/2012-2 (Representação)	2.745/2012-TCU- Plenário	9.1	Aviso nº -1.322- Seses/TCU/Plenário (Comunicação)	10/10/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
GABINETE DO MINISTRO – GM					2854
Descrição da Deliberação					
<p>Encaminha o Acórdão nº 2.745/2012-Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentaram, adotado pelo TCU ao apreciar os Embargos de Declaração opostos em face do subitem 9.2.6 do Acórdão nº 1.619/2012/Plenário, pela empresa Hepta Tecnologia e Informática Ltda, declarada vencedora do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 02/2012-MME, que foi objeto de análise no processo originário de Representação formulada pela empresa Poliedro – Informática, Consultoria e Serviços Ltda, acerca de possíveis irregularidades no citado certame:</p> <p>“9.1. conhecer dos Embargos de Declaração opostos em face do subitem 9.2.6 do Acórdão nº 1.619/2012 – Plenário, pela empresa Hepta Tecnologia e Informática Ltda, para, no mérito, dar-lhes provimento, a fim de, a exemplo do que deliberou esta Corte no subitem 9.5 do Acórdão nº 2.692/2012/Plenário, fixar o prazo de 31/12/2012 a partir do qual passam a operar os efeitos do comando contido no subitem 9.2.6 do Acórdão nº 1.619/2012-Plenário, ora embargado.”</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Síntese da Providência Adotada					
- Conhecido o teor do Acórdão, o expediente em questão foi encaminhado à Coordenação-Geral de Compras e Contratos (CGCC) para ciência e observância do prazo fixado pelo TCU a fim de operar os efeitos do subitem 9.2.6 do Acórdão nº 1.619/2012/Plenário, objeto de embargo.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
- Determinação acatada.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
23	036.620/2012-2	7.685/2012-TCU/2ª Câmara	-	Ofício nº 59.614- TCU/Sefip (Comunicação)	30/10/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH					3370
Descrição da Deliberação					
Encaminha o Acórdão nº 7.685/2012/TCU-2ª Câmara, para conhecimento e anotação na respectiva pasta funcional, mediante o qual foi considerado legal, para fins de registro, o ato de interesse do servidor neste especificado, nos termos do art. 6º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, qual seja:					
Processo 036.620/2012-2 (APOSENTADORIA)					
Interessado: Otávia Rodrigues da Silva (CPF nº 146.100.601-59)					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH					3370
Síntese da Providência Adotada					
- Conhecido o teor do Acórdão.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
-					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
24	TC 044.735/2012-0	-	-	Ofício nº 0888/2012-TCU/SECEX 1 (oitiva)	19/12/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA – SE					3245
Descrição da Deliberação					
<p>Solicita oitiva do Órgão, em face do Processo de Representação TC 044.735/2012-0, que trata de possíveis irregularidades no ressarcimento a cargo do Ministério de Minas e Energia em favor das empresas estatais referentes à cessão de empregados públicos, para que, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da presente comunicação, com fundamento no art. 276, § 2º, do Regimento Interno do TCU, se pronuncie quanto:</p> <p>“a) aos fatos apontados na representação, formulada pelo Ministério Público junto ao TCU, especialmente quanto à realização de dispêndios, a título de remuneração (aí compreendidos o reembolso às empresas cedentes e a retribuição pelo exercício de cargo comissionado), em favor de servidores cedidos pela Eletrobrás e suas subsidiárias, sem observância do teto remuneratório constitucional, estabelecido no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal de 1988;”</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH					3370
Síntese da Providência Adotada					
<p>- Conhecido o teor do Acórdão, o expediente foi encaminhado à Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH, que prestou esclarecimentos, por meio do Memo. nº 1/2013-CGRH/SPOA-MME, de 07/01/13, capeado pelo Memo. nº 4/2013/SPOA/SE-MME, de 09/01/12.</p> <p>- Posteriormente o expediente acima foi complementado pelo Memo. nº 7/2013/SPOA/SE-MME, de 22/01/2013, que encaminhou o Of. nº 42/2013/SEGEP-MP, acompanhamento da Nota Técnica nº 11/2013/CGFOP/CGATC/DEGEP/SEGEP-MP, com posicionamento da Secretaria de Gestão Pública/SEGES, unidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, responsável pela gestão de pessoal civil no âmbito da Administração Pública Federal, acerca da matéria.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
- Argumentação objeto da representação insubsistente.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
- O TCU deveria instar diretamente o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre questões gerais de pessoal, uma vez que o referido Órgão tem competência centralizada sobre a matéria.					

## 10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Quadro 44 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI (Quadro A.10.3)

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA			8932
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
01	-	-	Ofício nº 6.378/2012/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 12/03/2012.
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA			8932
<b>Descrição da Recomendação</b>			
- Solicita informar se há, no âmbito deste Ministério (à exceção da Secretaria de Energia Elétrica – SEE/MME), utilização de mão de obra terceirizada vinculada ao Contrato ELN-4500057514-SERVISAN ou outro instrumento utilizando essa modalidade de contratação de terceirizados.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA			8932
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
- Foram solicitadas informações sobre o assunto às Secretarias de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE, de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM e de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG; além disso, foi determinada vistoria nos contratos de serviços terceirizados instruídas no âmbito da Coordenação-Geral de Compras e Contratos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, todavia, não foi identificado nenhum instrumento de contratação de mão-de-obra terceirizada em que o pessoal alocado estivesse exercendo atividades vinculadas ao Contrato ELN 4500057514-SERVISAN, nem consultores vinculados ao programa de cooperação técnica celebrado com o Instituto Interamericano de Cooperação com a Agricultura-IICA. (Resposta encaminhada à CGU por meio do Ofício nº 020/2012-SPOA/SE-MME, de 12/03/2012).			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
- As contratações de serviços terceirizados levadas a efeito no âmbito da SPOA observam rigorosamente os dispositivos do Decreto nº 2.271/97 que rege a matéria.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
-			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA			8932
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
02	-	-	Ofício nº 14.482/2012/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 21/05/2012.
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA			8932
<b>Descrição da Recomendação</b>			
- Após avaliação e acompanhamento do PAD nº 48000.000199/2012-25 pela Corregedoria-Setorial do Ministério de Minas e Energia/CORIN, foi identificado a necessidade de instauração de Tomada de Contas Especial decorrente da assinatura do Contrato nº 62/2005-MME, com a empresa Módulo Engenharia, Consultoria e Gerência Predial Ltda, para ressarcimento dos prejuízos causados pela irregularidade verificada na licitação que levou à assinatura do citado contrato.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – CGOF			46227
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
- Foi solicitada adoção de providência à Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF, unidade competente para tal, no sentido de proceder à abertura de Tomada de Contas Especial, objetivando apuração dos fatos relatados nos autos do Proc. Adm. Disciplinar nº 48000.000199/2010-25, relativamente à contratação da empresa Módulo Engenharia, Consultoria e Gerência Predial Ltda, bem como para identificação dos responsáveis e quantificação dos prejuízos (objeto do Memo. nº 34/2012/SPOA/SE-MME, de 25/05/2012). (Resposta enviada à CGU por meio do Ofício nº 113/2012/SPOA/SE-MME, de 21/08/2012)			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
- Foi aberto Processo de Tomada de Contas Especial.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
-			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	-	-	Ofício nº 15.461/2012/CSMME/CORIN/CRG/SFC/CGU-PR, de 28/05/2012.
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA			8932
Descrição da Recomendação			
- Solicita a lista das pessoas jurídicas identificadas nos processos disciplinares instaurados por este Ministério a partir de 1º/01/2010, e que estejam ou estiveram respondendo a processo administrativo em que se tenha em causa a aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.			
Providências Adotadas			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH			3370
Síntese da Providência Adotada			
- Solicitado informações à Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH, que verificou os dados inseridos no Sistema CGU-PAD, bem como nos autos dos processos administrativos disciplinares instaurados no triênio 2010-2012, e não identificou nenhuma pessoa jurídica responsabilizada pela inexecução total ou parcial do contrato, ou seja, passível da aplicação de penalidades previstas no art. 87 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos. (Resposta encaminhada à CGU por meio do Ofício nº 057/2012-SPOA/SE-MME, de 1º/06/2012).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	-	-	Despacho DPPCE/DP/SFC/CGU-PR nº 256033/2012.
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA			8932
Descrição da Recomendação			
- Encaminha o Processo nº 48000.000169/2011-57 (3 volumes), que abarca a Tomada de Contas Especial instaurada em face da impugnação parcial de despesas realizadas no âmbito do Convênio nº 030/2004-MME, celebrado entre o MME e o Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Xingó, em que técnicos da CGU, por meio do Despacho DPPCE/DP/SFC/CGU-PR nº 256033/2012, recomendou acerto de inconsistências detectadas no rito apuratório instaurado pela Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF/SPOA.			
Providências Adotadas			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – CGOF			46227
Síntese da Providência Adotada			
- O processo foi remetido à Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças para ciência e correção. (Resposta encaminhada à CGU por meio do Ofício nº 089/2012-SPOA/SE-MME, de 19/07/2012).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
- Feitos os acertos requisitados no item 9 do citado despacho, para regularidade do rito, e restituídos os autos à CGU conforme o solicitado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	-	-	Ofício nº 17.521/2012/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 20/06/2012.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA			8932
Descrição da Recomendação			
- Solicita justificativas, relativamente ao curso de especialização em Sistêmica Fenomenológica Familiar – Pós Graduação Latu Sensu, com inscrição da servidora Margarete Magalhães Prata, psicóloga, cedida do Ministério da Educação e lotada na CGRH/SEAMS, oferecido pela empresa individual Miriam Coelho Braga – Sistêmica Consultoria, para as questões propostas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH			3370
Síntese da Providência Adotada			
- Expediente remetido à Coordenação-Geral de Recursos Humanos para ciência e esclarecimento. (Resposta encaminhada à CGU por meio do Ofício nº 069/2012-SPOA/SE-MME, de 28/06/2012 e Memo. nº 62/2012-CGRH/SPOA/SE, de 27/06/2012).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
- Curso contratado e em andamento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	-	-	Ofício nº 23.233/2012/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 13/08/2012.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA			8932
Descrição da Recomendação			
- Solicita informações, em aditamento ao Ofício nº 062/2012-CGRH/SPOA-MME, de 27/06/2012, que trata do curso de Especialização em Sistemática Fenomenológica Familiar – Pós Graduação Latu Sensu.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH			3370
Síntese da Providência Adotada			
- Expediente remetido à Coordenação-Geral de Recursos Humanos para prestar os novos esclarecimentos requisitados. (Resposta encaminhada à CGU por meio do Ofício nº 115/2012-SPOA/SE-MME, de 24/08/2012 e Memo. nº 73/2012-CGRH/SPOA/SE, de 24/08/2012).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
- Curso contratado e em andamento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	-	-	Ofício Circular nº 120/2012/ DPPCE/DP/SFC/CGU-PR, de 29/06/2012.
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA			8932
Descrição da Recomendação			
- Encaminha o resultado da auditoria realizada na folha de pagamento executada pelo Sistema SIAPE, mediante aplicação de trilhas de auditoria na área de pessoal, objeto da Nota Técnica nº 1.245/2012/DPPCE/DP/SFC/CGU-PR, de 18/06/12 e anexos, solicitando análise das inconsistências apontadas para regularização por parte do MME.			
Providências Adotadas			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH			3370
Síntese da Providência Adotada			
- Expediente remetido à Coordenação-Geral de Recursos Humanos para análise, esclarecimentos e correção aos casos pertinentes. (Resposta encaminhada à CGU por meio do Ofício nº 123/2012-SPOA/SE-MME, de 30/08/2012 e Memo. nº 75/2012-CGRH/SPOA/SE, de 30/08/2012).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
- Prestados esclarecimentos sobre os apontamentos feitos em alguns casos, consequentes de decisões judiciais ou de casos específicos de afetos à situação dos anistiados, ou exonerações ou por falecimento dos servidores. - Feitas as correções devidas nos casos pertinentes.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	-	-	Ofício nº 29.965/2012/SE/CGU-PR, de 13/09/2012.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA			8932
Descrição da Recomendação			
- Encaminha cópia do Parecer nº 190/2012/ASJUR/CGU-PR, para conhecimento, aprovado pelo Sr. Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União, sobre o acompanhamento do processo administrativo disciplinar iniciado no MME, a fim de apurar a conduta de servidores integrantes da comissão de licitações, o qual determina o arquivamento dos autos motivado pelo princípio da economicidade e da ausência de interesse de agir na instauração de Tomada de Contas Especial.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA			8932
Síntese da Providência Adotada			
- Teor do Parecer conhecido e repassado aos interessados.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	-	-	Ofício nº 28682/2012/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 27/09/2012.
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA			8932
Descrição da Recomendação			
- Solicita encaminhar no prazo máximo de 10 (dez) dias, informações, justificativas ou esclarecimentos para questões relacionadas ao Proc. nº 48000.000379/2010-64 – contratação da empresa ID2 Tecnologia e Consultoria Ltda.			
Providências Adotadas			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA			8932
Síntese da Providência Adotada			
- Prestados os esclarecimentos à CGU no sentido de que a adesão feita à Ata de Registro de preços nº 5/2009-MTur foi parcial (somente ao item 4, ou seja, restrito aos equipamentos e serviços relativos à instalação e configuração de um Centro de Apoio à Administração na Sala Plenária do MME), conforme teor do Ofício nº 157/2012/SPOA/SE-MME, de 09/10/2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

### 10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

#### 10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93

Quadro 45 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR (Quadro A 10.5)

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo ou Função	Final do Exercício de Cargo ou Função	Final do Exercício Financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	<b>01</b>
	Entregaram a DBR	-	-	<b>01</b>
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	394	28	394
	Entregaram a DBR	394	18	394
	Não cumpriram a obrigação	-	10	-

Fonte: CAPES/CGRH

## Análise Crítica

A entrega das DBRs se dá em mídia impressa (papel), sendo que a CGRH incentiva autoridades e servidores a assinar o formulário de “Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física”, conforme previsto no § 2º do art. 3º do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005, para posterior arquivamento nas pastas funcionais. Assim, em 2012, cerca de 75% de ocupantes de cargos comissionados assinaram esse formulário. Vale ressaltar, nesse ponto, que as DBRs entregues em mídia impressa são colocadas em envelopes devidamente lacrados, com posterior arquivamento nas pastas funcionais dos servidores. Esses documentos são organizados e guardados em armários instalados na área de cadastro de pessoal, local trancado a chave, por conter dados de caráter sigiloso do contingente de recursos humanos do MME.

No âmbito do Ministério, a Coordenação de Administração de Pessoal – CAPES/CGRH é a unidade responsável por gerenciar a cobrança e a entrega das DBRs ou do formulário de Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física.

Relativamente a essa obrigação, todas as autoridades e servidores do MME procederam à entrega da DBR do ano-base correspondente ou do formulário de Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física.

## 10.4 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

### Quadro 46 – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG E SICONV (Quadro A.10.6)

#### DECLARAÇÃO

Declaramos junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade Jurisdicionada (Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA) estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 28 de março de 2013.

**Carlos Eduardo Mendes Galvão**

CPF nº 316.274.201-34

Coordenador-Geral de Recursos Humanos/SPOA

**Simone Marcia Borges**

CPF nº 319.390.401-59

Coordenadora-Geral de Compras e Contratos/SPOA

## 11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

#### 11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Para o exercício de 2012, a UJ adotou os procedimentos da Depreciação e a Redução a Valor Recuperável, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, às NBC T 16.9 e NBC T 16.10, e ainda ao Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI (MACROFUNÇÃO 020330), expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

A Depreciação foi aplicada aos bens adquiridos e colocados em utilização em 2012, inclusive para aqueles adquiridos em exercícios anteriores e que não foram distribuídos e colocados em utilização imediatamente no ano de aquisição, mas que tiveram seu uso efetivo iniciado no exercício de 2010, observando o prazo de aplicação nas contas contábeis, a tabela de vida útil e os percentuais contidos na MACROFUNÇÃO/STN 020330, utilizando o sistema interno de controle patrimonial.

A Redução a Valor Recuperável compreendeu o grupo dos bens 06 – Aparelhos e Equipamento de Comunicação (conta contábil 142120600) e grupo 28 – Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial (conta contábil: 142122800), adquiridos antes do exercício de 2010, atendendo ao item 69 da citada MACROFUNÇÃO/STN, bem como ao prazo limite estipulado para a aplicação do procedimento, item 16 da MACROFUNÇÃO/STN.

As atividades de levantamento das informações relativas ao procedimento de Redução a Valor Recuperável procederam a partir da constituição de Comissão, Portaria SPOA nº 95, de 31/10/2012 (Processo MME nº 48000.001886/2012-87), sendo extraídas as seguintes observações:

*“2. Ao analisar as informações, observou-se que a maioria dos bens são relativamente novos com vida útil vigente. No entanto há bens, ainda que poucos, com vida útil totalmente expirada, todavia em bom estado de conservação e em pleno funcionamento nas dependências do MME.*

*3. Considerando que o conjunto de bens apresentava divergências quanto ao aspecto da vida útil – Ativa e Expirada – optou-se pela aplicação de dois critérios para encontrar o valor de mercado dos bens:*

- Vida útil expirada: média de preços de equipamentos usados com as mesmas características - marca e modelo, ofertados no Mercado Livre;*
- Vida útil vigente: cálculo da depreciação acumulada de cada bem até o mês de outubro de 2012, visto que a omissão deste procedimento desde o momento de sua incorporação no patrimônio da entidade impossibilitou a demonstração do valor real, bem como a evidenciação do desgaste dos mesmos, pelo uso, no transcorrer do tempo;”*

Com a aplicação do procedimento Redução a Valor Recuperável, foi possível observar que não houve impacto considerável na conta contábil “Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial”, caracterizando a redução de 15% (quinze por cento) em relação ao saldo inicial do exercício em análise. No caso da conta contábil “Aparelhos e Equipamentos de Comunicação”, a redução foi de 1% (um por cento) em relação ao seu saldo inicial.

## 11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

### 11.2.1 Declaração Plena

Quadro 47 – Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada. (Quadro A.11.1)

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA			320005
<p>Declaro que os Demonstrativos Contábeis, constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora 320005 que integra a unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília/DF		<b>Data</b>
<b>Contador Responsável</b>	Elizane Velozo Costa Guedes		<b>CRC nº</b>
			CRC – DF nº 018138/O-2

## 11.2.2 Declaração com Ressalva

Quadro 48 – Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício não Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada (Quadro A.11.2)

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA			320002
<p>Declaro que os Demonstrativos Contábeis, constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora 320002 que integra a unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante a:</p> <p><b>BALANÇO FINANCEIRO</b></p> <p>INGRESSOS Transferências Recebidas Valores Diferidos - Inscrição</p> <p><b>Nota 1</b> - No encerramento do exercício, o Balanço Financeiro apresentou saldo de R\$ 246.618.084,26 (duzentos e quarenta e seis milhões, seiscentos e dezoito mil, oitenta e quatro reais e vinte e seis centavos). Este saldo contemplou as contas contábeis 114240000 - Sub-Repasse Concedido Diferido e a conta 114230000 – Repasse Concedido Diferido, as quais divergem dos valores de suas respectivas fontes constantes na conta 112160400 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento que evidenciou o saldo total de R\$ 381.327.459,60 (trezentos e oitenta e um milhões, trezentos e vinte e sete mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos).</p> <p><b>BALANÇO PATRIMONIAL</b></p> <p>ATIVO Ativo Financeiro Créditos em Circulação Valores em Trânsito</p> <p><b>Nota 2</b> - Conta Contábil: 112650000 – Transferências Constitucionais em Trânsito Saldo de R\$ 1.041.555.238,64 (um bilhão, quarenta e um milhão, quinhentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e trinta e oito reais e sessenta e quatro centavos), refere-se às transferências das Participações pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, De 1997) a Estados e Municípios; Transferência de Cotas-Partes da Compensação Financeira - Tratado Itaipu (Lei nº 8.001/ 1990 - Art. 1º e 2º) a Estados e Municípios já pagas e não baixadas. O efetivo pagamento é realizado pela Coordenação-Geral de Programação Financeira – COFIN/STN e a liquidação da despesa no prazo de tempo muito dilatado, de forma a deixar saldo elevado nos meses subsequentes. Cabe informar que tal fato já foi informado à Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/STN para adoção de procedimentos adequados para a qual a rotina foi ajustada, porém em relação a este saldo, continuamos no aguardo para a regularização.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília/DF	<b>Data</b>	15.02.2013
<b>Contador Responsável</b>	Elizane Velozo Costa Guedes	<b>CRC nº</b>	CRC – DF nº 018138/O-2

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA			320004
<p>Declaro que os Demonstrativos Contábeis, constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora 320004 que integra a unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante a:</p> <p><b><u>BALANÇO PATRIMONIAL</u></b></p> <p>ATIVO PERMANENTE Imobilizado Bens Móveis e Imóveis</p> <p><b>Nota 1</b> - Conta Contábil: 142123000 – Máquinas e Equipamentos Energéticos O valor de R\$ 86.801.934,16 (oitenta e seis milhões, oitocentos e um mil, novecentos e trinta e quatro reais e dezesseis centavos), constante no SIAFI, diverge do Relatório Interno de Movimentação de Bens Móveis.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília/DF	<b>Data</b>	15.02.2013
<b>Contador Responsável</b>	Elizane Velozo Costa Guedes	<b>CRC nº</b>	CRC – DF nº 018138/O-2

## 12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

### 12.1. Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Ainda, como resultados dos serviços prestados pela SPOA, por meio das unidades setoriais dos sistemas federais de planejamento e de orçamento, de serviços gerais e de organização e inovação institucional, ações relevantes integraram o processo de gestão interna do MME, na sequência relacionadas, a cargo da (i) Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças; (ii) Coordenação-Geral de Compras e Contratos e (iii) Coordenação de Modernização Administrativa.

### 12.1.1 COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – CGOF

À Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF compete exercer as atividades de órgão setorial dos sistemas federais de Orçamento, Administração Financeira e de Contabilidade, compreendendo o planejamento, coordenação, acompanhamento, orientação e controle das atividades orçamentárias e de programação financeira relativas aos Orçamentos, Fiscal e de Seguridade Social, no âmbito do Ministério; a descentralização de créditos orçamentários e de recursos financeiros para as demais unidades gestoras; e os registros contábeis dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério (já considerando as alterações no Regimento Interno da Secretaria-Executiva, efetuadas por meio da Portaria MME nº 459, de 1º de dezembro de 2009).

#### ➤ Execução Orçamentária e Financeira 2012

Por meio do Decreto nº 7.680, de 17/02/2012, foram estabelecidos os limites de empenho e de pagamento do MME para o exercício de 2012. O valor total dos limites de empenho para as Despesas Discricionárias (excluindo PAC e Benefícios) foi de R\$ 350 milhões, que coincidia com o total dos valores empenhados no exercício de 2010, assim como já havia ocorrido em 2011.

Ao longo do exercício, a CGOF/SPOA acompanhou a execução orçamentária das Unidades que compõem o MME, realizou reuniões com as Secretarias, a Diretoria de Programa e as Unidades Vinculadas, e efetuou os remanejamentos internos de limites necessários para a otimização da execução orçamentária do MME como um todo.

Além disso, a CGOF/SPOA obteve, a partir de negociações com a Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP, as seguintes ampliações nos limites de empenho do MME:

- Portaria SOF/MP nº 51, de 08/06/2012, DOU de 11/06/2012: R\$ 14,9 milhões; e
- Portaria SOF/MP nº 110, de 24/10/2012, DOU de 25/10/2012: R\$ 50 milhões.

Desde a publicação do Decreto nº 7.680, de 17/02/2012, os limites de pagamento já estavam em valor bastante inferior aos limites de empenho. Por meio dos Ofícios nº 028/2012-SPOA/SE-MME, de 21/03/2012, 059/2012-SPOA/SE-MME, de 13/06/2012, 138/2012-SE-MME, de 25/09/2012, e 208/2012-SPOA/SE-MME, de 27/11/2012, o MME solicitou à Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF ampliações nos limites de pagamento para obter a correspondência com os limites de empenho. Entretanto, a STN concedeu apenas as seguintes ampliações nos limites de pagamento:

- Portaria Interministerial MP/MF nº 366, de 30/10/2012: R\$ 20 milhões; e
- Portaria MF nº 401, de 28/12/2012: R\$ 18 milhões.

A planilha abaixo demonstra a execução orçamentária das Despesas Discricionárias do Ministério de Minas e Energia até o dia 31/12/2012, por Unidade Orçamentária e por Grupo de Despesa. Essas despesas excluem as despesas contempladas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, os Benefícios ao Servidor, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Amortização da Dívida, Recursos de Doações e de Convênios e a Reserva de Contingência.

Tabela 13 – Execução Orçamentária das Despesas Discricionárias do MME - 2012

Dados de 2012

R\$ 1,00

UNIDADE	LOA 2012	LIMITE	EMPENHADO	% (EMP / LIM)
<b>32101 - ADM. DIRETA</b>	<b>106.100.055</b>	<b>56.415.046</b>	<b>52.578.562</b>	<b>93,2%</b>
<b>CUSTEIO</b>	48.384.322	32.786.776	29.911.821	91,2%
<b>INVESTIMENTO</b>	57.715.733	23.628.270	22.666.741	95,9%
<b>32202 - CPRM</b>	<b>26.897.660</b>	<b>25.771.355</b>	<b>23.911.657</b>	<b>92,8%</b>
<b>CUSTEIO</b>	25.165.660	24.039.355	22.763.638	94,7%
<b>INVESTIMENTO</b>	1.732.000	1.732.000	1.148.019	66,3%
<b>32263 - DNPM</b>	<b>123.071.815</b>	<b>51.905.228</b>	<b>51.079.873</b>	<b>98,4%</b>
<b>CUSTEIO</b>	113.730.620	42.747.456	42.528.766	99,5%
<b>INVESTIMENTO</b>	9.341.195	9.157.772	8.551.107	93,4%
<b>32265 - ANP</b>	<b>197.587.032</b>	<b>190.337.435</b>	<b>190.295.953</b>	<b>99,9%</b>
<b>CUSTEIO</b>	169.759.624	169.759.624	169.728.712	99,9%
<b>INVESTIMENTO</b>	27.827.408	20.577.811	20.567.241	99,9%
<b>32266 - ANEEL</b>	<b>116.622.253</b>	<b>83.916.198</b>	<b>82.427.329</b>	<b>98,2%</b>
<b>CUSTEIO</b>	105.140.932	78.751.454	77.310.372	98,2%
<b>INVESTIMENTO</b>	11.481.321	5.164.744	5.116.957	99,1%
<b>32314 - EPE</b>	<b>17.386.936</b>	<b>16.186.936</b>	<b>14.349.696</b>	<b>88,7%</b>
<b>CUSTEIO</b>	16.366.456	15.166.456	13.637.797	89,9%
<b>INVESTIMENTO</b>	1.020.480	1.020.480	711.899	69,7%
<b>TOTAL MME</b>	<b>587.665.751</b>	<b>424.532.198</b>	<b>414.643.070</b>	<b>97,7%</b>
<b>CUSTEIO</b>	478.547.614	363.251.121	355.881.106	97,9%
<b>INVESTIMENTO</b>	109.118.137	61.281.077	58.761.964	95,9%

Fonte: LOA 2012 e SIAFI

Com isso, até o dia 31/12/2012, o percentual de empenho do MME como um todo, considerando apenas as Despesas Discricionárias (Custeio e Investimento), foi de **97,7%**, o que demonstra eficiência na gestão dos limites de empenho disponibilizados para o MME.

#### ➤ Recolhimento de Recursos para Pesquisa e Desenvolvimento

Além das atribuições regimentais típicas de um órgão setorial dos Sistemas Federais de Administração Financeira, Orçamento e Contabilidade, a CGOF/SPOA, a partir de janeiro de 2007, passou a realizar também as atividades relacionadas à cobrança dos recursos a que se refere a Lei nº 9.991, de 24/07/2000, que estabelece a obrigatoriedade da aplicação de um percentual da receita operacional líquida das empresas do setor elétrico em pesquisa e desenvolvimento.

Antes de 2007, o recolhimento desses recursos para o MME não estava sendo efetuado por falta de regulamentação. A situação só foi normalizada graças ao esforço conjunto da CGOF/SPOA e da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE/MME, culminando com a publicação do Decreto nº 5.879, de 22/08/2006, que regulamentou o inciso III do art. 4º da Lei nº 9.991/2000, e da Resolução Normativa ANEEL nº 233, de 24/10/2006, estabelecendo os critérios e procedimentos para cálculo, aplicação e recolhimento, pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas, dos recursos previstos na Lei nº 9.991/2000.

A Resolução entrou em vigor no dia 01/01/2007, e foi posteriormente revogada pela Resolução Normativa ANEEL nº 316, de 13/05/2008, que aprovou o Manual do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica e estabeleceu novos critérios e procedimentos para o cálculo, aplicação e o recolhimento dos recursos para pesquisa e desenvolvimento.

Dessa forma, no exercício de 2012, o valor total do recolhimento foi de aproximadamente R\$ 226.000.000,00 (duzentos e vinte e seis milhões de reais). O valor acumulado desde o início dos recolhimentos é de cerca de R\$ 1.466.000.000,00 (um bilhão, quatrocentos e sessenta e seis milhões de reais), incluindo os recolhimentos referentes aos exercícios de 2007 a 2012, assim como, os valores atrasados devidos de 2004 a 2006.

É importante ressaltar que o recolhimento dessa receita não representa o ingresso de recursos adicionais para o MME, gerando apenas “caixa” para o Tesouro Nacional e possibilitando a substituição de fontes de receita. Espera-se que, eventualmente, a Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP e a Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF considerem o excesso de arrecadação ou superávit financeiro dessa receita como uma possível contrapartida para a obtenção de créditos adicionais ou ampliações de limites de empenho e de pagamento para o MME.

#### ➤ Acompanhamento e Análise de Convênios

No exercício de 2008, tendo em vista as alterações promovidas na legislação aplicável a convênios por força do Decreto nº 6.170, de 25/07/2007, e da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127, de 29/05/2008, a CGOF/SPOA, por meio da Nota nº 072/CGOF/2008, de 26/11/2008 (Processo nº 48000.002383/08-42), apresentou uma proposta para criação de uma Unidade de Gestão de Convênios, no âmbito do MME.

Posteriormente, em reunião ocorrida no dia 26/05/2009, com a presença de representantes da Secretaria Executiva, do Gabinete do Ministro, da SPOA e das 04 Secretarias Finalísticas do MME, ficou decidido que todos os procedimentos referentes aos convênios e instrumentos congêneres pactuados a partir de 30/05/2008, incluindo celebração, execução e prestação de contas, seriam de responsabilidade das Secretarias Finalísticas.

Com relação aos convênios celebrados até 29/05/2008, ficou acordado que a CGOF/SPOA continuaria responsável pela análise financeira das prestações de contas e as Secretarias continuariam responsáveis pela análise técnica e demais procedimentos.

Por meio da Portaria GM/MME nº 459, de 01/12/2009, foi efetuada uma alteração no Regimento Interno da Secretaria Executiva do MME, revogando os incisos dos arts. 26 e 28 que dizem respeito às competências da CGOF/SPOA e da Coordenação de Contabilidade que estavam relacionadas a convênios, e acrescentando um inciso ao art. 40, atribuindo à Assessoria Especial de Gestão Estratégica a competência para “*supervisionar o processo de celebração, execução e prestação de contas dos convênios ou instrumentos congêneres firmados pelos órgãos do Ministério de Minas e Energia*”.

Finalmente, no dia 23/12/2009, foi publicada a Portaria SE/MME nº 494, de 22/12/2009, que “*dispõe sobre a tramitação, celebração, execução, fiscalização e análise de prestação de contas de convênios ou instrumentos congêneres celebrados a partir de 30 de maio de 2008, no âmbito do Ministério de Minas e Energia – MME*”.

### 12.1.2 COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS – CGCC

À Coordenação-Geral de Compras e Contratos – CGCC compete planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades inerentes aos processos de licitação, dispensa e inexigibilidade, destinadas à aquisição de material e bens patrimoniais, bem como à contratação de obras e serviços demandados pelas diversas unidades do Ministério de Minas e Energia, observadas as disposições legais e regulamentares e as normas estabelecidas pelo SISG – Sistema de Serviços Gerais.

Todas as atividades exercidas são pautadas nas disposições das Leis nºs 8.666/93 e alterações, 9.784/1999, 10.520/2002 e Lei Complementar nº 123/2006, nos Decretos nºs 2.271/97, 3.555/2000, 3.931/2001, 3.722/2001, 5.450/2002, 6.204/2007, e nas Instruções Normativas de competência da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Além dessas normas, também são consultados outros regulamentos que tratam de tributação e encargos sociais, jurisprudências, Decisões e Acórdãos do Tribunal de Contas da União e observadas as recomendações da Controladoria-Geral da União.

Integram as ações da CGCC a instrução dos processos, com informações, pesquisa de preços e fundamentação legal competente, necessárias ao embasamento da aquisição de materiais e contratação de serviços gerais ou de obras/serviços de engenharia, quer seja por meio de dispensa ou inexigibilidade de licitação, ou para deflagração de certames licitatórios nas modalidades de: Concorrência, Tomada de Preços, Convite, Pregão e Adesão a Atas de Registro de Preços de outros Órgãos; e, ainda, a análise e instrução dos processos de pagamento, pedidos de repactuação, de reajuste e de equilíbrio econômico-financeiro das contratações firmadas pelo MME.

Compete à CGCC o acompanhamento da execução dos contratos, de forma a garantir o cumprimento das obrigações assumidas pelas partes, nos prazos e condições pactuadas. Desse modo, são instruídos processos para apuração da responsabilidade de empresas que deixaram de enviar proposta e (ou) documentação quando de suas participações nos procedimentos licitatórios, ou que descumpriram as condições ajustadas, o que em geral tem resultado na aplicação das penalidades previstas no edital e no termo contratual, depois de assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Ao encargo da área está, também, a gestão do Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores – SICAF e o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV no âmbito deste Órgão, mais o apoio administrativo à Comissão Permanente de Licitações (pesquisa de preços, consultas diversas no COMPRASNET, atualização de dados no SICAF e SICONV, e publicação de matérias via Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras e Contratações – SIDEC e extrato de editais, em jornal de grande circulação, por intermédio da Empresa Brasil de Comunicação – EBC).

No que diz respeito à instrução dos processos de pagamento, são conferidas as faturas emitidas para liquidação das despesas de serviços ou fornecimento de materiais, que consiste na verificação do valor contratado, da correta medição dos serviços pela fiscalização, da regularidade fiscal, através de consulta ao SICAF e às instituições oficiais competentes, do cumprimento dos prazos e demais condições contratuais, bem como do recolhimento dos valores destinados à cobertura das obrigações previdenciárias e trabalhistas assumidas pelas empresas em função dos contratos vigentes. Adicionalmente, é elaborado e acompanhado o cronograma de desembolso físico-financeiro dos instrumentos contratuais de serviços continuados, com integral disponibilização no módulo SICON/SIASG.

Por um impositivo legal, a área de Contratação passou a adotar todas as providências necessárias para depósito, diretamente em conta vinculada, dos valores destinados ao pagamento dos encargos trabalhistas pelas empresas que prestam serviços nas dependências do Ministério de Minas e Energia, com uso de mão de obra terceirizada.

Outra atividade não menos importante, e que demanda tempo e disposição da área, é o fornecimento e pesquisa de preços a outros órgãos públicos, relativamente aos serviços contratados pelo MME, de forma a possibilitar a troca de informações por ocasião das renovações e repactuações dos contratos, facilitando a verificação da compatibilidade entre preços praticados no mercado e os preços pactuados em contratos celebrados com a Administração Pública.

Para excelência da gestão, a CGCC tem adotado ações específicas e até mesmo individuais na busca de melhoria e agilidade dos trabalhos ao seu encargo, com investimento na capacitação do pessoal envolvido, direta e indiretamente, em licitações e contratos. Essa iniciativa tem por objetivo promover melhor interpretação das normas legais que regem suas atividades, o entendimento dos processos e métodos, a multiplicação de conhecimentos para operacionalização dos sistemas de governo e o redirecionamento do fluxo de trabalho, ensejando mudanças significativas e necessárias para o efetivo desempenho, conforme pode ser visto nos relatórios e gráficos atinentes aos indicadores propostos para a Unidade.

Nesse escopo, a atuação da área de Licitações e Compras, é importante destacar, contribuiu positivamente para redução do custo das contratações do MME, especialmente na modalidade de Pregão Eletrônico e nas Adesões aos Registros de Preços, como se pode aferir nos percentuais consideráveis entre o valor estimado e o valor efetivamente contratado (vide quadros adiante).

No último exercício, em conformidade com os dispositivos legais vigentes, foram deflagradas 41 licitações no âmbito deste Órgão para aquisição e contratação de serviços com valor acima do limite de R\$ 8.000,00, sendo 97,56% delas na modalidade de Pregão Eletrônico (sete certames enquadrados no Sistema de Registro de Preços), para maior celeridade, transparência e economicidade dos processos de compra e contratação de serviços; o percentual restante (2,44%) é atinente a um procedimento realizado na modalidade de Pregão Presencial, para cessão de área destinada à prestação de serviços de lanchonete/restaurante, visto que o critério de julgamento utilizado nesse tipo de contratação (“maior taxa de administração”) não foi previsto no Sistema Comprasnet, e mais dois procedimentos não concluídos (um suspenso e um anulado).

E ainda, foram realizadas dez contratações com base na faculdade legal prevista no art. 8º do Decreto nº 3.931/2013, qual seja, adesão a Atas de Registro de Preços vigentes de outros órgãos públicos, após anuência dos órgãos gerenciadores e do fornecedor, bem como comprovada a vantagem econômica (destas, apenas um não foi levada a efeito).

Dos 44 procedimentos realizados com escopo no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93 (dispensa de licitação), 17 destinavam-se a aquisição de materiais e ocorreram por meio do Sistema de Cotação Eletrônica disponibilizado pelo Governo Federal (correspondente a 40,48% do total), propiciando ao Órgão uma economia de 25,53%, comparativamente entre o valor estimado e o valor finalmente contratado pela Administração. Demais procedimentos realizados com o mesmo escopo legal acima citado (25 processos – correspondente a 59,52%) tratam-se da contratação de serviços, objeto esse não previsto no sistema Comprasnet para realização pelo Sistema de Cotação Eletrônica de Preços. Do total de processos de contratação instruídos com amparo legal na dispensa de licitação, dois foram cancelados (1 Cotação Eletrônica e Preços e 1 contratação de serviços).

Importante, ainda, a institucionalidade das compras públicas de forma sustentável. Assim, na aplicação dos recursos públicos, no compromisso efetivo com a sustentabilidade, é enorme a incumbência do gestor público encarregado de definir as regras de um edital de licitação que assegura a livre concorrência, sem privilégios ou favorecimentos, e que ao mesmo tempo garanta ao governo o fornecimento do melhor produto/serviço pelo menor preço e, sem dúvida, o procedimento licitatório é uma das ferramentas estratégicas de promoção do desenvolvimento sustentável na esfera pública, com repercussão direta no setor privado.

Nesse sentido, a Instrução Normativa/SLTI/MP nº 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, traz as diretrizes para as licitações e contratos, e assim, como o Termo de Referência/Projeto Básico representa o início do processo licitatório, tem sido o ponto de partida para inserção de critérios bem especificados e detalhados para se ultimar essas compras/contratações. Desde 2010, boa parte dos procedimentos licitatórios deflagrados pelo MME são percebidos e tratados na categoria de “contratações/compras sustentáveis”. Com isso, é possível observar um significativo aumento da ocorrência de procedimentos dessa categoria no último exercício, em face da fiel observância desta área à legislação ambiental, a ensejar inserção dos critérios ecoeficientes nos instrumentos editalícios.

Por fim, os indicadores implementados para o acompanhamento e desenvolvimento dessas atribuições, têm contribuído para mensurar, monitorar e avaliar o desempenho da gestão, uma vez que proporcionam informações presentes e comparativas, com base nas apurações anteriores e em relação à execução dos Programas, Projetos e Ações sob a responsabilidade institucional da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, em aspectos relevantes tais como: eficiência, eficácia, economicidade e efetividade.

Assim, de uma análise dos percentuais auferidos com os indicadores propostos para esta CGCC considera-se que o resultado foi bem positivo, e ainda, em conformidade com os requisitos estabelecidos, prazos e metas definidas, restando demonstrado que houve superação do desempenho desejado nos dois semestres de 2012, similarmente ao ocorrido no exercício de 2011.

Tabela 14 – Demonstrativo Detalhado dos Processos de Licitação por Modalidade no Exercício de 2012

ANO 2012							
TIPO	MODALIDADE	STATUS	QTD	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	Δ %
LICITAÇÕES	<b>PREGÃO ELETRÔNICO</b>	Concluída	<b>38</b>	31.161.045,92	23.757.513,21	7.403.532,71	23,76
		Anulada (Notebooks e Tablets – com republicação)	<b>1</b>				
		Suspensa (Fábrica Softwares – com republicação)	<b>1</b>				
	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b>	Serviços de restaurante e lanchonete	<b>1</b>				
<b>TOTAL</b>			<b>41</b>				
	<b>DISPENSA (Serviços)</b>		<b>25</b>	1.205.784,19	1.176.605,40	29.318,79	2,43
	<b>COTAÇÃO ELETRÔNICA (Materiais)</b>		<b>17</b>	66.157,29	49.264,03	16.893,26	25,53
<b>TOTAL</b>			<b>42</b>				
	<b>ADESÃO A REGISTROS DE PREÇOS - ARP</b>		<b>10</b>	3.840.342,33	3.266.860,60	573.481,73	14,93

Fonte: CLC

Tabela 15 – Pregões Eletrônicos Realizados em 2012

Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %	EMPRESA VENCEDORA	COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS (CPS)
35	ANULADO 10/01/2012 10 horas	001779/2011-78	Aquisição de Notebooks e equipamentos do tipo Tablet PC, com garantia técnica e <i>on-site</i> de 24 meses. SRP.	5.594.388,09				ANULAÇÃO 18/01/2012 - edital publicado equivocadamente como pregão tradicional e não SRP	
36	13/01/2011 10 horas	001420/2011-17	Aquisição de materiais de expediente para suprir o almoxarifado – SRP.	416.513,70	164.572,90	251.940,80	60,49	07 empresas vencedoras	CPS
37	03/01/2012 10 horas	002045/2011-14	Serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, visando corrigir pontos de infiltrações d'água nas fachadas do edifício MME.	52.356,72	51.299,66	1.057,06	2,02	HEIMAR – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS GERAIS LTDA	CPS
38	09/01/2012 10 horas	001967/2011-12	Serviços de manutenção de Sinalização/Programação Visual.	41.411,67	32.075,66	9.336,01	22,54	SINARTE COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA	CPS
01	14/02/2012 10 horas	002168/2011-47	Aquisição de Solução de Vídeo Conferência – SRP MME e DNPM.	6.250.354,70	4.381.475,27	1.868.879,43	29,90	MAHVLA TELECOMM e SOUND STATION VETT - 12.613.481,04	–
02	20/01/2012 10 horas	002348/2011-29	Prestação de serviços de manutenção do ambiente tecnológico deste MME - Help Desk – SRP MME/ DNPM.	8.669.337,08	7.091.791,69	1.577.545,39	18,20	HEPTA TEC E INF LTDA	–
03	02/02/2012 10 horas  PREGÃO PRESENCIAL	002214/2011-16	Serviços de restaurante e lanchonete, com fornecimento de refeições do tipo "Self Service", mediante concessão de uso de área própria, e utilização de equipamentos já instalados a esse fim, localizada no Ed. Sede do MME.	3.660,00	4.930,00			CRISTINA'S RESTAURANTE – CESSÃO DE USO Contratação pela MAIOR taxa de utilização mensal	CPS
04	09/02/2012 10 horas	002285/2011-19	Aquisição, instalação e configuração de Solução de Rede local de computadores com equipamentos Switches, sistema de segurança e solução de correlação de eventos, incluindo testes da solução, capacitação técnica, manutenção e assistência técnica – SRP. (fornecimento e instalação).	4.391.425,59	3.518.988,20	872.437,39	19,87	REDISUL INFORMÁTICA LTDA: MAPA - 4.179.646,90 SAÚDE - 7.120.157,80 VTE - 18.937.734,66 VTC - 14.818.792,90	–

Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %	EMPRESA VENCEDORA	COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS (CPS)
05	23/02/2012 10 horas Suspensão TCU 01/03/2012 Reabertura - 19/04/2012 10 horas	001779/2011-78	Aquisição de Notebooks e Tablets – SRP MME + 11 órgãos - repetição do certame com alterações.	1.050.405,60	877.953,60	172.452,00	16,42	CTIS - itens 1 e 3 CENTERDATA - item 2 VTE 5.594.388,09 - 11 órgãos	<b>CPS</b>
06	06/03/2012 10 horas	002239/2011-11	Serviços de SEGURO TOTAL para os veículos oficiais deste MME.	56.322,33	9.950,99	46.371,34	82,33	ALLIANZ SEGUROS S/A	–
07	07/03/2012 10 horas	00082/2012-61	Aquisição de 650 doses de Vacina Antigripal. (vacinas e gesto vacinal)	22.750,00	17.095,00	5.655,00	24,86	NEOCENTRO COMÉRCIO DE VACINAS LTDA	<b>CPS</b>
08	22/03/2012 10 horas	002317/2011-78	Serviços de tradução e versão de textos nos idiomas inglês e português.	299.664,00	72.480,00	227.184,00	75,81	PANGEA CENTRO INTERPRETAÇÃO E IDIOMAS	–
09	26/04/2012 10 horas	000332/2012-62	Telefonia Móvel Pessoal - LDN e LDI.	186.656,18	164.707,98	21.948,20	11,76	EMBRATEL	–
10	10/05/2012 10 horas	000539/2012-37	Serviços de condução de veículos, por intermédio de motorista executivo, para transporte de autoridades, servidores e documentos e materiais deste MME.	575.616,61	525.986,89	49.629,72	8,62	EBRAS CONSERVAÇÃO LTDA	–
11	28/06/2012 10 horas	000481/2012-21	Serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos microcomputadores da marca <i>Hewlett Packard – HP</i> .	79.691,67	22.997,75	56.693,92	71,14	DG10 DATA GLOBAL TEC E INF. LTDA.	<b>CPS</b>
12	13/06/2012 10 horas	000655/2012-56	Serviços de copeiragem (copeira, garçom, auxiliar operacional e encarregado), de forma contínua.	1.519.361,83	1.349.014,18	170.347,65	11,21	ORIENTE SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.	<b>CPS</b>

Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %	EMPRESA VENCEDORA	COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS (CPS)
13	18/06/2012 10 horas	000693/2012-17	Fornecimento de "jornais e revistas", em dias úteis, para o MME.	50.403,00	35.735,72	14.667,28	29,10	ELDEX DISTRIBUIDORA DE JORNAIS E REVISTAS LTDA	-
14	10/07/2012 10 horas	000806/2012-76	Aquisição de Licença Edge Cache para Exinda 8060.	78.502,09	54.970,00	23.532,09	29,98	CONTROL TELEINFORMÁTICA LTDA	-
15	25/07/2012 10 horas	001000/2012-11	Exames Médicos Periódicos.	80.066,20	54.028,31	26.037,89	32,52	MULLIER LAB, HOSPITAL SANDEL, CONSULT ASSESS.	<b>CPS</b>
16	03/09/2012 14 horas	000419/2012-31	Execução de serviços, com fornecimento de materiais, por demanda, de reposição e colocação de vidros e correlatos.	95.079,93	85.535,16	9.544,77	10,04	MF VIDROS (Itens 1 e 3) E ROTA NACIONAL (Item 2)	<b>CPS</b>
17	13/08/2012 10 horas	001004/2012-83	Aquisição de Solução Corporativa para pesquisa textual (Search Appliance), incluindo serviços de instalação, configuração e implantação inicial; treinamento; parametrização e reconfiguração e garantia, pelo Sistema de Registro de Preços – SRP (MME e PGFN).	1.627.608,21	1.437.054,00	190.554,21	11,71	MCR SISTEMAS	-
18	13/08/2012 14 horas	000227/2012-23	Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos odontológicos	26.580,00	15.480,00	11.100,00	41,76	JA Assistência Técnica Médico-odontológica	<b>CPS</b>
19	22/08/2012 10 horas	001115/2012-91	Aquisição de 21 aparelhos de TV LED 42", para uso no MME.	38.142,93	31.688,79	6.454,14	16,92	EMBRAMAR DIST. MAT. LTDA ME	<b>CPS</b>
20	15/08/2012 10 horas	000964/2012-26	Fornecimento de combustíveis, por demanda, para abastecimento dos veículos oficiais e do grupo gerador de energia elétrica.	206.012,50	176.830,82	29.181,68	14,17	PETRONORTE (Itens 1 e 3) DISBRAVE (Item 2)	<b>CPS</b>
21	20/08/2012 10 horas	001094/2012-11	Aquisição de 02 veículos de serviços comuns para o MME.	80.000,00	72.000,00	8.000,00	10,00	RENAULT DO BRASIL S/A	<b>CPS</b>

Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %	EMPRESA VENCEDORA	COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS (CPS)
22	03/09/2012 10 horas	000652/2012-12	Serviços de Gravação e Degravação de CD's em eventos, solenidades e seminários no MME.	36.799,20	11.499,60	25.299,60	68,75	REALY PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	CPS
23	21/11/2012 14 horas	001419/2012-57	Aquisição de Solução de controle de acesso às aplicações/serviços, solução de alta disponibilidade global às aplicações/serviços e solução de VPN - SSL e SSO (Solução de Balanceamento de Carga), mediante SRP – MME, DPU, MCTI. (fornecimento e implantação)	3.386.826,29	2.077.702,17	1.309.124,12	38,65	REDSUL INFORMÁTICA LTDA	-
24	12/11/2012 10 horas	001294/2012-65	Aquisição de material de expediente – SRP.	42.250,55	21.681,45	20.569,10	48,68	Art. Stilo, Eli armarinho, Palmas Editora, Brazpel Distribuidora.	CPS
25	23/10/2012 10 horas	001576/2012-62	Transporte rodoviário de mobílias e bagagem.	30.000,00	26.156,28	3.843,72	12,81	REI DE OURO Mudanças e Transportes Ltda - ME	CPS
26	30/10/2012 10 horas	001586/2012-14	Aquisição de certificados digitais	14.941,50	4.431,98	10.509,52	70,34	VALID CERTIFICADORA DIGITAL LTDA	-
27	06/11/2012 10 horas	001559/2012-25	Serviços gráficos para confecção de Anuários Estatísticos do Setor Metalúrgico e do Setor de Transformação de Não Metálicos - 2012 para a SGM/MME.	22.128,00	9.894,00	12.234,00	55,29	GRÁFICA E EDITORA MERIDIONAL LTDA-ME	CPS
28	23/11/2012 10 horas SUSPENSO em 16/11/2012	001068/2012-84	Serviços de desenvolvimento, manutenção e documentação de sistemas em Fábrica de Softwares, Fábrica de Mensuração de Demanda e Fábrica de Testes de Softwares, mediante o SRP (MME e DNPM)	43.890.374,12				SUSPENSO - 16/11/12 - será republicado.	-

Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %	EMPRESA VENCEDORA	COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS (CPS)
29	19/11/2012 10 horas	000540/2012-61	Serviços prediais internos, por demanda, com fornecimento de materiais, de divisórias, armários e correlatos, alvenaria, serralheria e acabamentos diversos.	669.264,31	589.850,00	79.414,31	11,87	DELPHUS COMÉRCIO	CPS
30	12/11/2012 10 horas	001575/2012-18	Aquisição de 12 (doze) máquinas fragmentadoras de papel.	67.020,00	61.920,00	5.100,00	7,61	EBA OFFICE DE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA – EPP.	CPS
31	21/11/2012 10 horas	001617/2012-11	Pesquisa avaliativa do Programa Luz para Todos.	699.155,26	508.000,00	191.155,26	27,34	MDA - PESQUISA DE OPINIÃO.	CPS
32	22/11/2012 10 horas	001562/2012-49	Aquisição de uniformes para servidores operacionais de Agente de Vigilância, Motorista Oficial e Agente de Portaria.	74.298,82	53.132,98	21.165,84	28,49	DL COM.; AUGEMODAS; SHANON MODA.	CPS
33	26/11/2012 10 horas	001461/2012-78	Aquisição de Equipamento Duplicador de CD - DVD com Kit de impressão.	8.535,25	8.535,00	0,25	0,00	LINKCINCO SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.	CPS
34	29/11/2012 10 horas	001615/2012-21	Aquisição de persianas verticais e horizontais no MME. (fornecimento/ instalação)	39.282,77	26.950,00	12.332,77	31,39	YP Persianas Ltda	CPS
35	03/12/2012 10 horas	001693/2012-26	Aquisição de materiais, equipamentos e bens diversos.	47.977,43	27.091,18	20.886,25	43,53	Comercial JSM; Égide; Preme; MCX; Emílio; Prime; Thermkal; Policarbon; Brazpel Ltda.	CPS
36	06/12/2012 10 horas	001750/2012-77	Aquisição de Água Mineral para o exercício de 2013.	93.504,00	56.256,00	37.248,00	39,84	CALEVI MINERADORA E COM. LTDA.	CPS
37	06/12/2012 10 horas	001800/2012-16	Serviços elétricos, com fornecimento de materiais, para reaperto dos barramentos lindados – busway.	34.800,00	30.700,00	4.100,00	11,78	MDI ENGENHA-RIA CIVIL LTDA	CPS
<b>VALOR TOTAL.....R\$</b>				<b>31.161.045,92</b>	<b>23.757.513,21</b>	<b>7.403.532,71</b>	<b>23,76</b>	<b>% - variação percentual</b>	

Fonte: SIASG e processos administrativos

Tabela 16 – Dispensas de Licitações Realizadas em 2012

Nº	DISPENZA	PROCESSO 48000.00	OBJETO/ASSUNTO	DISPENZA				EMPRESA
				VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %	
1	DISPENZA	1721/2011-24	Serviços de assinatura de "Mídia Impressa".	112.860,00	112.860,00			EBC
2	DISPENZA	2356/2011-75	Confecção de etiquetas autoadesivas para identificação individual.	12.508,33	7.995,00	4.513,33	36,08	Gráfica e Editora Fernandes e Lira Ltda.
3	DISPENZA	0226/2012-89	Serviços de coleta de lixo hospitalar.	3.060,00	2.880,00	180,00	5,88	SERQUIP serviços construções e equipamento
4	DISPENZA POR COTAÇÃO ELETRÔNICA	0319/2012-11	Livros Técnicos (Mapas estratégicos, A execução Premium, O ativista da estratégia) SE/MME.	304,40	191,75	112,65	37,01	SBS - Special Books Service e Livraria
5	DISPENZA	0365/2012-11	Serviço de tradução Juramentada.	2.364,43	1.170,00	1.194,43	50,52	Brazil Translations
6	DISPENZA	0362/2012-79	Serviço de manutenção do eletrocardiograma.	1.150,00	880,00	270,00	23,48	Bioeng - Engenharia Clinica
7	DISPENZA POR COTAÇÃO ELETRÔNICA	0447/2012-57	Materiais (Blue Ray, Adaptador e cabo).	1.458,76	1.138,97	319,79	21,92	Deise Cardoso, Felix Eletrônica e Luiz Fabiano - ME
8	DISPENZA POR COTAÇÃO ELETRÔNICA	0193/2012-77	Materiais e medicamentos para SEAMS.	5.627,03	3.529,44	2.097,59	37,28	Democrata, Distrib. Pro Saúde, Tavamed.
9	DISPENZA POR COTAÇÃO ELETRÔNICA	0599/2012-51	Aquisição 04 aparelhos celulares - iphone 4S 16BG.	7.999,00	7.533,00	466,00	5,83	P.C.M. CORREA REFRIG. ME
10	DISPENZA	0506/2012-97	Confecção de bottons de identificação DAS 101.4, 5 e 6.	3.043,00	2.244,00	799,00	26,26	FEROX
11	DISPENZA	0417/2012-41	Reforma/recuperação de cadeiras estofadas.	3.899,40	2.250,00	1.649,40	42,30	CAPRI ESTOFAMENTOS ME
12	DISPENZA	0439/2012-19	Serviço de revisão/manutenção da bomba d'água e compressor.	1.201,20	1.093,00	108,20	9,01	Vaine Assistência Técnica Ltda

Nº	DISPENSA	PROCESSO 48000.00	OBJETO/ASSUNTO	DISPENSAS				EMPRESA
				VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %	
13	DISPENSA POR COTAÇÃO ELETRÔNICA	0124/2012-63	Material odontológico.	1.168,66	1.060,62	108,04	9,24	Emigê Materiais Odontológicos Ltda. (ITENS 01, 02, 05, 06, 07, 08, 09, 12 e 13 - CANCELADOS)
14	DISPENSA POR COTAÇÃO ELETRÔNICA	0688/2012-12	Aquisição de 03 carimbos numeradores automáticos e acessórios.	3.914,00	2.667,00	1.247,00	31,86	EBR PLACAS
15	DISPENSA	0842/2012-31	Renovação da assinatura - Lista de Autoridades Governamentais.	4.900,00	4.900,00			Apoio Produções e Telemarketing - LTDA
16	DISPENSA POR COTAÇÃO ELETRÔNICA	0876/2012-24	Aquisição 50 cxs etiquetas autoadesivas/impressora jato tinta/laser.	2.329,67	898,00	1.431,67	61,45	PAPELARIA OFFICE BOX LTDA-ME
17	DISPENSA	0793/2012-35	Fornecimento de energia elétrica.	960.000,00	960.000,00			CEB Distribuidora S/A
18	DISPENSA POR COTAÇÃO ELETRÔNICA	1042/2012-36	Aquisição de quadros brancos magnéticos.	2.101,82	1.472,97	628,85	29,92	CRIART E MULTCLIPS
19	DISPENSA	0256/2012-95	Confecção de módulo eletrônico para vidros.	493,33	350,00	143,33	29,05	ÚNICA BRASÍLIA
20	DISPENSA	1123/2012-36	Serviços de encadernação.	1.526,66	1.440,00	86,66	5,68	ELI PEREIRA
21	DISPENSA POR COTAÇÃO ELETRÔNICA	0081/2012-16	Material odontológico.	861,30	771,18	90,12	10,46	BRASILIS PROD. DENTÁRIOS / MASTER MEDICO HOSPITALAR.
22	DISPENSA	1040/2012-47	Assinatura Zênite.	7.838,00	7.838,00			ZENITE CONSULTORIA S/A.
23	DISPENSA POR COTAÇÃO ELETRÔNICA	1263/2012-12	Escada trepadeira de alumínio.	3.045,04	3.045,04			Comercial Progresso Mat. Ltda.

Nº	DISPENSA	PROCESSO 48000.00	OBJETO/ASSUNTO	DISPENSAS				EMPRESA
				VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %	
24	DISPENSA POR COTAÇÃO ELETRÔNICA	0841/2012-95	Aquisição de materiais e medicamentos.	2.514,73	1.757,40	757,33	30,12	Centermédica, Ativa Assessoria, Drogaria Principal e Mais Medicamentos
25	DISPENSA POR COTAÇÃO ELETRÔNICA	1356/2012-39	Pilhas recarregáveis, carregadores de pilhas e gravadores digitais.	1.747,73	1.292,48	455,25	26,05	Seilonski & Oliveira LTDA ME, Luiz Fabiano Aponte ME, S. Franco de Souza Informática
26	DISPENSA POR COTAÇÃO ELETRÔNICA	1453/2012-21	Aquisição de Displays de Acrílico Cristal - Porta Cartaz de Parede.	5.481,43	2.990,00	2.491,43	45,45	BR - Displays LTDA-ME
27	DISPENSA POR COTAÇÃO ELETRÔNICA	1461/2012-78	Aquisição de Equipamento Duplicador de CD e DVD.	7.989,76				<b>COTAÇÃO CANCELADA - vlrs acima estimado</b>
28	DISPENSA	1590/2012-66	Serviço de lavagem de cortinas.	2.030,36	1.813,00	217,36	10,71	Macedo Decorações Ltda-ME.
29	DISPENSA	1592/2012-55	Confecção de gabinetes em acrílico fumê.	13.481,43	7.280,00	6.201,43	46,00	ACRINOX
30	DISPENSA POR COTAÇÃO ELETRÔNICA	1794/2012-13	Insumos/suprimentos impressora imagens (Plotter).	7.621,36	7.383,90	237,46	3,12	Ziul Com.; Santos e Zampier; Fusion Teleinformática Ltda.
31	DISPENSA	1739/2012-15	Fornecimento gás liquefeito de petróleo (gás de cozinha).	7.150,00	6.750,00	400,00	5,59	Gold Comércio de Gás Ltda- ME
32	DISPENSA	1788/2012-41	Serviço de recarga de extintores.	14.406,33	7.965,00	6.441,33	44,71	Confiança Extintores Ltda-ME.
33	DISPENSA	1738/2012-62	Confecção de carimbos, no exercício de 2013.	6.453,33	5.740,00	713,33	11,05	Carimbos do Brasil Ltda-ME
34	DISPENSA	1740/2012-31	Confecção de chaves.	7.752,83	6.881,00	871,83	11,25	José dos Reis Chaveiro-ME
35	DISPENSA POR COTAÇÃO ELETRÔNICA	1850/2012-11	Aquisição microfones e pedestal (4 Itens).	7.892,64	5.083,28	2.809,36	35,59	NAVIZO/José Geraldo/MP3 e JAS Comércio EPP

Nº	DISPENZA	PROCESSO 48000.00	OBJETO/ASSUNTO	DISPENSAS				EMPRESA
				VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %	
36	DISPENZA	1854/2012-81	Oficina de trabalho "Estratégias desenvolvimento mineração no Espírito Santo".	8.266,66	7.650,00	616,66	7,46	IDS-Instituto Desenvolvimento Sustentável Ltda.
37	DISPENZA POR COTAÇÃO ELETRÔNICA	1799/2012-21	Aquisição de Cadeiras para Lab. de Informática da CGRH.	4.135,97	3.400,00	735,97	17,79	Comércio Utilidade Domésticas Ltda
38	DISPENZA	1967/2012-87	Aquisição de 04 (quatro) aparelhos de Telefone Celular - Iphone 4S 16GB.	8.556,00	7.996,00	560,00	6,55	Urgência/autorizado pelo SPOA Huettek Informática Ltda
39	DISPENZA	1936/2012-26	Assinatura DOU-e.	1.044,00	1.044,00	0,00	0,00	Imprensa Nacional
40	DISPENZA POR COTAÇÃO ELETRÔNICA	1991/2012-16	Lixeiras para coleta seletiva.	7.953,75	5.049,00	2.904,75	36,52	F.C COMPOSITE / HIGIPRESS Ltda
41	DISPENZA	2006/2012-91	Serviço de tradução simultânea.	7.746,25	7.200,00	546,25	7,05	FLASHWORD
42	DISPENZA	1787/2012-11	Serviço de dedetização.	7.040,00				<b>DISPENZA CANCELADA (inserido código errado)</b>
43	DISPENZA	2057/2012-11	Serviços gráficos para confecções "estratégias para o desenvolvimento regional da mineração no noroeste do Espírito Santo".	11.116,25	7.450,00	3.666,25	32,98	Gráfica e Editora Meridional Ltda.
44	DISPENZA	2053/2012-33	Renovação assinatura DOU, seções I, II, III.	2.936,40	2.936,40	0,00	0,00	Imprensa Nacional
	<b>TOTAL .....R\$</b>			<b>1.271.941,48</b>	<b>1.225.869,43</b>	<b>46.072,05</b>	<b>3,62</b>	

Fonte: SIASG

Tabela 17 – Adesões a Registros de Preços Realizados em 2012

Nº	PROCESSO 48000.00	ORIGEM	OBJETO	VALOR ESTIMADO R\$	VALOR CONTRATADO ATA R\$	DIFERENÇA	△ %
1	000619/2012-92	CIET/CGTI	Aquisição de 100 rolos Etiquetas autoadesivas brancas para impressora Térmica Brother, para o Sistema da Portaria MME - (SRP 09/2011-TRE/DF e Office Service)	6.895,00	4.250,00	2.645,00	38,36
2	000633/2012-96	CIET/CGTI	Aquisição de 10 Impressoras térmicas para etiquetas autoadesivas, para o sistema da Portaria MME. (SRP 05/2011-HMAB e Office Service)	5.434,67	5.040,00	394,67	7,26
3	000992/2012-43	CGTI	Aquisição de Sistema Integrado de Controle de Acesso Físico, compreendendo a aquisição e instalação de seus dispositivos/componentes e os serviços de implantação, operação assistida, treinamento e manutenção preventiva e corretiva no período de garantia (Ata 01/2011-UFGM e empresa AUTOMATIZA LTDA)	219.766,00	157.490,00	62.276,00	28,34
4	001049/2012-58	CGTI	Aquisição de Solução CFTV-IP (Ata 11/25/2011-UFPR e empresa Redsul).	2.107.333,00	1.992.499,00	114.834,00	5,45
5	1177/2012-18	CGTI	Contratação de empresa especializada na área de TI para mentoria no Serviço Técnico do OpenCMS (Ata IBICT/MCTI e empresa SQUADRA Tecnologia)	215.333,33	192.000,00	23.333,33	10,84
6	1460/2012-23	CGTI	Aquisição de Projetor Multimídia (Ata SRP Conselho da Justiça Federal, empresa LINK Cinco Soluções).	38.050,00	32.450,00	5.600,00	14,72
7	1778/2012-12	CGTI	Serviços Técnicos especializados de pesquisa e aconselhamento em TIC, na forma de assinatura por 12 meses a Base de Conhecimento em TI (SRP TST PE/130/2011 e Gartner Ltda).	275.600,00	225.700,00	49.900,00	18,11

Nº	PROCESSO 48000.00	ORIGEM	OBJETO	VALOR ESTIMADO R\$	VALOR CONTRATADO ATA R\$	DIFERENÇA	△ %
8	001840/2012-68	CGTI	Fornecimento e instalação de Solução de rede sem fio "wireless", constituída de bens e serviços (SRP ANEEL e empresa NCT informática).	757.101,33	455.500,00	301.601,33	39,84
9	001783/2012-17	COAGE	Aquisição de 06 cadeiras/poltronas giratórias para uso nas recepções das Portarias principal e privativa do MME (SRP STF e empresa Aurus).	20.410,00	18.258,00	2.152,00	10,54
10	001956/2012-13	COAGE	Fornecimento de divisórias especiais, com instalação, para atender projetos especiais (SRP - 36/12 - GLMF/CIF/MD) e empresa Forma Office Com. Móveis.	192.702,00	Adesão cancelada		
11	001960/2012-65	COAGE	Fornecimento de mobiliário específico, com instalação / montagem, para atender demandas de unidades administrativas do MME (SRP INTO e Forma Office).	194.419,00	192.698,00	1.721,00	0,89
<b>VALOR TOTAL.....R\$</b>				<b>3.840.342,33</b>	<b>3.266.860,60</b>	<b>573.481,73</b>	<b>14,93</b>

Fonte: SIASG

Tabela 18 – Relação de Processos com Aplicação de Penalidades na Fase Licitatória – Exercício 2012

Nº	PROCESSO Nº 48000.00	MODALIDADE LICITAÇÃO	OBJETO	EMPRESA(S)/ CNPJ	MOTIVO E PROPOSTA PENALIDADE	AÇÕES SITUAÇÃO ATUAL	PROCEDIMENTO FINALIZADO (SIM/NÃO)
1	0539/2012-37	PE 10/2012  Proposta Vencedora: R\$ <b>526.000,00</b> (EBRAS)	Serviços de transporte na condução de veículos, por meio de <u>motorista executivo</u> para o transporte de autoridades, servidores, documentos e materiais diversos ao Ministério de Minas e Energia em Brasília/DF.	F & M TRANSPORTES, CONSTRUÇÕES, CONSERVAÇÕES E LIMPEZA.  CNPJ: 10.475.904/0001-27	<b>Lance de R\$ 515.000,00.</b>  Motivo: Não enviou documentação e proposta.  Penalidade: suspensão do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 01 (um) ano.	<b>Ofício 094/2012 - CGCC</b> - Notificação p/ defesa prévia-10/07/2012. <b>Defesa Prévia</b> - 18/07/2012 <b>Parecer CLC</b> - 15/02/2013 <b>CGCC apreciar</b> 15/02/2013 <b>CGCC-Aplic. penalidade</b> -20.02.2013 <b>SPOA-autoriza aplic. penalidade</b> -21.02.2013 <b>Ofício CGCC</b> nº 031/2013 - notif. apres. recurso administ. - 28.02.2013	NÃO
				3R – LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E TURISMO LTDA-ME.  CNPJ: 10.660.342/0001-91	<b>Lance de R\$ 516.900,00</b>  Motivo: Não enviou documentação e proposta.  Penalidade: suspensão do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 01 (um) ano.	<b>Ofício 093/2012 - CGCC</b> - Notificação p/ defesa prévia-10/07/2012. <b>Defesa Prévia</b> - 18/07/2012 <b>Parecer CLC</b> - 15/02/2013 <b>CGCC apreciar</b> 15/02/2013 <b>CGCC - Aplic. penalidade</b> - 20.02.2013 <b>SPOA-autoriza aplic. penalidade</b> -21.02.2013 <b>Ofício CGCC</b> nº 032/2013 - notif. apres. recurso administ. - 28.02.2013	NÃO
				KRT PRESTADORA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA.  CNPJ: 12.849.578/0001-04.	<b>Lance de R\$ 519.123,00.</b>  Motivo: não enviou documentação e proposta  Penalidade: suspensão do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 01 (um) ano.	<b>Ofício 092/2012 - CGCC</b> - Notificação p/ defesa prévia-10/07/2012. <b>Não apres. Defesa Prévia</b> <b>Parecer CLC 15/02/2013</b> <b>CGCC apreciar</b> 15/02/2013 <b>CGCC - Aplic. penalidade</b> - 20.02.2013 <b>SPOA-autoriza aplic. penalidade</b> -21.02.2013 <b>Ofício CGCC</b> nº 033/2013 - notif. apres. recurso administ. - 28.02.2013 <b>SICAF - Consta impedimento de licitar - Gov. Federal.</b>	NÃO

Nº	PROCESSO Nº 48000.00	MODALIDADE LICITAÇÃO	OBJETO	EMPRESA(S)/ CNPJ	MOTIVO E PROPOSTA PENALIDADE	AÇÕES SITUAÇÃO ATUAL	PROCEDIMENTO FINALIZADO (SIM/NÃO)
				<b>AZIME COMÉRCIO E SERVIÇOS GERAIS LTDA./CNPJ.: 07.293.122/0001-62.</b>	<b>Lance de R\$ 521.049,24.</b> Motivo: não enviou documentação e proposta Penalidade: suspensão do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 01 (um) ano.	<b>Ofício 091/2012 - CGCC</b> -Notificação p/ defesa prévia-10/07/2012. <b>Recurso Admin.</b> - 23.07.2012 <b>Parecer CLC 15/02/2013</b> <b>CGCC apreciar 15/02/2013</b> <b>CGCC - Aplic. penalidade - 20.02.2013</b> <b>SPOA-autoriza aplic. penalidade- 21.02.2013</b> <b>Ofício CGCC nº 034/2013 - notif. apres. recurso administ.- 28.02.2013.</b>	<b>NÃO</b>
				<b>AV2 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA-ME./CNPJ 08.744.513/0001-19</b>	<b>Lance de R\$ 524.900,00</b> Motivo: não enviou documentação e proposta Penalidade: suspensão do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 01 (um) ano.	<b>Ofício 090/2012-CGCC</b> - Notificação p/ defesa prévia-10/07/2012 <b>Defesa Prévia - 17/07/2012</b> <b>Parecer CLC - 15/02/2013</b> <b>CGCC apreciar 15/02/2013</b> <b>CGCC -Aplic. penalidade - 20.02.2013</b> <b>SPOA - autoriza aplic. penalidade- 21.02.2013</b> <b>Ofício CGCC nº 035/2013 - notif. apres. recurso administ. - 28.02.2013</b>	<b>NÃO</b>
<b>2</b>	<b>0655/2012-56</b>	<b>PE 12/2012</b> Proposta Vencedora: <b>R\$ 1.349.014,80</b> <b>(ORIENTE SERVIÇOS)</b>	<b>Serviços de copeiragem (copeira, garçom, garçonete, auxiliar operacional e encarregado), incluindo o fornecimento de todo material de consumo/ reposição necessários, para atender as necessidades do Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF.</b>	<b>MARCOS RESTAURANTE BUFFET LTDA ME./CNPJ: 05.861.674/0001-02</b>	<b>Lance de R\$ 1.288.970,00</b> Motivo: Não encaminhou documentação e proposta Penalidade: suspensão para licitar e contratar com a União pelo período de 12 meses.	<b>Ofício 120/2012-CGCC</b> - Notif. p/ defesa prévia-02/08/2012. <b>Defesa Prévia - 03/08/2012</b> <b>Parecer CLC 26/09/2012</b> <b>CGCC apreciar 27/09/2012</b> <b>CGCC -Aplic. penalidade - 31.12.2012</b> <b>SPOA-autoriza aplic. penalidade- 03.01.2013</b> <b>Ofício CGCC nº 024/2013-Notif. apres. Recurso administ. -05.02.2013</b> <b>Rec. Administrativo - 14.02.2013</b> <b>Parecer CLC 01.03.2013</b> <b>CGCC apreciar 01.03.2013</b>	<b>NÃO</b>

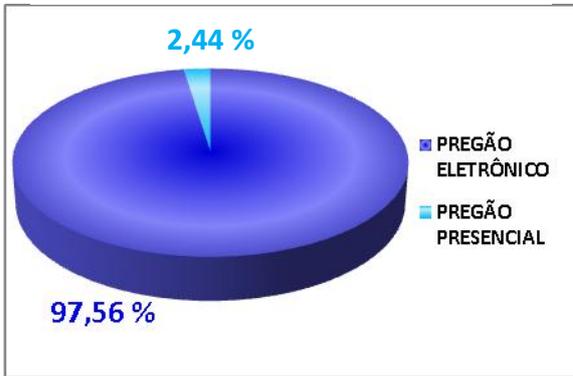
**Fonte: Processos Administrativos, Sistema Comprasnet.**

**Nota:** São processos licitatórios de contratação iniciados e concluídos no exercício de 2012, porém, os procedimentos de aplicação de penalidade decorrentes da fase de licitação foram adotados a partir do exercício de 2012, mas ainda não foram finalizados.

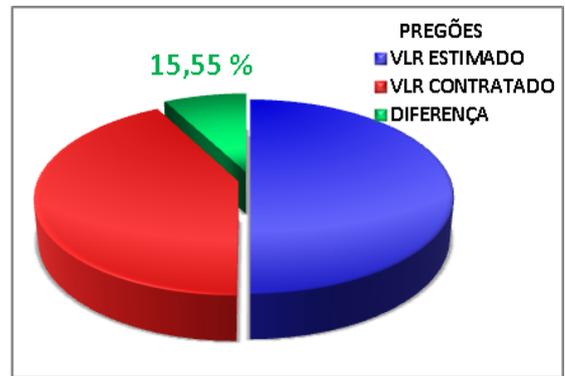
Pregão Eletrônico, Dispensa de Licitação e Adesão a Registros de Preços Realizados em 2012

**CONTRATAÇÕES 2012**

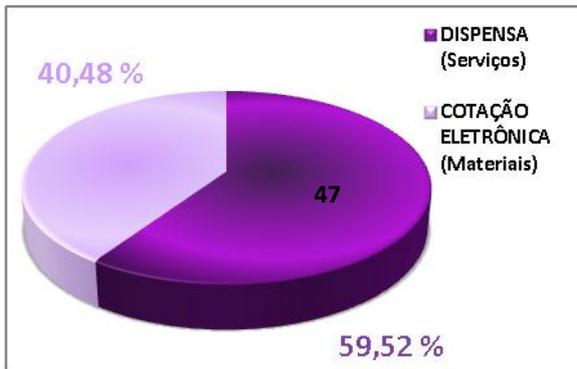
**PREGÕES**



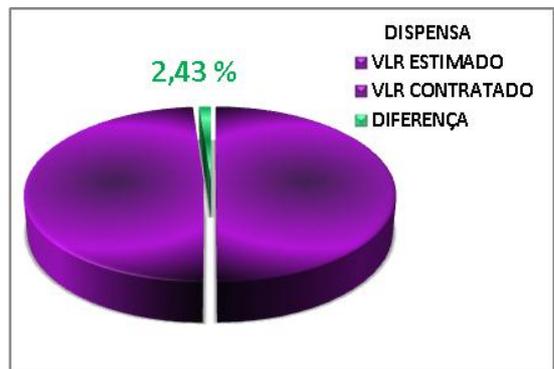
**PREGÃO ELETRÔNICO  
VALOR ESTIMADO x VALOR CONTRATADO**



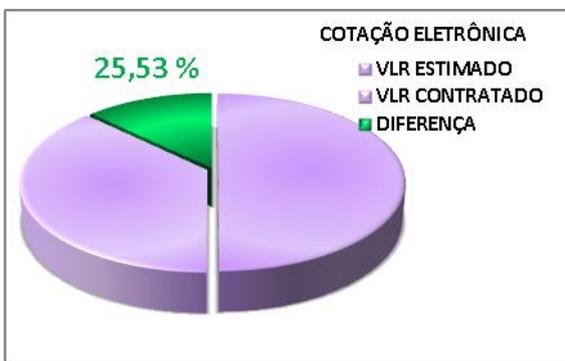
**DISPENSA DE LICITAÇÃO**



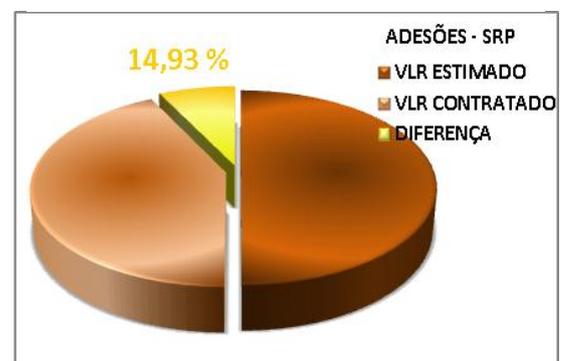
**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
VALOR ESTIMADO x VALOR CONTRATADO**



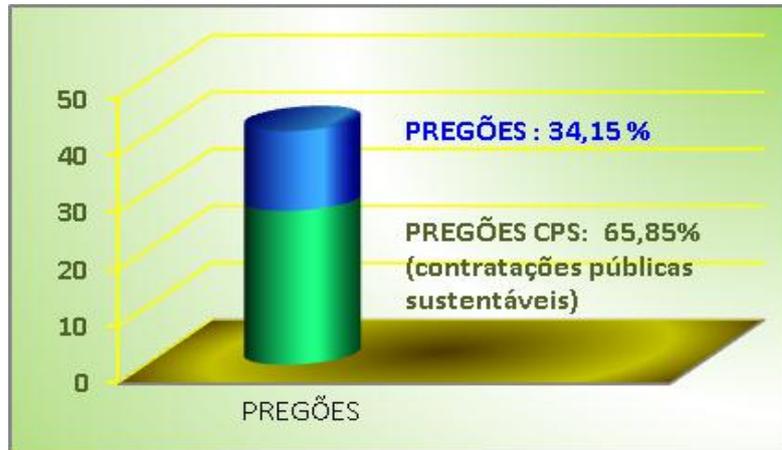
**COTAÇÃO ELETRÔNICA  
VLR ESTIMADO x VLR CONTRATADO**



**ADESÃO A REGISTRO DE PREÇOS  
VLR ESTIMADO x VLR CONTRATADO**



COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS



Fonte: CLC - Processos Administrativos

Tabela 19 – Relação de Contratos Vigentes – 2012

PROCESSO Nº	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO Nº	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.002266/2011-84	Acordo de Cooperação Técnica	TERMO DE ACORDO nº 01/2012	Termo de Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto regulamentar a prestação, pelo BANCO, dos serviços de abertura de contas específicas destinadas a abrigar os recursos creditados em relação às execuções dos encargos Trabalhistas (IN/SLTI/MP nº 02, de 30.04.2008, alterada pela IN/SLTI/MP nº 03, de 16.10.2009).	BANCO DO BRASIL	04.03.2012		01/03/2012 a 01/03/2017
48000.000733/2012-12	Convênio de Adesão 01/2012	CONVÊNIO 01-2012	Plano de saúde GEAP Referência, registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar sob o número 455.830/07-8 na modalidade Coletivo Empresarial, com abrangência nacional, administrado pela Fundação.	GEAP - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	29.06.2012		29/06/2012 a 29/06/2017
48000.001721/2011-24	Dispensa de Licitação nº 01/2012 (Art. 24, Inciso VIII da Lei nº 8.666/93)	01/2012-MME	Mídia Impressa	EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. - EBC	04/01/2012	162.360,00	04/01/2013 a 05/01/2014
48000.001975/2011-42	Pregão Eletrônico nº 32/2011-MME	02/2012-MME	Execução de engenharia, com fornecimento de materiais, visando o remanejamento ou instalação de pontos elétricos nos Gabinetes e Salas de Reuniões do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia em Brasília/DF.	BENFORT CONSTRUÇÕES LTDA	16.01.2012	R\$ 29.800,00	16/01/2012 a 14/01/2013
48000.000591/2011-11	Pregão Eletrônico nº 15/2011-MME	03/2012-MME	Fornecimento de serviços de acesso a sinais de TV por Assinatura, compreendendo instalação e assistência técnica, para 20 (vinte) pontos no Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF.	SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA	11.05.2012	26.856,00	11.05.2012 a 11/05/2013

PROCESSO Nº	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO Nº	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.002100/2011-68	Pregão Eletrônico nº 33/2011-MME	04/2012-MME	Instalação de septos de gesso para complementar fechamento acústico dos Gabinetes e Salas de Reuniões do Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF.	CARLOS JOSÉ PEREIRA VIEIRA - ME	25.01.2012	43.925,78	09/10/2012 a 09/10/2013
48000.001867/2011-71	Pregão Eletrônico nº 34/2011-MME	05/2012-MME	Serviços, com fornecimento de materiais, objetivando a instalação de filmes/películas para controle solar na fachada oeste do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF.	ABBA SERVIÇOS GERAIS LTDA	25.01.2012	49.985,95	25/01/2012 a 08/04/2012
48000.001837/2011-63	Pregão Eletrônico nº 31/2011-MME	06/2012-MME	Contratação de empresa especializada, para fornecimento de água mineral natural, não gasosa, não gaseificada, acondicionada em garrafas de 20 litros, para atender as necessidades do Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF.	PURÍSSIMA ÁGUA MINERAL LTDA	17.02.2012	77.184,00	17/02/2012 a 16/02/2013
48000.002045/2011-64	Pregão Eletrônico nº 37/2011-MME	07/2012-MME	Serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, visando corrigir pontos de infiltração d'água nas fachadas do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia e do Turismo, em Brasília/DF.	HEIMAR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS GERAIS LTDA	25.01.2012	51.299,66	05/03/2012 a 08/04/2012
48000.001967/2011-12	Pregão Eletrônico nº 38/2011	08/2012-MME	Prestação de serviços, com fornecimento de materiais, compreendendo o fornecimento de placas, textos vinílicos e todos os elementos necessários para a realização do trabalho até a sua instalação nos locais indicados por demanda, destinados à manutenção da Sinalização/Programação Visual interna dos ambientes do Ministério de Minas e Energia.	SINARTE COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA-EPP	24.02.2012	32.075,66	24/02/2012 a 23/02/2013
48000.001026/2011-62	Pregão Eletrônico nº 14/2011	09/2012-MME	Prestação de serviços de vigilância armada e desarmada.	BRASFORT EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA	07.03.2012	645.818,28	07/03/2012 a 06/03/2013

PROCESSO Nº	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO Nº	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.002214 /2011-16	Pregão Presencial nº 03/2012-MME	10/2012-MME	Concessão administrativa de uso de área própria, e utilização de equipamentos já instalados do Concedente para a exploração dos serviços de lanchonete e restaurante.	CRISTINA'S RESTAURANTE LTDA-ME	05.03.2012	59.160,00	05/03/2012 a 05/03/2013
48000.002168 /2011-47	Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 01/2012-MME	11/2012-MME	Aquisição de Solução em Vídeo Conferência, incluindo serviços de instalação, transferência de tecnologia, suporte, assistência técnica, manutenção e garantia, (Grupo 3 – Itens 02, 06, 11, 12 e 15) e Item 17.	MAHVLA TELECOMM CONSULTORIA E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA	22.03.2012	577.874,11	22/03/2012 a 28/08/2012
48000.002168/2012-47	Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 01/2012	12/2012-MME	Aquisição de 18 (dezoito) suportes de TV para parede, incluindo instalação, assistência técnica e garantia, (Grupo 02 – Item 19).	SOUND STATION ÁUDIO E VÍDEO COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA	29.03.2012	4.860,00	29/03/2012 a 04/09/2012
48000.002285/2011-19	Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 04/2012	13/2012-MME	Fornecimento, instalação e configuração de Solução de Rede local de computadores com Equipamentos Switches, Sistemas de Segurança e Solução de correlação de eventos, incluindo também, testes da solução ofertada, capacitação técnica, manutenção e assistência técnica.	REDISUL INFORMÁTICA LTDA	30.03.2012	778.974,00	23/02/2012 a 22/02/2013
48000.002239/2011-11	Pregão Eletrônico nº 06/2012	14/2012-MME	Serviços de “SEGURO TOTAL” para 27 (vinte e sete) veículos oficiais integrantes da frota do Ministério de Minas e Energia – MME, em Brasília/DF, com assistência de 24 horas, pelo período de 01 (um) ano.	ALLIANZ SEGUROS S/A	30.03.2012	R\$ 9.951,00	17/03/2012 a 17/03/2013

PROCESSO Nº	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO Nº	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.002317/2011-78	Pregão Eletrônico nº 08 /2012	15/2012-MME	Serviços de tradução e versão de textos nos idiomas inglês e português.	PANGEA – CENTRO DE TRADUÇÃO, INTERPRETAÇÃO E IDIOMAS S/S LTDA.	16.04.2012	72.480,00	16/04/2012 a 16/04/2013
48000.000522/2012-18	Inexigibilidade de Licitação nº 01/2012	16/2012-MME	Serviços de atualização de licenças de software e suporte aos produtos Hyperion Performance Scorecard Plus e Hyperion Interactive Reporting, cujas licenças de uso são de propriedade do Ministério de Minas e Energia - MME.	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA.	30.04.2012	61.003,20	30/04/2012 a 30/04/2013
48000.002285/2011-19	Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 04/2012	17/2012-MME	Fornecimento, instalação e configuração de Solução de Rede local de computadores com Equipamentos Switches, Sistemas de Segurança e Solução de correlação de eventos, incluindo também, testes da solução ofertada, capacitação técnica, manutenção e assistência técnica, mediante o Sistema de Registro de Preços.	Redisul Informática Ltda	31.05.2012	450.185,00	31/05/2012 a 31/05/2015
48000.000332/2012-62	Pregão Eletrônico nº 09/2012	18/2012-MME	Serviço de Telefonia Móvel Pessoal (STMP), nas modalidades Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), a ser executado de forma contínua.	Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A – EMBRATEL	01.06.2012	164.707,98	01/06/2012 a 01/06/2013

PROCESSO Nº	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO Nº	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.000793/2012-35	Dispensa de Licitação nº 17/2012 (Art. 24, inciso XXII da Lei nº 8.666/93)	19/2012-MME	Fornecimento ao CONTRATANTE pela CEB DISTRIBUIÇÃO, da energia elétrica necessária ao funcionamento de suas instalações, localizada no Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia, situado no Bloco “U” da Esplanada dos Ministérios, em Brasília-DF, caracterizada por 2 (duas) unidades consumidoras, denominadas de – MEDIÇÃO 01 (AR-CONDICIONADO) e MEDIÇÃO 02 (ILUMINAÇÃO).	CEB DISTRIBUIÇÃO S.A	22.06.2012	960.000,00	22.06.2012 a 22.06.2013
48000.001779/2011-78	Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 05/2012	20/2012-MME	Fornecimento de Notebooks de 11 polegadas e Tablet PC, com garantia técnica e on-site de vinte e quatro meses.	CTIS TECNOLOGIA S/A	29.06.2012	328.359,00	29.06.2012 a 29.06.2013
48000.001779/2011-78	Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 05/2012	21/2012-MME	Fornecimento de Notebooks de 13 polegadas, com garantia técnica e on-site de vinte e quatro meses.	CENTERDATA Comércio de Produtos de Informática e Serviços Ltda	04.07.2012	326.100,00	04.07.2012 a 04.07.2013
48000.000693/2012-17	Pregão Eletrônico nº 13/2012	22/2012-MME	Fornecimento e entrega de jornais e revistas, nos dias úteis, ao Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF.	ELDEX - Distribuidora de Jornais e Revistas Ltda - ME.	29.06.2012	35.735,72	29.06.2012 a 29.06.2013
48000.000539/2012-37	Pregão Eletrônico nº 10/2012	23/2012-MME	Serviços de transporte na condução de veículos, por meio de motorista executivo para o transporte de autoridades, servidores, documentos e materiais diversos ao Ministério de Minas e Energia em Brasília/DF.	EBRAS – Empresa de Conservação Ltda	02.07.2012	525.986,89	02.07.2012 a 02.07.2013

PROCESSO Nº	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO Nº	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.000655/2012-56	Pregão Eletrônico nº 12/2012	24/2012-MME	Serviços de copeiragem (copeira, garçom, garçonete, auxiliar operacional e encarregado), incluindo o fornecimento de todo material de consumo/reposição necessários, para atender as necessidades do Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF.	ORIENTE Serviços de Limpeza Conservação e Despachante Ltda	11.07.2012	1.349.014,80	11.07.2012 a 11.07.2013
48000.000481/2012-21	Pregão Eletrônico nº 11/2012	25/2012-MME	Serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos microcomputadores da marca <i>Hewlett Paclard – HP</i> .	DG10 Data Global Tecnologia e Informações Ltda	12.07.2012	22.997,75	12.07.2012 a 12.07.2013
48000.000806/2012-76	Pregão Eletrônico nº 14/2012	26/2012-MME	Aquisição de licenças Edge Cache para equipamento EXINDA 8060 de propriedade do Ministério de Minas e Energia.	CONTROL TELEINFORMÁTICA LTDA	06.08.2012	54.970,00	06.08.2012 a 06.08.2013
48000.002348/2011-29	Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 02/2012	27/2012-MME	Serviços de manutenção do ambiente tecnológico do Ministério de Minas e Energia.	HEPTA TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA	31.07.2012	7.091.791,70	31.07.2012 a 31.07.2013
48000.000889/2012-11	Dispensa de Licitação nº 07/2012	28/2012-MME	Curso de ensino da língua espanhola para servidores deste Ministério.	ASSOCIAÇÃO HISPANO-BRASILEIRA INSTITUTO CERVANTES	22.08.2012	285.442,50	22/08/2012 a 22/08/2013
48000.001049/2012-58	Pregão Eletrônico SRP nº 009/2011 - Universidade Fed do Paraná – UFPR	29/2012-MME	Fornecimento, instalação e configuração de equipamentos e sistema de monitoramento digital (SMD) por câmeras IP (Internet Protocol), no âmbito do MME.	Redisul Informática Ltda	31.08.2012	994.920,00	31/08/2012 a 31/08/2015

PROCESSO Nº	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO Nº	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.000992/2012-43	Pregão Eletrônico SRP nº 055/2011 - Universidade Fed. de Minas Gerais - DLO/UFMG	30/2012-MME	Aquisição de Sistema Integrado de Controle de Acesso Físico, compreendendo a aquisição e instalação de seus dispositivos/componentes e os serviços de implantação, operação assistida, treinamento e manutenção preventiva e corretiva inclusos na garantia.	Automatiza Indústria e Comércio de Equipamentos Eletroeletrônicos Ltda.	11/09/2012	157.490,00	11/09/2012 a 19/05/2013
48000.000964/2012-26	Pregão Eletrônico nº 20/2012	31/2012-MME	Fornecimento de combustíveis (Item I - Álcool Etílico Hidratado e Item III - Gasolina Comum), por demanda, para abastecimento dos veículos oficiais do Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF, durante o exercício de 2012 e subsequente.	Petronorte Combustíveis Ltda	28/09/2012	163.163,09	01/10/2012 a 01/10/2013
48000.000964/2012-26	Pregão Eletrônico nº 20/2012	32/2012 - MME	Fornecimento de combustível (Item II – Óleo Diesel Comum), por demanda, para abastecimento do Grupo Gerador de Energia Elétrica Emergencial Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF, durante o exercício de 2012 e subsequente, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital.	Disbrave - Distribuidora Brasília de Veículos S/A	28/09/2012	13.667,75	01/10/2012 a 01/10/2013
48000.001177/2012-18	Pregão Eletrônico SRP nº 03/2011- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT/MCTI	33/2012-MME	Serviços de Apoio ao Desenvolvimento Avançado (Mentoria) em tecnologias disponíveis no ambiente tecnológico do MME, utilizando as boas práticas de gerenciamento de projetos e repasse de conhecimento, com gestão por demanda de Ordens de Serviços.	Squadra Tecnologia S/A	31/08/2012	192.000,00	31/08/2012 a 31/08/2013

PROCESSO Nº	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO Nº	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.001169/2012-55	Inexigibilidade de Licitação nº 03/2012-MME	34/2012–MME	Serviços especializados em suporte técnico e manutenção continuada, com garantia de funcionamento, do software de gestão “Automation System of Inventory ASI-WEB”, contemplando os serviços nos Módulos de Patrimônio Mobiliário e Almoxarifado.	Link Data Informática e Serviços Ltda	05/09/2012	229.600,00	05/09/2012 a 05/09/2013
48000.001094/2012-11	Pregão Eletrônico nº 21/2012	35/2012–MME	Aquisição de 02 (dois) veículos oficiais de serviços, para o Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas no Anexo I do Edital.	Renault do Brasil S/A	27/09/2012	72.000,00	27/09/2012 a 24/02/2013
48000.001004/2012-83	Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 17/2012	36/2012–MME	Fornecimento de Solução corporativa para pesquisa textual, representada por sistema integrado de <i>software</i> , para a pesquisa textual, e de <i>hardware</i> para a execução do <i>software</i> ; incluindo serviços de instalação, configuração e implantação inicial; treinamento; parametrização e reconfiguração e garantia.	MCR Sistemas e Consultoria Ltda	13/09/2012	772.527,00	13/09/2012 a 13/09/2014
48000.001272/2012-11	(Dispensa de Licitação)	37/2012 - MME	Curso de Pós-Graduação MBA - Gestão Pública, para até 12 (doze) servidores do CONTRATANTE.	Fundação Universa	24/09/2012	162.000,00	24/09/2012 a 24/09/2012
48000.001049/2012-58	Pregão Eletrônico SRP nº 009/2011— UFPR	38/2012-MME	Fornecimento, instalação e configuração de equipamentos e sistema de monitoramento digital (SMD) por câmeras IP (Internet Protocol), no âmbito do MME.	Redisul Informática Ltda	19/09/2012	997.579,00	19/09/2012 a 19/09/2015 (Vig igual a garantia do produto - 36 meses)

PROCESSO Nº	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO Nº	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.001000/2012-11	Pregão Eletrônico nº 15/2012	39/2012–MME	Realização de exames médicos periódicos <u>Lote 1</u> – Exames Laboratoriais dos servidores ativos, num quantitativo total aproximado de 426 (Quatrocentos e vinte e seis) servidores, e de acordo com as especificações técnicas consignadas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.	MULIER LABORATÓRIO CLÍNICO LTDA.	02/10/2012	18.199,25	02/10/2012 a 30/12/2012
48000.001000/2012-11	Pregão Eletrônico nº 15/2012	40/2012–MME	Realização de exames médicos periódicos <u>Lote 2</u> – Mamografia com avaliação clínica e laudo médico (filme incluído) das servidoras ativas, num quantitativo total aproximado de 101 (cento e um) servidoras, e de acordo com as especificações técnicas consignadas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.	HOSPITAL DIA SAMDEL LTDA	02/10/2012	13.332,00	02/10/2012 a 30/12/2012
48000.001000/2012-11	Pregão Eletrônico nº 15/2012	41/2012–MME	Realização de exames médicos periódicos <u>Lote 3</u> – Oftalmológico com avaliação clínica e laudo médico dos servidores ativos.	CONSULT ASSESSORIA OCUPACIONAL LTDA	02/10/2012	22.497,06	02/10/2012 a 30/12/2012
48000.000652/2012-12	Pregão Eletrônico nº 22/2012-MME	42/2012-MME	Serviços de gravação e degravação de CD's para atender as demandas dos eventos, solenidades e seminários que serão realizados neste MME, no período de 12 (doze) meses.	REALY PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA.	21/09/2012	11.499,60	21/09/2012 a 21/09/2013
48000.000419/2012-31	Pregão Eletrônico nº 16/2012	43/2012-MME	Execução de pequenos serviços prediais complementares, internos, com fornecimento de materiais, (inclusive ferramentas e equipamentos), por demanda (Vidros, Espelhos e Correlatos – fornecimento com instalação, montagem, desmontagem e conserto; e Películas/Filmes de Controle Solar - Fornecimento, aplicação e preparo).	MF VIDROS LTDA-ME	03/10/2012	68.485,20 (Lote 1) e 4.299,96 (Lote 3)	03/10/2012 a 03/10/2013

PROCESSO Nº	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO Nº	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.000419/2012-31	Pregão Eletrônico nº 16/2012	44/2012–MME	Execução de pequenos serviços prediais complementares, internos, com fornecimento de materiais, (inclusive ferramentas e equipamentos), por demanda, (Molduras e correlatos-fornecimento, montagem, desmontagem e substituição).	ROTA NACIONAL COM. E MANUT. DE EQUIP. ELETRÔNICOS LTDA EPP.	03/10/2012	9.750,00 (Lote 2)	03/10/2012 a 03/10/2013
48000.002285/2011-19	Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 04/2012	45/2012-MME	Fornecimento, instalação e configuração de Solução de Rede local de computadores com Equipamentos Switches, Sistemas de Segurança e Solução de correlação de eventos, incluindo também, testes da solução ofertada, manutenção e assistência técnica, mediante o Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações técnicas e quantidades descritas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.	REDISUL INFORMÁTICA LTDA	26/11/2012	283.012,00	26/11/2012 a 26/11/2015
48000.002168/2011-47	Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 01/2012	46/2012-MME	Aquisição de Solução em Vídeo Conferência, incluindo serviços de instalação, transferência de tecnologia, suporte, assistência técnica, manutenção e garantia, (Grupo 3 – Itens 03, 05, 08 e 16).	MAHVLA TELECOMM CONSULTORIA E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA	07/12/2012	2.699.230,78	07/12/2012 a 15/05/2013
48000.000227/2012-23	Pregão Eletrônico nº 18/2012-MME	47/2012-MME	Serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos odontológicos instalados na Unidade do Serviço Médico do MME.	JA. ASSIST. TÉC. EM EQUIP. MÉDICO ODONTOLÓGICOS LTDA-ME.	06/12/2012	13.440,00	06/12/2012 a 06/12/2013
48000.001576/2012-62	Pregão Eletrônico nº 25/2012-MME	48/2012-MME	Serviços de transporte rodoviário de cargas interestadual, na modalidade porta a porta, compreendendo mudanças em geral: mobiliários, equipamentos diversos e eletroeletrônicos, documentos, bagagens, veículos automotores e demais objetos de propriedade deste órgão ou de seus servidores.	REI DE OURO MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA..	10/12/2012	26.156,28	10/12/2012 a 10/12/2013

PROCESSO Nº	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO Nº	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.001968/2011-41	Pregão Eletrônico SRP nº 30/2011-MME	49/2012-MME	Fabricação e instalação de arquivos deslizantes mecânicos.	CAVIGLIA & CIA LTDA.	27/11/2012	328.280,00	27/11/2012 a 26/03/2013
48000.001840/2012-68	Pregão Eletrônico SRP nº 05/2012 - ANEEL	50/2012-MME	Fornecimento e instalação de solução de rede local sem fio (wireless), incluindo fornecimento de equipamentos, componentes, instalação, garantia, manutenção e treinamento.	NCT INFORMÁTICA LTDA.	10/12/2013	455.500,00	10/12/2012 a 10/06/2013
48000.001783/2012-17	Pregão Eletrônico SRP nº 45/2012 (STF)	51/2012-MME	Fornecimento de 06 (seis) cadeiras/poltronas giratórias para uso nas recepções das Portarias Principal e Privativa do MME.	AURUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA.	10/12/2012	18.258,00	10/12/2012 a 09/05/2013
48000.001460/2012-23	Pregão Eletrônico SRP nº 45/2011-CJF.	52/2012-MME	Fornecimento de projetor multimídia interativo, em estrita conformidade com as especificações técnicas e quantidades descritas no Termo de Referência do MME.	LINKCINCO SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.	14/12/2012	32.450,00	14/12/2012 a 14/12/2013
48000.0001778/2012-12	Pregão Eletrônico SRP nº 130/2011-Tribunal Superior do Trabalho	53/2012-MME	Serviços técnicos especializados de pesquisa e aconselhamento imparcial em tecnologia da informação e comunicações, na forma de assinaturas para acesso a uma Base de Conhecimentos – BC em Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, contendo pesquisas primárias e interpretação de tendências.	GARTNER DO BRASIL SERVIÇOS DE PESQUISAS LTDA.	20/12/2012	225.700,00	20/12/2012 a 20/12/2013
48000.001800/2012-16	Pregão Eletrônico nº 37/2012-MME	54/2012-MME	Serviços de engenharia elétrica, com fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários, visando o reaperto dos barramentos blindados – busway das instalações elétricas do Ed. Sede do MME.	MDI ENGENHARIA CIVIL LTDA.	19/12/2012	30.700,00	19/12/2012 a 18/04/2013
48000.001615/2012-21	Pregão Eletrônico nº 34/2012-MME	55/2012-MME	Fornecimento e instalação de persianas horizontais e verticais para o MME, sob demanda.	YP PERSIANAS LTDA.	21/12/2012	26.950,00	21/12/2012 a 21/12/2013

PROCESSO Nº	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO Nº	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.001960/2012-65	Pregão Eletrônico SRP nº 036/2012 - INTO	56/2012-MME	Fornecimento de mobiliário específico (com instalação/montagem), para atender demandas de unidades administrativas do Ministério de Minas e Energia.	FORMA OFFICE COMÉRCIO DE MÓVEIS E INTERIORES LTDA.	21/12/2012	192.698,00	21/12/2012 a 18/06/2013
48000.001419/2012-57	Pregão Eletrônico SRP nº 23/2012 - MME	57/2012-MME	Fornecimento e implantação de Solução de controle de acesso às aplicações/serviços, Solução de alta disponibilidade global às aplicações/serviços e Solução de VPN – SSL e SSO; contemplando fornecimento de produtos, execução de serviços de implantação e capacitação técnica, bem como de apoio pós-implantação, incluindo GARANTIA de 36 meses, para o MME.	REDISUL INFORMÁTICA LTDA	15/01/2013	572.951,37	15/01/2013 a 15/01/2016
48000.001562/2012-49	Pregão Eletrônico nº 32/2012 - MME	58/2012 - MME	Fornecimento de uniformes - meia social masculina (Lote 1 - Item 05) para servidores operacionais de Agente de Vigilância, Motorista Oficial e Agente de Portaria.	SHANON MODA LTDA - EPP	26/12/2012	1.537,50	26/12/2012 a 24/01/2013
48000.001562/2012-49	Pregão Eletrônico nº 32/2012 - MME	59/2012 - MME	Fornecimento de uniformes - cinto de couro dupla face e sapatos (Lote 1 - Itens 06 e 07) para servidores operacionais de Agente de Vigilância, Motorista Oficial e Agente de Portaria.	AUGEMODAS ALFAIATARIA E CONFECÇÕES LTDA.	26/12/2012	9.730,00	26/12/2012 a 24/01/2013
48000.001562/2012-49	Pregão Eletrônico nº 32/2012	60/2012-MME	Fornecimento de uniformes – terno completo, camisa manga longa, camisa manga curta e gravata (Lote 01 – Itens 1, 2, 3 e 4); blazer feminino, saia, camisa social feminino (Lote 02 – itens 8, 9 e 10) e sapato social feminino e meia calça (Itens 11 e 12) para servidores operacionais de Agente de Vigilância, Motorista Oficial e Agente de Portaria, respectivamente, das áreas de segurança, transportes e portaria, para uso nas suas atividades no Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF.	DL COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA-ME	26/12/2012	41.868,16	26/12/2012 a 24/01/2013

Tabela 20 – Relação de Processos com Aplicação de Penalidades no Exercício de 2012

PROCESSO Nº	EMPRESA	INEXECUÇÃO DAS CONDIÇÕES PACTUADAS	VALOR (R\$)	SITUAÇÃO
48000.001365/2011-49	GUSA COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.	Descumprimento de prazo de entrega de materiais.	180,00	DESCONTADA
48000.002163/2011-14	XXI PROJETOS DE COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA.	Atraso na execução dos serviços.	1.400,00	DESCONTADA
48000.001542/2012-78	CENTERDATA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA	Descumprimento de prazo de entrega de equipamentos.	1.521,80	DESCONTADA
48000.000580/2012-11	LTA RH INFORMÁTICA COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES LTDA.	Descumprimento de prazo de entrega de equipamentos.	10.800,00	DESCONTADA
48000.002141/2011-54	FORD MOTOR COMPANY BRASIL Ltda	Atraso na entrega de 01 (um) veículo.	4.565,00	DESCONTADA
48000.000924/2012-84	EFICÁCIA ORGANIZAÇÃO LTDA	Atraso na execução dos serviços.	227,48	DESCONTADA
48000.000600/2012-46	TEMPO FRIO - COMÉRCIO SERVIÇOS E REFRIGERAÇÃO LTDA - ME	Descumprimento de prazo de entrega de equipamentos.	1.470,00	DESCONTADA
48000.000633/2012-96	OFFICE SERVICE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PARA ESCRITÓRIO	Descumprimento de prazo de entrega de materiais.	83,16	DESCONTADA
48000.000137/2008-56	CONTRAT – ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL LTDA (Recepcionista)	Descumprimento de Cláusula Contratual.	8.428,69	EM APURAÇÃO (CONTR. RESCINDIDO)
48000.001096/2011-11	CONSTRUX COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MADEIRAS LTDA.	Atraso na entrega dos produtos.	693,59	DESCONTADA

### 12.1.3 COORDENAÇÃO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – CMA

À Coordenação de Modernização Administrativa – CMA compete coordenar as atividades de análise e consolidação de projetos de estruturação e reestruturação organizacional, bem como de composição de cargos em comissão e funções gratificadas; programar e identificar prioridades para ações de melhoria da gestão pública, no âmbito do Ministério; desenvolver e acompanhar a execução de projetos de modelagem de processos organizacionais e de melhoria da qualidade de serviços e da gestão de informações; e elaborar e rever instrumentos normativos e de procedimentos necessários ao bom andamento das atividades de organização administrativa, segundo padrões e orientações estabelecidos.

Entre os resultados dos trabalhos decorrentes dessa atividade, evidenciam-se:

- Consolidado o Relatório de Gestão da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, exercício 2012, abrangendo: (i) o envio dos normativos do TCU e da CGU às Coordenações-Gerais da UJ; (ii) a compilação/análise dos resultados dos indicadores de desempenho da SPOA no período; (iii) a conferência e adequação das informações recebidas das unidades em face das orientações pertinentes; (iv) a elaboração dos itens 1 e 2 (2.1 a 2.3 do RG); e (v) a consolidação e validação do documento final, em parceria com a Assessora/SPOA e as áreas envolvidas.
- Elaborados e (ou) revisados normas e procedimentos administrativos:
  - Norma Operacional SPOA/MME nº 001, de 18/7/2012, que dispõe sobre o ressarcimento do custo dos serviços de reprodução de documentos no âmbito do MME (BP nº 15, de 1º/8/2012). Integra essa orientação a Portaria CGRL/SPOA nº 1, de 3/8/2012, que define os valores para cobrança desses serviços (BP nº 18, de 17/9/2012);
  - minuta de Instrução Normativa que dispõe sobre os procedimentos para concessão de diárias e passagens aos servidores do MME, por motivo de afastamento a serviço, no País ou no exterior, consolidando as disposições constantes da legislação em vigor;
  - minuta de Portaria sobre procedimentos relativos ao uso de instrumento de identificação no MME, incluindo os formulários: (i) Termo de Entrega e Responsabilidade para o Uso de Button/Crachá; e (ii) Comunicado de Perda/Extravio e Solicitação de 2ª via do Instrumento de Identificação;
  - alterado o procedimento/fluxo do processo para concessão de passagens aéreas nas situações de nomeação e exoneração, conforme o disposto no Decreto nº 4.063/2001;
  - análise da proposta inicial da norma de funcionamento do Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (CETI), aprovado pela Portaria SPOA nº 55, de 2/5/2012. Providenciada a minuta de alteração do Comitê (em out/2012).
- Consolidados ações/projetos relacionados à estruturação organizacional do MME:
  - revisada a versão final do Projeto de Decreto, que, entre outras disposições, altera o Anexo II do Decreto nº 5.267/2004 (Estrutura Regimental do Ministério), para atender ao disposto no Decreto nº 7.429, de 17 de janeiro de 2011. Preparada a Nota Informativa nº 7/2012-SPOA/SE-MME, de 15/6/2012, considerando o envio do projeto ao MP em junho/2011;
  - organizadas as minutas de Regimentos Internos dos Órgãos do MME (onze), com base no Decreto nº 7.798, de 12/9/2012, que aprova a Estrutura Regimental e do Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas deste Ministério. Tais documentos devem ser revisados/complementados pelos respectivos órgãos;

- realizada a análise preliminar da nova composição da estrutura regimental do MME aprovada pelo Decreto nº 7.798/2012.
- Melhoria de processos organizacionais:
- iniciado o mapeamento dos processos organizacionais que permeiam a Coordenação de Administração de Contratos, tendo em vista a melhoria dos fluxos de trabalho e das providências decorrentes. Essa atividade resultou na descrição dos procedimentos da rede de alguns processos, como: (i) Elaboração de Instrumentos Contratuais; (ii) Monitoramento da Gestão de Contratos; (iii) Análise de Processos de Alterações de Contratos, de Equilíbrio Econômico-Financeiro, de Repactuação e de Acréscimo/Supressão; (iv) Análise de Processos de Pagamento.
- Consolidados documentos sobre operacionalização do Projeto Esplanada Sustentável (PES) neste Ministério:
- instituição da Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável, para elaborar, monitorar, avaliar e revisar o Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS, no âmbito do MME, aprovada pela Portaria SPOA nº 115, de 26/12/2012. Providenciada a Nota Informativa nº 1/2012-CGRL/SPOA-MME, de 13/12/2012 (assinada pela CMA e CGRL), para a instrução do processo;
  - minuta de Portaria de criação do Comitê Interno do Projeto Esplanada Sustentável – CIPES, com o objetivo de supervisionar as atividades relacionadas ao Projeto no MME. Preparada a Nota Informativa nº 2/2012-CGRL/SPOA-MME, de 27/12/2012 (assinada pela CMA e CGRL), para instrução do processo;
  - minuta de Portaria que constitui o Grupo Técnico do Projeto Esplanada Sustentável – GTPES, para implementar e monitorar o Projeto no Ministério.
- Elaborados ou revisados atos administrativos, tais como:
- Portaria SPOA nº 114, de 20/12/2012, que designa servidores para proceder à inscrição, no SIAFI, das despesas empenhadas a liquidar em Restos a Pagar Não Processados a Liquidar, no âmbito das Unidades Gestoras da SPOA;
  - Portaria MME nº 250, de 25/4/2012 (alterada pela Portaria nº 346, de 6/6/2012), que delega competência a autoridades para autorizarem a celebração de novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor, nos termos do Decreto nº 7.689, de 2/3/2012;
  - Portaria SPOA nº 113, de 19/12/2012, que designa representantes do Ministério e de suas entidades vinculadas (DNPM, ANEEL, ANP, CPRM e EPE), para proceder ao acompanhamento da execução orçamentária, conforme Portaria SOF/MP nº 103/2012;
  - síntese das portarias de delegação de competência, em vigor, referentes à autorização de viagens, em objeto de serviço, no MME, para apoiar o processo de atualização dos mencionados atos pela autoridade superior.
- Tratamento de informações sobre os indicadores de desempenho da SPOA, que compreende:
- consolidada a apuração dos quatro indicadores de desempenho que integram a meta intermediária da SPOA, referente ao 3º ciclo de avaliação (de 1º/10/2011 a 30/09/2012), para compor o desempenho institucional do Ministério, cujo resultado das metas intermediárias foi aprovado pela Portaria SE nº 14, de 14/12/2012, do Secretário-Executivo;
  - compilada a apuração dos treze indicadores de desempenho da Subsecretaria, referente ao exercício de 2012, abrangendo a análise comparativa com os exercícios anteriores, o que representa um instrumento de avaliação para os gestores das respectivas áreas. O demonstrativo que agrega os resultados (matriz de composição do indicador, evolução histórica e gráfico) integra o Relatório de Gestão da UJ;

- elaborada a síntese do relatório da oficina “Elaboração de Indicadores de Resultados Setoriais”, ocorrida em setembro/2012, com a participação de representantes das unidades da SPOA, sob a orientação de facilitador externo, que adotou metodologia específica. Esse material teve como propósito facilitar a avaliação do conteúdo por parte das áreas envolvidas, no sentido de verificar a possível implementação e (ou) revisão de indicadores setoriais.

– Outros instrumentos de organização administrativa:

- gerenciamento do Sistema Delega, mediante a inclusão e (ou) exclusão de todos os atos de delegação/subdelegação de competência praticados pelos titulares dos órgãos do Ministério (disponível na comunidade MME);
- elaboração, padronização e (ou) revisão de formulários referentes a serviços prestados pelas unidades administrativas da SPOA. Disponíveis na Comunidade/MME (intranet) e no DocFlow para preenchimento pelos usuários;
- compilados os formulários da CGRH, por área de atuação, visando à atualização/revisão desses instrumentos (disponíveis na Comunidade MME), juntamente com as unidades responsáveis.